

**INSTITUTO
FEDERAL**
Fluminense



**SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER:
EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA**

JUNHO A AGOSTO DE 2020

**Jonas Defante Terra
(Org.)**

**ANAIS DO
SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER:
EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura, Esportes e Diversidade
Coordenação de Políticas Culturais e de Diversidade**

**Campos dos Goytacazes - RJ
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Anais do seminário virtual da mulher [livro eletrônico] : educação, cultura e ciência / organização Jonas Defante Terra ; Ana Carolina Soares Cruz. -- 1. ed. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Instituto Federal Fluminense, 2020.
PDF

"Junho a Agosto de 2020"
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-00-14456-7

1. Ciências 2. Cultura 3. Educação 4. Mulheres I. Terra, Jonas Defante. II. Cruz, Ana Carolina Soares.

20-52712

CDD-370.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Congressos 370.6

Anais do Seminário Virtual da Mulher

FICHA TÉCNICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

Reitor

Jefferson Manhães de Azevedo

Pró-Reitor de Extensão, Cultura, Esportes e Diversidade

Cátia Cristina Brito Viana

Coordenação de Políticas Culturais e de Diversidade

Jonas Defante Terra

Pró-Reitor de Ensino

Carlos Artur de Carvalho Areas

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

José Augusto Ferreira da Silva

Pró-Reitor de Administração

Guilherme Batista Gomes

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Aline Naked Chalita Falquer

Diretoria de Comunicação

Juliana Lima Gomes Cardoso

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Ronaldo Amaral Santos

Anais do Seminário Virtual da Mulher

Coordenação Geral

Manuela Batista Nogueira

Coordenação Adjunta

Jonas Defante Terra

Comissão Organizadora e Científica nomeada pela Portaria Nº 358/2020

Alice de Araújo Nascimento

Amanda Cristina Figueira Bastos de Melo

Ângela da Silva Gomes Poz

Bianca Isabela Acampora e Silva Ferreira

Camila França Barros

Flávia Coutinho Ferreira Sampaio

Georgia da Conceição Reis

Isabelle Vianna Bustillos Villafan

Isabela Bastos de Carvalho

Ivanisy da Silva Amaral Capdeville

Jonas Defante Terra

Juliana Gonçalves Vidigal

Karina Hernandez Neves

Manuela Batista Nogueira

Olívia de Melo Fonseca

Organização

Jonas Defante Terra

Ressalva: Os textos apresentados nestes anais são de criação original dos autores, que responderão individualmente por seus conteúdos ou por eventuais impugnações de direito por parte de terceiros.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PREFÁCIO	7
PROGRAMAÇÃO	8
MULHER E ARTE.....	12
OFICINA DE PINTURA: DIVERSIDADE NO OLHAR.....	13
MULHER E CULTURA	18
RAINHA DAS ROSAS DE BARBACENA: UMA TRADIÇÃO CULTURAL DAS MULHERES DO MUNICÍPIO.....	19
MULHER E EDUCAÇÃO	24
EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL PARA O EMPODERAMENTO DE ALUNAS ADOLESCENTES DO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA DO IFRO CAMPUS PORTO VELHO/RO	25
ENTRE A CASA E A ESCOLA: A DUPLA JORNADA DE MULHERES-PROFESSORAS	30
MULHERES E EDUCAÇÃO EM DEBATE: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS	34
POR UMA PRÁXIS FEMININA: EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO DE ORIENTAÇÃO PARA UMA CIÊNCIA OUTRA	39
PROFESSORAS NEGRAS DE BAIROS NEGROS DE NATIVIDADE - RJ	44
MULHER E EMPREENDEDORISMO	49
QUEM TRAZ NO CORPO ESSA MARCA POSSUI A ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA: RELATOS DE MULHERES EMPREENDEDORAS DE ITAPERUNA-RJ.....	50
MULHER E GÊNERO	55
OS DESAFIOS DO NUGEDIS IFF CAMBUCI E MOVIMENTO MULHER DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19: COMO AGIR?.....	56
RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	60
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA PRINCESA DO SERTÃO NO JORNAL O JANOTA (1904) EM CAXIAS/MA	65
“UMA MULHER IDEAL” PARA TEMPOS REPUBLICANOS: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER A LUZ DA IMPRENSA CAXIENSE (1890-1930)	69
MULHER E POLÍTICA	73
POLÍTICA DO CANCELAMENTO E LUGAR DE FALA: UMA BREVE REFLEXÃO	74
MULHER E RESISTÊNCIA	78
AQUILOMBAR: A LUTA DAS MULHERES QUILOMBOLAS FRENTE A UM BRASIL COLONIAL CONTEMPORÂNEO	79
MULHER E SUBJETIVIDADE.....	83
DA MULHER EM MOVIMENTO: QUANDO A POESIA “ARREBENTA” EM DISCURSO VIVIDO.....	84



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

O QUE PODE O CORPO FEMININO EM SUAS MÚLTIPLAS POTENCIALIDADES?	88
SIGNO EM DISPUTA: A <i>MULHER</i> NA POESIA DE LÍNGUA PORTUGUESA	93
MULHER E TRABALHO	98
A OUTRA FACE DO EMPREENDEDORISMO FEMININO	99
ARTESANATO COMO TRABALHO FEMININO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO TÊXTIL NO MUNICÍPIO MINEIRO RESENDE COSTA, MG	103
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ENFERMAGEM E SUA RELAÇÃO COM O GÊNERO FEMININO	107
RACHEL MAIA E AS RETÓRICAS DE REPRESENTATIVIDADE E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	112
TRABALHO, AFETOS E RESISTÊNCIAS: ESTUDO SOBRE AS COSTUREIRAS EM SEUS ATELIÉS DE REFORMA NA CIDADE DE VIÇOSA - MG	117
MULHER E VIOLÊNCIA	121
TECNOLOGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA: APLICATIVOS E INTERVENÇÕES <i>ON-LINE</i>	122
VIOLÊNCIA E PATRIARCADO: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAXIAS – MA (2005-2015)	127
MULHER NEGRA	131
DONA SOUZA: SENHORA DOS CONHECIMENTOS BOTÂNICOS DE MATRIZ AFRICANA	132
MULHER, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	137
O (DES)INTERESSE DAS GURIAS PELA CIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CANDAS/RS	138
PRODUÇÃO CIENTÍFICA FEMININA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL	143



APRESENTAÇÃO

Cara(o) leitora(o),

Apresentamos os Anais do Seminário Virtual da Mulher com imensa satisfação e alegria, entregando este livro virtual a vocês leitores, com o desejo de que este seja o primeiro de muitos outros livros a serem publicados. O evento teve sua primeira edição ao longo dos meses de junho a agosto de 2020 e agora reúne em e-book algumas experiências e pesquisas compartilhadas durante o seminário.

Sem dúvida, este registro é uma prova de que é possível estimular a troca de saberes e a difusão de importantes trabalhos no campo de estudos científicos e humanos que são atravessados pela temática feminina, em contextos diversos, mesmo durante um ano de muitos desafios e perdas provocadas pela pandemia de Covid-19. Alguns dos trabalhos apresentados, refletem a resistência feminina diante dos obstáculos impostos pela pandemia, na realização de projetos de pesquisa e extensão acadêmicos, trazendo propostas inovadoras e potentes diante de um cenário que ainda se apresenta muito incerto e inconstante.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o Seminário Virtual da Mulher: Educação, Cultura e Ciência, em sua primeira edição, teve como proposta potencializar a articulação e a realização de estudos e debates sobre gênero, promovendo a igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades. E ainda, a garantia da participação efetiva das mulheres e dos movimentos LGBTs no campo das ciências e na carreira acadêmica.

Um grande desafio lançado a todos que fizeram parte deste evento e agora estou muito feliz por conseguir realizar, juntamente com uma equipe super competente, essa empreitada. Cabe aqui destacar, que o evento foi quase 100% organizado por mulheres, servidoras e professoras do Instituto Federal Fluminense; assim como as nossas convidadas, onde a maioria foram mulheres.

Não poderia deixar de agradecer a Jonas Defante Terra, Coordenador de Políticas Culturais e de Diversidade do Instituto Federal Fluminense, parceiro incansável como coordenador adjunto do Seminário Virtual da Mulher, que realizou um trabalho impecável. Bem como, às minhas colegas coordenadoras dos NUGEDIS e NEABI que compuseram a organização do evento. Gostaria ainda de agradecer ao nosso Reitor Jefferson Manhães, e ao Carlos Márcio Viana Lima, que foi nosso Diretor de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas.

Deixo aqui meus votos de felicitações e sucesso na publicação e difusão deste e-book e mais uma vez, gostaria de parabenizar a força criadora e a competência acadêmica e profissional das mulheres que aqui estão presentes como autoras destes trabalhos.

Manuela Batista Nogueira
Coordenadora Geral do Seminário Virtual da Mulher
Coordenadora do NUGEDIS IFF Cambuci



PREFÁCIO

Este belíssimo e-book, fruto da concepção e trabalho de pessoas tão especiais, é destinado a todas as mulheres de todas as partes do mundo que viveram por toda a história da humanidade sempre lutando em prol da liberdade, do respeito e do amor.

“e eu não sou uma mulher?” Somos sim, Sojourner Truth!

E estamos nós por aí, moldadas por resistências e conquistas pedindo respeito, espaço e igualdade... Estamos nós por aí com nossos corações, fragilidades, paixões e coragem... E sempre estaremos! Por nenhum direito a menos e por todas elas! Sim, queremos nossas falas (e não as interrompa ou tente explicá-las), nossos corpos, nosso “não é não”, nosso desejo, nosso útero, nosso trabalho. Somos feitas da mesma poeira, certo Lilith?

Contribuo, singelamente, com esta produção, dedicando a todas vocês, um poema que tenta trazer nossas essências e contradições.

UM SER

Um ser
Delicado para o olfato,
Belo para a visão,
Suave para o tato,
Melodioso para a audição.
É doce, mas às vezes confunde o paladar.
Às vezes perde a noção, a razão,
Mas nunca..., nunca... , nunca... sua emoção.
E como não notar o seu andar
Seu olhar
Seu jeito de os cabelos trançar
Ou da nuca mostrar... revelando... sensualidade.
Como não admirar a força da sua serenidade
Seu poder no olho do furacão, dentro de uma tempestade.
Como não deslumbrar a graça da maternidade.
Como tratar o Ilimitado, único, irretocável como qualquer
Tudo em só um ser...Ser mulher.

Cátia Cristina Brito Viana
Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esportes e Diversidade



PROGRAMAÇÃO

16 JUNHO 2020 17 horas	Produções culturais realizadas durante a pandemia do COVID-19: uma análise a partir da temática de gênero e de suas relações interseccionais de classe e etnia/raça Alice de Araújo Nascimento (IFFluminense); Camila França Barros (IFFluminense); Manuela Batista Nogueira (Mediadora - IFFluminense); Olívia de Melo Fonseca (IFFluminense) Link: https://youtu.be/ak4QjBKltpU
17 JUNHO 2020 14 horas	Os desafios da mulher na sociedade brasileira atual: diálogos sobre existência e resistência Karina Hernandes Neves (Mediadora - IFFluminense); Ângela da Silva Gomes Poz (IFFluminense); Laiza Setime Silva (IFFluminense) Link: https://youtu.be/t2kzd026XzY
18 JUNHO 2020 16 horas	Prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher na quarentena: Programa Empoderadas Érica Paes; Amanda Bersácula de Azevedo (Mediadora - IFFluminense) Link: https://youtu.be/ZfRVTCI8Zd8
19 JUNHO 2020 17 horas	A regularização da mulher migrante (auxílio emergencial Covid-19) Ketty Aire; Manuela Batista Nogueira (Mediadora - IFFluminense) Link: https://www.instagram.com/tv/CBoYa-mJW7B
23 JUNHO 2020 17 horas	A invisibilidade das mulheres com deficiência Ivanisy Amaral (Mediadora - IFFluminense); Lívia Siqueira Silva (Estudante de Geografia - IFFluminense Campos Centro) Link: https://www.instagram.com/tv/CByrSDFJ9AN



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

25 JUNHO 2020 19 horas	Prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher na quarentena: Diálogos sobre a Lei Maria da Penha André Valim; Manuela Batista Nogueira (Mediadora - IFFluminense) Link: https://youtu.be/JaEyP9kKpOE
30 JUNHO 2020 17 horas	Saúde mental da mulher durante o isolamento social - Power Vênus Bianca Isabela Acampora e Silva Ferreira (IFFluminense); Beatriz Acampora e Silva de Oliveira (ISEC) Link: https://youtu.be/uUGEvhMI5cM
02 JULHO 2020 17 horas	Assédio Manuelli Ramos (Assistente Social, Coordenadora Estadual de Juventude do MNU-RJ e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM); Rhena Schuler (Psicóloga - IFFluminense campus Campos Centro); Ivanisy Amaral Capdeville (Coordenadora do NUGEDIS do IFFluminense campus Campos Centro) Link: https://youtu.be/Y5fJsBBVSDQ
03 JULHO 2020 10 horas	A politização das mulheres em movimentos sociais: avanços e desafios Guiomar do Rosário Barros Valdez (IFFluminense) Link: https://youtu.be/k47SJOfccFc
07 JULHO 2020 17 horas	Corpo, sexualidades e autocuidado em tempos de pandemia Tamyllis Lirio (Psicóloga - ONG NBR) e Fabielly Vasconcelos (Sexóloga - ABRASEX) Link: https://youtu.be/nB9QiKeY_pc



08 JULHO 2020 17 horas	A mulher nos espaços de poder: gestão e liderança Giovanna Victer (Secretária de Fazenda Prefeitura de Niterói) e Manuela Nogueira (Mediadora - IFFluminense) Link: https://youtu.be/O-PFIsGZ5_Y
09 JULHO 2020 17 horas	Mulher Negra: vulnerabilidade e racismo em tempos com ou sem pandemia Geórgia da Conceição Reis (Mediadora - IFFluminense); Flávia Coutinho Ferreira Sampaio (IFFluminense); Sheila Dias Almeida (UFOP) Link: https://youtu.be/AASiljhKQbc
16 JULHO 2020 17 horas	Mulheres na Universidade, produções científicas e inovações tecnológicas Karen da Silva Figueiredo Medeiros Ribeiro (Instituto de Computação - UFMT); Drielle da Silva Pereira (Mestra em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa - UFF); Manuela Batista Nogueira (Coordenadora do NUGEDIS do IFFluminense campus Cambuci - Mediadora) Link: https://youtu.be/vUqqi8jkMzk
21 JULHO 2020 17 horas	Teatro do Oprimido: um aliado na prática pedagógica Helen Sarapeck (UNIRIO); Manuela Batista Nogueira (Mediadora - IFFluminense) Link: https://youtu.be/XT8AqrTDoyc
22 JULHO 2020 18 horas	"O lugar da mulher na Arte: objeto ou sujeito?" Danuza Rangel (Polo Regional Arte na Escola - UENF); Amanda Bastos (Coordenadora do NUGEDIS IFFluminense campus São João da Barra) Link: https://youtu.be/1XM5Bn4szp0



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

25 AGOSTO 2020 10 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixo temático: MULHER E EDUCAÇÃO Coordenação: Alice de Araújo Nascimento
25 AGOSTO 2020 13 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixo temático: MULHER E TRABALHO Coordenação: Olívia de Melo Fonseca
26 AGOSTO 2020 10 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixo temático: MULHER E GÊNERO Coordenação: Alice de Araújo Nascimento; Geórgia da Conceição Reis
26 AGOSTO 2020 13 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixos temáticos: MULHER E VIOLÊNCIA e MULHER E POLÍTICA Coordenação: Ângela da Silva Gomes Poz; Karina Hernandez Neves
27 AGOSTO 2020 10 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixos temáticos: MULHER E CULTURA; MULHER NEGRA; MULHER E RESISTÊNCIA e MULHER E ARTE Coordenação: Camila França Barros; Geórgia da Conceição Reis
27 AGOSTO 2020 13 horas	COMUNICAÇÃO ORAL Eixos temáticos: MULHER, CIÊNCIA E TECNOLOGIA; MULHER E EMPREENDEDORISMO e MULHER E SUBJETIVIDADE Coordenação: Manuela Batista Nogueira

MULHER E ARTE





Oficina de pintura: diversidade no olhar

Stephani Corrêa Ferreira^{1*}; Jonas Defante Terra²

¹ Bolsista e Licencianda em Física pelo IFFluminense campus Campos Centro;

² Coordenador de Políticas Culturais e Diversidade do IFFluminense

*stephanicferreira@gmail.com

Resumo

A instituição escola nasceu a partir de uma perspectiva normatizadora no que diz respeito a norma social que foi produzida alicerçada ao conceito normativo de sexualidade. O ambiente normativo presente no âmbito escolar não dá lugar a discentes que fogem dessa lógica heteronormativa uma vez que, o rompimento de determinada norma social propende a ultrapassar os limites de compreensão que foram impostos pela 'norma'. A proposta o projeto artístico-pedagógico "Oficina de pintura: diversidade no olhar" parte desta narrativa e tem como objetivo proporcionar aos participantes a experiência de criação e produção artística de ilustrações, perpassando o campo estético da arte e atravessando o campo social, sensibilizando os participantes para arte e evidenciando questões inerentes à cidadania e coletividade referentes a abordagem de conceitos sobre gênero e diversidade.

Palavras-Chave: Teoria *queer*. Diversidade. Gênero. Sexualidade. Arte-educação.

Introdução

Este trabalho busca apresentar o projeto artístico-pedagógico de ilustrações e pinturas realizadas por estudantes do Instituto Federal Fluminense, que compõem o acervo de uma exposição itinerante e multicampi protagonizada pela iniciativa estudantil. As produções artísticas estudantis e a própria exposição que as reúnem, são frutos resultantes das oficinas artístico-pedagógicas criadas para aprimorar a habilidade criativa e suscitar um debate acadêmico e científico sobre gênero e diversidade.

A partir de uma repercussão midiática e política a respeito de uma intervenção educativa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) do campus Itaperuna, durante um evento acadêmico realizado anualmente no campus, intitulado 7ª Semana Acadêmica do Instituto Federal Fluminense campus Itaperuna, realizado entre os dias 24 e 28 de setembro de 2018. A intervenção ganhou novas proporções institucionais, devido a sua relevância temática para a promoção de uma educação que respeita à diversidade e promove a igualdade de direitos, responsabilidade e oportunidades entre os gêneros, principalmente no que tange ao combate à discriminação e à cultura da violência.

Segundo César (2010), se tomarmos como certo o lugar da sexualidade na instituição escolar, é importante demarcar os temas que envolvem o trabalho na instituição escolar. [...] Alunas/os, profissionais da educação, pais e responsáveis gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar. Assim, um trabalho que assuma como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um 'campo epistemológico'



desconhecido, na medida em que a 'epistemologia' reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero.

A simultaneidade entre a existência de corpos com diversas construções culturais no ambiente escolar, implica no estudo de processos que permitem questionar sobre as relações de desigualdade provenientes desta multiculturalidade presente na escola (BORTOLINI, 2011). O ponto de partida para a criação da oficina, trata-se do protagonismo estudantil ao elaborar uma instalação artística e educativa numa sala temática compondo o evento acadêmico em 2018. Estes corpos foram construídos a partir das desconstruções e das releituras de obras clássicas, tais como, por exemplo, *O Nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli e *Mona Lisa*, de Da Vinci.

Ao assumir perspectivas da Teoria *queer* que, desenvolve um debate sobre a formação dos sujeitos da sexualidade, pode-se demonstrar que gênero, sexo e corpo são características resultantes de construções culturais, linguísticas e institucionais (CÉSAR, 2010). O objetivo da instalação na sala temática, acompanhada de uma apresentação performática, visava a reflexão crítica sobre as construções culturais e sociais a respeito da sexualidade, e seus resultados na construção dos sujeitos a partir das leituras das obras clássicas nos contextos escolares. As provocações instauradas pelos estudantes ao realizarem a performance possuíam o propósito de desconstruir e descolonizar os pensamentos heteronormativos já calcados historicamente em nossa sociedade.

A instituição escola nasceu a partir de uma perspectiva normatizadora no que diz respeito a norma social que foi produzida alicerçada ao conceito normativo de sexualidade (CÉSAR, 2010). O ambiente normativo presente no âmbito escolar não dá lugar a discentes que fogem dessa lógica heteronormativa uma vez que, o rompimento de determinada norma social propende a ultrapassar os limites de compreensão que foram impostos pela 'norma'.

Partindo desse princípio, um projeto artístico-pedagógico que tenha como centralidade temática a diversidade sexual e de gênero, tema que abarca conceitos não normativos a partir de perspectivas epistemológicas do sistema heteronormativo, onde sexo e gênero não são particularidades que se desprendem, inclina-se para além da promoção de uma educação que respeita a diversidade e promove a igualdade de direitos, para uma educação que combate a discriminação a cultura da violência. Rompendo, deste modo, com sistema heteronormativo que faz a associação sexo-gênero, aprimorando a habilidade criativa a luz da arte *queer* de artistas digitais.

Metodologia ou Materiais e Métodos

O produto educacional foi elaborado em forma de material audiovisual através de uma apresentação de slides acerca do tema diversidade sexual e de gênero, contendo fundamentação teórica da ação, juntamente com imagens de obras digitais de artistas que tratam da temática diversidade.

A aplicação deste material foi dividida em quatro etapas, sendo elas:

Etapa 1 – A primeira etapa consistiu na apresentação do objetivo da oficina contextualizando a sua temática, em seguida foi feita uma breve apresentação da Teoria *queer*, onde foram diferenciados os significados entre, sexo, sexualidades e gênero além de uma análise de dados estatísticos que comprovam a violência e o (não) lugar dos grupos minoritários apresentados.



Etapa 2 – A segunda etapa consistiu na apresentação do acervo das obras digitais selecionadas pelos ministrantes, com o objetivo de oportunizar aos participantes o aperfeiçoamento do olhar sensível para ilustrações digitais sobre a temática, refletindo criticamente os processos criativos dos artistas e suas abordagens sobre a temática. Além de enriquecer suas referências para a próxima etapa.

Etapa 3 – A terceira etapa consistiu na produção de novas ilustrações pelos participantes a partir das etapas anteriores, utilizando recursos artísticos disponíveis para a oficina. Os recursos utilizados nas oficinas foram: lápis, borracha, lápis de cor, canetas hidrocor, papéis A4, pincéis, telas e tintas: guache, acrílica e aquarela.

Etapa 4 – Algumas obras artísticas desenvolvidas pelos participantes foram destinadas ao acervo artístico da oficina. Este acervo compõe a exposição itinerante que percorre os campi do Instituto Federal Fluminense.

Resultados e discussão

A oficina foi ofertada em diversos momentos no Instituto Federal Fluminense, a partir da repercussão midiática e política da instalação artística numa sala temática do campus Itaperuna, em setembro de 2018. Apresentamos duas obras artísticas expostas nesta sala temática, exemplificadas na Figura 1, que retratam a abordagem temática e a expressão artística do grupo de estudantes do campus Itaperuna ao conceber a instalação/performance para o evento acadêmico. A temática foi abordada pelos estudantes, a partir dos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS) do campus Itaperuna.



Figura 1. Obras artísticas dos estudantes de Itaperuna.

No dia 4 de outubro de 2018, realizamos a oficina no Campus Avançado de Cambuci, com participação especial dos estudantes do campus Itaperuna apresentando as obras originárias da oficina, acompanhadas de uma apresentação artística de modalidade performance (Figura 2).

No Campus Avançado de Cambuci, a oficina contou com a participação de três turmas de estudantes do Ensino Médio Integrado, dividida em dois momentos: uma apresentação artística-cultural pelos estudantes do campus Itaperuna e depois a parte prática de produção de obras artísticas pelos participantes da oficina. A apresentação da performance foi executada duas vezes pela capacidade do espaço destinado à apresentação.



No Instituto Federal Fluminense campus Santo Antônio de Pádua, a oficina ocorreu no dia 31 de maio de 2019 e no campus São João da Barra ocorreu no dia 22 de julho de 2019 (Figura 3). Em Pádua, a oficina teve a participação de estudantes do campus e da comunidade externa, totalizando sete participantes. Em São João da Barra, foram 20 estudantes do campus que participaram das etapas da oficina.

A partir das produções artísticas dos participantes das oficinas nos referidos campi, reunimos um acervo de obras assinadas ou anônimas que compuseram as exposições em eventos institucionais. A cada oficina o acervo aumentava a partir das novas criações e buscávamos expor as obras nos eventos culturais institucionais, tais como a Mostra de Extensão IFF-UFF-UENF de 2018 e o Congresso Regional de Cultura (CORCULT) realizado em 2019.



Figura 2. Oficina no IFFluminense Campus Avançado Cambuci.



Figura 3. Oficinas do campus São João da Barra e Santo Antônio de Pádua.

Conclusão

A elaboração e aplicação da oficina como um projeto artístico-pedagógico cumpre com os objetivos almejados de desenvolver uma prática educativa que promova uma cultura de respeito à diversidade, produzir conteúdos educativos com finalidade de desconstruir a cultura da violência, difundir conteúdos de combate à discriminação, estudos sobre gênero e sexualidades e produções



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



artístico-culturais que promovam a igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre os gêneros.

Referências

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. Revista espaço acadêmico, nº 123, 2011.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Sexualidade e Gênero: ensaios educacionais contemporâneos. R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

CHAUÍ, M. (1995). *Cultura política e política cultural*. Estudos Avançados, 9(23), 71-84.



MULHER E CULTURA



Rainha das Rosas de Barbacena: uma tradição cultural das mulheres do município

Glauber Soares Junior^{1*}; Fabiano Eloy Atilio Batista²

¹ *Mestrando em Economia Doméstica - UFV*; ² *Doutorando em Economia Doméstica - UFV*

**glaubersoares196@hotmail.com*

Resumo

Este trabalho teve como intuito investigar e analisar se concursos de beleza de festividades tradicionais são percebidos como uma tradição cultural feminina. Para tal, foi utilizado como contexto específico o caso do tradicional concurso 'Rainha das Rosas', que vem sendo realizado há mais de 50 anos na cidade de Barbacena, interior de Minas Gerais, sendo este um subevento da festividade 'Festa das Rosas e Flores'. A pesquisa de caráter descritivo-exploratória foi desenvolvida inicialmente através de referências bibliográficas. Em um segundo momento, foi realizado um estudo de campo sobre o concurso supracitado em que foram concebidas entrevistas focalizadas com mulheres que já participaram do mesmo. Enquanto resultados, destaca-se que, para as ex-participantes, a participação no concurso possui outros valores que se sobrepõem à questão da beleza. As mulheres participam do concurso geralmente quando adolescentes. Evidencia-se que, para essas adolescentes, o concurso era tido como uma experiência de sociabilidade que possuía significações simbólicas.

Palavras-Chave

Concurso de Beleza. Barbacena. Festa das Rosas.

Introdução

Na maior parte dos municípios brasileiros, tem-se como corriqueira a realização de festividades das mais variadas temáticas, que apresentam especificidades e peculiaridades da região na qual está inserida. Estas festividades dizem respeito à cultura popular de uma determinada região, representadas em suas festas, crenças, tradições, comidas, costumes e afins, buscando-se, por meio destas, enfatizar que todos os espaços possuem, em certa medida, uma significação que o torna singular, que contribui para a criação das identidades e do pertencimento dos sujeitos em diálogo com o meio em que vivem.

Diversas localidades investem e planejam o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas a festividades e eventos que atraem a atenção das pessoas para aquele destino, dentre esses vários eventos é possível citar as festas religiosas, carnavais de cidades interioranas, feiras gastronômicas, concursos de belezas dentre outros.

Nessa perspectiva, têm-se na cidade de Barbacena – localizada no interior de Minas Gerais – diversas datas comemorativas típicas do município, sendo a tradicional 'Festa das Rosas', uma das que mais se destaca. Esta festa já está presente no calendário comemorativo da cidade há mais de 50 anos.



Incorporado a este evento está o concurso de beleza, 'Rainha das Rosas e Flores', que já elegeu 50 rainhas no decorrer de sua existência. De acordo com pesquisas realizadas por Matos (2010), a 'Festa das Rosas' da cidade de Barbacena é tida como uma marca identitária da cidade. Seu início se deu no ano de 1968 e foi nesse primeiro evento que se iniciou "uma eleição que se tornaria, ao longo dos anos, símbolo de tradição, beleza, glamour e status entre as barbacenenses: a coroação da Rainha das Rosas" (MATOS, 2010, p. 30.31). Desde sua criação, a festividade já elegeu 50 rainhas.

O presente trabalho, portanto, foi construído com objetivo de investigar e analisar concursos de beleza de festividades tradicionais enquanto uma tradição cultural feminina, utilizando como contexto específico o caso do tradicional concurso 'Rainha das Rosas', que vem sendo realizado há mais de 50 anos na cidade de Barbacena, interior de Minas Gerais.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Com intuito de possuir de uma perspectiva geral referente à temática estudada, inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida a partir de referências bibliográficas – estas realizadas em um viés histórico. Após a consolidação das bases teóricas, a pesquisa foi direcionada para um estudo de campo, intuindo alcançar resultados precisos relativos a um fenômeno específico. Durante a estadia em campo, foram entrevistadas algumas ex-participantes do concurso 'Rainha das Rosas e Flores'. Esse contato com os sujeitos da pesquisa configuram a abordagem do artigo como sendo qualitativa (GIL, 2008; MARCONI & LAKATOS, 2003; YIN, 2001).

Para encontrar determinado número de antigas participantes do concurso de uma maneira mais rápida e dinâmica, inicialmente foi publicada em uma rede social – Facebook – mais precisamente, nas páginas dos 'Classificados de Barbacena e Região' – página essa que conta com a participação de mais de cem mil pessoas – e 'BarbarasCenas (Fotos antigas de Barbacena)' – que conta com mais de seis mil pessoas. Esta página foi escolhida pois, nela, são divulgados fatos históricos ocorridos na cidade de Barbacena – uma divulgação da realização do artigo, convidando mulheres que já participaram da competição para responder alguns questionamentos relativos ao concurso.

A escolha por buscar os sujeitos desta pesquisa via internet se deu pelo fato de que, na plataforma, a informação circula com grande velocidade e atinge um número muito expressivo de pessoas. Todas as pessoas que se prontificaram a responder as perguntas que foram previamente estipuladas foram entrevistadas. Além disso, as entrevistadas tiveram ampla liberdade para acrescentar falas referentes a questões que não foram abordadas nas perguntas, mas que as mesmas consideraram relevante apontar.

Ao total, foram 10 ex-concorrentes que concederam entrevistas. Tais entrevistas foram concebidas no método focalizado. Os dados foram analisados a partir do método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011).

Resultados e discussão

Através do advento da fotografia, no final do século XIX, em Paris, jornais da cidade passaram a divulgar fotos de mulheres intuindo eleger a mais bela do país. Este feito logo se popularizou, atraindo, por consequência, anunciantes,



tornado-se um 'evento' lucrativo. Nessa perspectiva de lucratividade, no ano de 1952, a fábrica de trajes de banho, intitulada 'Catalina', visando divulgar seus produtos, criou um concurso em que mulheres desfilariam vestindo tais trajes: o *Miss Universe* (CRUZ, 2008).

Os concursos de beleza foram eventos socialmente muito importantes na década de 1950. O Brasil passou a participar do concurso '*Miss Universo*' no ano de 1954 – dois anos após a criação do mesmo – tendo como representante Martha Rocha, que, em seu primeiro ano participando, atingiu a segunda colocação. Neste período, tal concurso possuiu tamanha popularidade, sendo transmitido pela TV – no Brasil, pela TV Tupi – e chegando a encher estádios como o 'Maracanãzinho', que chegou a receber 30 mil pessoas para assistir a coroação (DIAS et al, 2011).

Nesse aspecto, os concursos em âmbito geral são percebidos como espaços de sociabilidade. Nos eventos onde ocorrem competições, tal sociabilidade acontece entre grupos diversos, mas ocorrendo uma separação em que impera a hierarquização – de classe e de gênero. Nos concursos de beleza, 'papéis sociais', empregues a mulheres, geralmente são reproduzidos. Nesse aspecto, as mulheres vencedoras, eleitas rainhas, "[...] personificavam a esposa, a mãe, a dona de casa, em corpos de mulheres trabalhadoras, pertencentes às classes populares, criando uma ideia de continuidade dos papéis de gênero que diluía as oposições entre espaço doméstico e espaço do trabalho [...]". (CANÇADO, 2007, p. 220). Em contrapartida, a participação de mulheres mais jovens em tais concursos, emprega, aos mesmos, uma simbologia de progressão e desenvolvimento (CANÇADO, 2007).

No caso do concurso "Rainha das Rosas" de Barbacena, segundo mulheres que foram entrevistadas – exemplificadas através da Figura 1 – a participação no mesmo, nos primeiros anos de existência deste, era tida como um 'sonho' de quase todas as adolescentes da cidade de Barbacena. Essa resposta foi comumente concedida por ex-candidatas das primeiras edições do concurso. Para outras, a participação no concurso foi à realização de uma vontade pessoal de desfilarem, de ser modelo por pelo menos uma noite.



Figura 1. Participante do concurso do ano de 1994.
Fonte: Acervo pessoal de Érica Veloso Pimentel de Mello

No que concerne à importância afetiva de ter participado do concurso, as respostas foram bastante similares. As mulheres apontaram que foi muito importante fazer parte da história da 'Festa das Rosas', mesmo sem ter



pretensões de seguir neste ramo. Destaca-se que estas relatam que a participação no concurso gerou grande aprendizado, pois precisou lidar com o nervosismo, com a ansiedade, já que estavam diante de tantas pessoas que estariam ali para analisar todos os seus detalhes. Por outro lado, as participantes ainda compreendem o evento como um espaço de socialização, pois, para elas, foi possível conhecer pessoas e fazer novas e grandes amizades.

Conclusão

É possível concluir que o concurso 'Rainha das Rosas' vai além do imaginário da beleza. Para a maioria das entrevistadas, a participação no mesmo se tratou da realização de um sonho. Todas as entrevistadas apontam o evento como tendo uma representação muito além de um simples concurso. Para elas, a realização de estar fazendo parte daquele momento é de todas as participantes, independentemente do resultado. As barbacenenses se sentem, de certa forma, prestigiadas e representadas, já que este, atualmente, é um dos poucos eventos que a cidade oferece. São dias de preparação e dedicação para que tudo aconteça conforme o planejado; nessa perspectiva, é criada uma expectativa muito grande entre as mulheres que participam e todos os envolvidos.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos durante a realização do mestrado/doutorado.

Referências

CANÇADO, A. Concursos de Rainhas: poder e beleza em cena. : Poder e Beleza em Cena. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 2, n. 47, p. 219-224, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufpr.br/historia/article/download/12116/8477>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CRUZ, R. O mundo secreto dos concursos de beleza. **Super**: Interessante, São Paulo. jun. 2008. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/o-mundo-secreto-dos-concursos-de-beleza/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DIAS, A. P, et al. "Sobre a memória social dos 'Anos Dourados': Fusca, Copa do Mundo, Bossa Nova e Miss Brasil" in: **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo. v.13, n.3, 2011. p. 110-123. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2723/3182>. Acesso em 14 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 04 abril de 2020.

MARCONI, M. A. d.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. 310 p.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

MATOS, C. A. de. **As rosas, os loucos, os políticos e os imigrantes: identidades e memórias culturais barbacenenses.** (Dissertação) Programa de Pós Graduação em Letras; Universidade Federal de São João DelRei – Teoria Literária e Crítica da Cultura, Novembro de 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp151661.pdf>. Acessado em: 09 abr. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.



**MULHER E
EDUCAÇÃO**



Educação socioemocional para o empoderamento de alunas adolescentes do curso técnico de Informática do IFRO Campus Porto Velho/RO

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles^{1*}; João Guilherme Rodrigues Mendonça²

¹ *Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Pedagoga do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)*

² *Pós-doutor em Educação Sexual e Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus Porto Velho*

**livia.santos@ifro.edu.br*

Resumo

Este artigo expõe sobre a educação socioemocional como ferramenta de empoderamento feminino para áreas de formação em tecnologias, como é o caso do curso técnico em Informática integrado ao Ensino Médio ofertado no IFRO (Instituto Federal de Rondônia). Foram analisados os relatos de duas alunas deste curso, uma cursando o primeiro ano e a outra o terceiro ano, ambas adolescentes. As alunas expuseram suas opiniões e vivências sobre a necessidade de as meninas serem mais empoderadas em uma área que (ainda) é predominantemente masculina. Para amparar o debate, são significativas as contribuições de Becker (2004), Freire e Shor (1986), Baquero (2012) e Schneider (2009). O objetivo se delinea para compreender como possibilitar meios para tornar as alunas mais confiantes e empoderadas neste universo, sendo elas atendidas no Serviço de Orientação Educacional, utilizando-se princípios metodológicos da educação socioemocional baseados no Programa de Educação Emocional do IFRO. Os resultados indicam que é necessário um maior acolhimento das meninas pois existe sim preconceito contra as meninas/mulheres, subsistindo em dúvidas sobre suas capacidades cognitivas, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Consideramos que é preciso incluir no currículo do curso de Informática temáticas como a história das mulheres que ajudaram a desenvolver esta área de conhecimento.

Palavras-Chave: Educação Socioemocional. Empoderamento. Mulheres. Pedagogia.

Introdução

O empoderamento feminino é uma expressão que vem se destacando na sociedade e na mídia nos últimos anos. A expressão empoderamento origina-se da palavra inglesa *empowerment* que, de acordo com BECKER (2004, p. 657), pode ser definido como:

O meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como as mudanças em direção a



uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência.

Quando se remete aos aspectos vinculados ao empoderamento, apoia-se em Freire e Shor (1986), que o incorporaram como um conceito ligado à classe social e parte da ação do sujeito, de um desequilíbrio nas relações de poder (FREIRE; SHOR, 1986). O empoderamento passa a ser uma ação individual, fortalece-se no coletivo e se constitui como “um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 123).

O termo foi adotado, inicialmente, por movimentos sociais dos Estados Unidos da América, que lutavam pela emancipação dos excluídos e pela cidadania de grupos segregados, como negros, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência (BAQUERO, 2012).

Neste artigo trataremos sobre como a educação socioemocional pode se tornar uma ferramenta de empoderamento feminino nas áreas de tecnologia e informática, como é o caso do curso técnico em Informática integrado ao Ensino Médio ofertado no IFRO (Instituto Federal de Rondônia).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 35, discorre sobre as finalidades do Ensino Médio, sendo estabelecida como “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Já a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprofunda ainda mais este pensamento ao afirmar que a escola deve ser um espaço que permita aos estudantes: Combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença; Construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade. (BRASIL, 2018, p. 466 - 467).

No curso técnico de Informática, modalidade integrado ao Ensino Médio, surgem situações de intimidação, desmerecimento, preconceito e até mesmo violência contra as meninas/mulheres que se dedicam a área da informática.

Ao ouvir relatos de alunas deste curso, buscou-se compreender como as relações pessoais na escola perpassam situações de discriminação contra a mulher, levando-se a necessidade de promover o empoderamento feminino. O empoderamento contribui para a permanência da aluna e seu êxito nos estudos, além de promover uma satisfação e encorajamento pela luta por direitos das mulheres. Desta maneira, o objetivo geral é possibilitar meios para tornar as alunas mais confiantes e empoderadas neste universo, sendo elas atendidas no Serviço de Orientação Educacional.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Através do registro de atendimento da Orientação Educacional é possível analisar os relatos de situações em que alunas se sentiram desconfortáveis por estarem em uma área predominante de homens. A escuta sensível foi utilizada, como também desenvolvimento das habilidades socioemocionais. O método do



atendimento consiste na escuta e registro do atendimento após a conversa com a aluna, com posteriores reflexões.

Resultados e discussão

O relato colhido é de duas alunas, uma cursando o primeiro ano do curso e a outra o último ano (terceiro ano). A primeira relata que, certa vez, os meninos da turma fizeram um grupo e não a permitiram participar, alegaram que mulher não era atendida com tecnologias pois deveria estar cuidando de casa.

A segunda relatou que durante um estágio, em que era a única mulher trabalhando no setor, sofria preconceito através de um tratamento diferente, em que os homens faziam piadas sobre sua capacidade para trabalhar com sistemas e programas mais complexos, sendo que por esta razão a aluna diz ter parado de frequentar o estágio por um tempo.

Foi perguntado as duas alunas se elas consideram que enfrentam preconceito por ser menina/mulher e ambas responderam que sim, perguntamos também o que elas pensam que pode ser feito para que este ambiente escolar e de estágio seja mais acolhedor e respeitoso, elas disseram que é preciso exigir respeito e denunciar estas situações.

Foi trabalhado com as duas alunas algumas habilidades socioemocionais, como ter segurança para enfrentar as situações adversas quanto ao gênero, resolver conflitos e ter capacidade de comunicação com intencionalidade. Elas produziram um mapa das emoções, em que apontaram quais situações se sentem mais intimidadas por serem mulheres, onde recebem questionamentos sobre suas habilidades e conhecimentos na área de informática. Elas receberam como tarefa pesquisar sobre a história de mulheres que são referência na área da Informática.

Para colocar em prática as habilidades socioemocionais, devemos considerar o desenvolvimento da adolescente e procurar estabelecer no ambiente escolar algumas características, como bom acolhimento, promoção do protagonismo, aumentar as expectativas com relação às capacidades das alunas e garantir a oferta de oportunidades. Foram trabalhados os seguintes princípios:

Tabela 1. Relação das habilidades socioemocionais

Habilidades socioemocionais para alunas do curso de Informática		
Habilidade	Conceito	Setor responsável
Acolhimento	Promover um ambiente seguro e acolhedor para as meninas	Orientação Educacional
Protagonismo	Empoderamento, direito de escolhas conscientes, encorajamento	Orientação Educacional
Expectativas	Criar expectativas positivas	Orientação Educacional/ Equipe DEPAE e professores



Oportunidades	Garantir a escuta e o encaminhamento de casos	Orientação Educacional/ Equipe DEPAE e professores
----------------------	---	--

Ter consciência das situações de desigualdades é importante para que as mulheres lutem por seus direitos. Segundo Schneider (2009) as mulheres não parecem estar alheias as desigualdades, percebem-se manifestações, ao longo da história, com o feminismo, os sindicatos, os movimentos sociais e formas alternativas de geração de trabalho e renda.

Uma das habilidades é de evitar conflitos, ter a capacidade de convivência entre alunas e alunos de forma respeitosa e democrática, com competências socioemocionais mais desenvolvidas. A educação emocional busca tornar um indivíduo mais inteligente emocionalmente, o que significa que ele terá mais chances de um convívio social estável. Além disso, será capaz de trabalhar em grupo, terá mais confiança diante dos desafios do dia-a-dia, estará mais apto ao relacionamento interpessoal e, principalmente, será mais otimista e equilibrado diante das exigências impostas pela sociedade.

Conclusão

É necessário tratar sobre o lugar da mulher na Educação, pois a violência persiste todos os dias, às vezes de forma sutil, mas incomodando e até mesmo sendo causa de adoecimento emocional, evasão escolar e sentimento de inferioridade de meninas adolescentes, é visível que a discussão de gênero ainda é carregada de inquietações e preconceitos, pois estigmatizam papéis sociais. O relato das duas alunas é apenas um recorte de uma realidade, muitas meninas passam por situações parecidas e não relatam isso, por temerem não serem bem compreendidas.

O IFRO precisa cada vez mais promover e criar espaços de discussão para trabalharmos as habilidades socioemocionais, promovendo-se valores como autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação com vistas a tomar decisões segundo princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários para as mulheres.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

Ao GPDIN – Grupo de Pesquisa em Diversidade, Acessibilidade e Educação Inclusiva.

Referências

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012. Quadrimestral.

BECKER, Daniel, et al. **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. Ciência e saúde coletiva, v. 9, n.3, p.655- 667, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sitete.pdf. Acesso em: 23 maio de 2010.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: O cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IFRO. **Programa de Educação Emocional do IFRO.** Documento institucional. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/calama/noticias/9629-campus-porto-velho-calama-inicia-atividades-do-programa-de-educacao-emocional-2>. Acesso em 29.05.2020

SCHNEIDER, Élen Cristiane. **As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária.** XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/_000-062_1489.pdf. Acesso em: 01/06/2020



Entre a casa e a escola: a dupla jornada de mulheres-professoras

Carol Alice Petroski Lazarim*

Estudante de Especialização em Neuropsicopedagogia da Faculdade de Educação São Luís

**petroski.carol@hotmail.com*

Resumo

Este trabalho refere-se aos desafios que permeiam a vida de mulheres-professoras com dupla jornada de trabalho, que conciliam as responsabilidades domésticas e docentes diariamente. Objetivou-se compreender os impactos da sobrecarga de trabalho na qualidade de vida das mulheres que atuam no magistério. A pesquisa justifica-se pela necessidade de enfatizar as questões referentes à atuação feminina no ambiente educacional, tendo como bases teóricas os estudos de Barbosa e Leal (2013), Costa (2018), Neves e Seligmann-Silva, (2006) e Zibetti e Pereira (2010). Através da revisão bibliográfica de estudos já realizados sobre o tema, foi possível analisar questões importantes acerca da problemática abordada, discutindo brevemente as considerações das autoras. Os resultados obtidos indicam que as condições de vida e trabalho docente sobrecarregam as mulheres, contribuindo para o adoecimento das mesmas. Portanto, é preciso olhar com mais atenção para a realidade que as mulheres-professoras estão inseridas, buscando alternativas que melhorem a qualidade de vida e de trabalho dessas profissionais.

Palavras-Chave: Desafios. Magistério. Trabalho.

Introdução

No século XIX, as mulheres encontravam no magistério uma alternativa para se inserir no mercado de trabalho. De acordo com Costa (2018), esse fato provocou uma divisão desigual do trabalho, pois, além da atividade remunerada, as tarefas domésticas continuavam sendo uma responsabilidade atribuída quase que exclusivamente às mulheres.

Na sociedade contemporânea, muitas mulheres se deparam com a necessidade de conciliar os afazeres domésticos e o trabalho remunerado, ocasionando uma dupla jornada de trabalho. Diante disso, este estudo versa sobre os desafios que permeiam a vida de mulheres-professoras em relação às atividades domésticas e docentes que desempenham.

Para Zibetti e Pereira (2010), estudos que abordam esse tema assumem relevância, pois grande parte das políticas públicas e iniciativas de valorização e de formação docente, desconsideram o fato do magistério ser composto majoritariamente por mulheres, principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Portanto, este trabalho objetivou identificar, através de revisão bibliográfica, quais os impactos da dupla jornada de trabalho no cotidiano das mulheres-professoras e suas implicações na qualidade de vida delas, a fim de discutir a



problemática apresentada e contribuir para reflexões sobre a importância do tema.

Metodologia

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa, pois analisa os desafios enfrentados por mulheres-professoras que possuem uma dupla jornada de trabalho, e que se dividem entre as tarefas domésticas e docentes. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos científicos publicados em revistas e disponíveis em base de dados online. Esses materiais foram selecionados de acordo com o tema abordado, pois discutem tópicos importantes que contribuem para o aprofundamento teórico das questões aqui tratadas.

Resultados e discussão

Nos últimos tempos, a luta feminina pela igualdade de direitos se intensificou e gerou muitos progressos, sendo o trabalho a maior conquista de todas. Ao longo da história, as mulheres foram culturalmente marginalizadas e, mesmo enfrentando muitas dificuldades até hoje, encontraram no trabalho a chave para a liberdade e emancipação financeira (BARBOSA E LEAL, 2013; COSTA, 2018).

Ainda hoje, a diferenciação da força de trabalho entre homens e mulheres, construída historicamente, permanece no imaginário das pessoas. Muitas mulheres atendem às demandas que lhes eram atribuídas antes de entrarem no mercado profissional, tendo que conciliar o trabalho remunerado, as tarefas domésticas e, muitas vezes, os estudos, incluindo os cursos de formação continuada. Isso ocasiona uma dupla ou tripla jornada de trabalho que as sobrecarregam e contribuem para o seu adoecimento (ZIBETTI E PEREIRA, 2010; COSTA, 2018).

De acordo com Zibetti e Pereira (2010), a docência é uma atividade desgastante, pois o tempo de preparação de atividades docentes não é suficiente, obrigando as professoras a levarem atividades da escola para casa. Além disso, as jornadas de trabalho são exaustivas e os salários são baixos, impedindo-as de contratarem ajuda doméstica. Todos esses fatores reduzem as horas de descanso e influenciam na qualidade do ensino, bem como prejudicam a qualidade de vida das professoras.

Em seu estudo, Neves e Seligmann-Silva (2006) identificaram muitas queixas sobre as condições de trabalho docente nas escolas, sendo que a que mais gera incômodo é a falta de reconhecimento social, que, somada ao caos do sistema educacional e ao julgamento negativo da sociedade, responsabiliza as docentes pelo fracasso da escola pública.

Além disso, há queixas quanto ao envolvimento emocional com problemas dos alunos, desvalorização social e falta de estímulo ao trabalho, exigência de domínio de temas diferentes e em constante mudança, relações interpessoais insatisfatórias, classes numerosas, falta de tempo para descanso e lazer, extensa jornada de trabalho somada a outras atividades e sentimento de culpa, por não realizarem satisfatoriamente as atividades domésticas (NEVES E SELIGMANN-SILVA, 2006).

Para Costa (2018), este cenário causa nas mulheres estresse emocional, cansaço físico e sentimento de culpa duradouro, pois, mesmo nessas condições,



não querem abandonar o trabalho e buscam a todo custo atender todas as demandas. Ainda segundo a autora, há um sofrimento cotidiano vivenciado por essas mulheres, que pode se tornar insustentável e afetar a saúde mental das mesmas.

Segundo Neves e Seligmann-Silva (2006), o sofrimento e o desgaste, causados pelo uso deformado e deformante do corpo e das potencialidades psíquicas, podem interferir no desempenho profissional das professoras. Mesmo assim, algumas delas encontram novas formas de lidar com os limites e as dificuldades de seu trabalho.

Diante deste cenário, Zibetti e Pereira (2010) destacam a necessidade de discutir a sobrecarga feminina em relação ao trabalho doméstico e docente, propondo medidas que considerem a questão de gênero e promovam melhores condições de vida e trabalho às mulheres, bem como uma educação melhor.

Conclusão

O presente estudo aponta os obstáculos enfrentados por mulheres-professoras em nosso país, em relação à dupla jornada de trabalho que enfrentam. Essas mulheres, se desdobram diariamente para conciliarem as atividades docentes e as responsabilidades domésticas em casa, tendo assim uma sobrecarga de trabalho.

É possível notar que a vida das mulheres que exercem o magistério é repleta de dificuldades, devido às inúmeras atividades que realizam. Esse cenário tem gerado esgotamento físico e mental nas mulheres, que geralmente se culpam por não conseguirem atender todas as demandas da maneira que gostariam.

Nesse contexto, é necessário refletir sobre a realidade em que as mulheres-professoras estão inseridas, valorizando a atuação feminina no magistério. Assim, será possível promover o equilíbrio entre as atividades docentes e domésticas, garantindo que as professoras tenham melhores condições de vida e de trabalho, que, conseqüentemente, refletirá no progresso da educação em nosso país.

Agradecimentos

À Comissão Organizadora e Científica do Seminário Virtual da Mulher, pela oportunidade de acesso e divulgação de estudos pertinentes às mulheres.

Referências

BARBOSA, Rachel Pinheiro de Oliveira Souza; LEAL, Carolina de Castro Nadaf. Mulheres-professoras: resignificando a formação docente. In: **Anais XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**. Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6974_4590.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

COSTA, Fabiana Alves da. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 434-452 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986>. Acesso em: 13 jul. 2020.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SELIGMANN-SILVA, Edith. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: <http://www.revipsi.uerj.br/v6n1/artigos/PDF/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 259-276, 2010. Editora UFPR. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000500016&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 10 jul. 2020.



Mulheres e educação em debate: rupturas e permanências

Gabrielle Carla Mondego Pacheco Pinto¹

¹Professora de Língua Inglesa da SME/RJ; Proped/UERJ

*gabimondego09@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma breve apresentação dos movimentos de ruptura e permanência na história da educação das mulheres no Brasil, considerando, inicialmente, os projetos de civilização da nação republicana (início do século XX) e ainda a finalidade de uma educação para mulheres em uma perspectiva pós-estruturalista, cotejando as diferenças nos aspectos que definem seus objetivos e condições, as quais estabelecem relação direta com o tempo presente e a segmentação até então vigente no cerne educacional. Para este estudo, elegemos a metodologia de análise de fontes históricas, bem como o cruzamento de fontes, pois operam de modo a permitir a observação dos tópicos tencionados no decorrer da pesquisa, evitando o anacronismo e a tomada de um *monumento*. Ademais, este trabalho busca inserir-se nos estudos que privilegiam a história das mulheres no Brasil e na historiografia da educação para mulheres, especialmente neste momento de emergências e incertezas, quando mulheres educam-se, mais uma vez, para educar.

Palavras-Chave: Educação para mulheres. Nação republicana. Pós-estruturalismo. Rupturas e permanências.

Introdução

Pensadas à luz da biologia como frágeis e, conseqüentemente, inferiores (ROCHA, 2017); sob o faixo da psicologia como histéricas e inconstantes (KEHL, 2016); e pelas lentes antropológicas como um *desvio* construído a partir do e constituído pelo homem (LOURO, 1997), as mulheres caminharam, até aqui, à margem. Não obstante os movimentos que reivindicaram e conquistaram direitos, a colheita quase sempre foi agridoce.

Os anos que iniciam o século XX presenciaram o entusiasmo pela educação. A constituição de uma nova nação, moderna, se daria através da escola e de sua nova ordem. Como salienta Carvalho (1989), “o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes do povo, de vitalizar o organismo social, de construir a nação” (p.9). Educar, regenerar, higienizar. A educação das crianças, *guardiões do futuro da nação*, estava designada à escola; e a escola era personificada pela figura de uma mulher, a “continuação do lar”. No que tange o processo de higienização do início do século XX, Rocha (2017) aponta que “a mulher constitui-se na [figura] da interlocutora privilegiada” (p.121), pois é ela a responsável pelo núcleo familiar, pela limpeza do lar, assepsia dos filhos, preparação dos alimentos.



A educação para mulheres na Primeira República se colocava como mais uma forma de perpetuação do *lugar social* da mulher: a casa, o casamento e os filhos. Se meninas, a escola lhes era um apreço o qual não se podia questionar; se jovens mulheres, o casamento e a maternidade compunham uma vida íntegra, saudável e feliz; para o trabalho, o magistério lhes servia; se mais velhas, a elas se atribuía o conceito de sabedoria. Importante ressaltar que em nenhuma dessas frentes a mulher é protagonista ou produtora de saber, nem mesmo os *sábios conselhos da D. ou da Mme* eram, efetivamente, uma expressão de autoafirmação, consonância ou identificação com outras mulheres.

Joana Maria Pedro (2013) aponta que, especialmente no Brasil, a chamada “Segunda Onda” feminista guardou especificidades, por conta da conjuntura política – estávamos os brasileiros vivendo sob uma ditadura militar, cerceados de direitos e liberdades. Por este motivo, argumenta Pedro que “a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sob tantas outras pautas” e, ainda, assuntos ligados à sexualidade e à violência contra as mulheres seriam mais tarde grandes eixos norteadores do movimento.

O conceito de *sexismo*, divulgado inicialmente na década de 1960, explicaria os motivos para uma educação diferenciada em seus princípios, meios e fins. Bell Hooks (2019) afirma que “o movimento feminista se fortaleceu quando encontrou a academia”, quando mulheres passaram a ocupar o que antes só pertencia aos homens, as universidades. A partir daí, apesar de não estarmos falando de uma marcha pela educação universitária, tampouco a reivindicação da igualdade de acesso, a maioria dos estudantes e educadores passou a ser feminina. As mulheres começaram a escrever sobre sua própria condição no trabalho, na vida doméstica, na educação.

Criado em 1985, com fins de “promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”¹, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ofereceu novas perspectivas para a educação das mulheres, e promoveu, em colaboração com a Capes², pesquisas que tinham como objetivo a educação de e para mulheres. O processo de reformas educacionais no país na década de 1990, sob o lema da “Educação para todos”, entretanto, não contemplou as questões femininas na educação. Mudanças significativas para a educação das mulheres foram empreendidas na primeira década do século XXI e trouxeram a lume, de maneira mais efetiva, questões relativas ao gênero; questões da linguagem – como forma de delimitar as diferenças, principalmente; questões comportamentais e institucionalizaram estudos que tomam como objeto a mulher e as relações de gênero por elas permeadas.

Desta forma, este estudo busca compreender que condições levam ao reposicionamento das mulheres para o lugar social onde a sua educação é premissa para a educação da família e para o resgate do pressuposto da mulher como *reprodutora* do conhecimento produzido pelos homens, em especial neste momento em que mulheres desempenham multitarefas – o *home office*, o cuidado com a casa, a educação dos filhos, a administração das finanças, o casamento, a higiene e a saúde.

¹ Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho>. Acesso em 24/07/2020.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundada em 1951.



Metodologia ou Materiais e Métodos

A metodologia implicada na elaboração deste trabalho debruçou-se nos preceitos oriundos da História Cultural, corrente histórica e filosófica que ressignificou, essencialmente, o sentido do termo *fonte histórica*, as *categorias de análise*; pôs em lume o *dito-não-dito* dos documentos e evidenciou as rupturas e permanências como partes integrantes do processo de historicização.

Entendemos que a História Cultural nos oferece subsídios para o conhecimento e a observação da história da constituição das minorias, das diferenças e mais, da manutenção destas diferenças. Burke (2011) explicita que “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma construção cultural, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço.” (p.11-12). Neste sentido, o *cruzamento de fontes* se torna essencial à pesquisa, que objetiva o cotejamento de dois períodos históricos distintos, quando a ótica diacrônica deve operar.

Resultados e discussão

Ao analisarmos o censo demográfico de 1920, temos algo em torno de 78% de mulheres analfabetas, contra o aproximado 69% de homens na mesma condição; deste total de mulheres alfabetizadas, 70% ocupavam o magistério primário (PACHECO, 2015, p.38); deixando de lado as condições de sua elaboração, aprendemos com esses dados que boa parte da população feminina era incapaz³ de educar-se, tampouco de *oferecer* educação.

Muito embora o número tenha caído na segunda metade do século XX – a taxa era aproximadamente 54%, o total de mulheres ainda era maior do que o dos homens. Apenas no século corrente as taxas coincidiram e, eventualmente, os homens passaram a integrar a maioria dos analfabetos. Em 2009 os homens são 1% a mais; em 2015⁴, as mulheres ocupam mais da metade do número total de matriculados no ensino superior, o que representa um grande salto da educação feminina, quando pensamos em quem produz e o conhecimento que hoje compartilhamos, nos diferentes níveis educacionais.

O estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”⁵, divulgado em 2018 pelo IBGE, evidencia que, apesar de terem o maior nível de escolaridade e trabalharem, efetivamente, 10h a mais que os homens, o posicionamento das mulheres no mercado de trabalho ainda era inferior e os salários representavam apenas 76% do total pago aos homens. Dito isto, a função social e econômica das mulheres, multidimensionada, é, no entanto, ainda mal recompensada.

³ O termo faz referência ao julgamento imposto pelo Código Civil de 1916, que posicionou mulheres, crianças e jovens menores de 21 anos como relativamente incapazes. Fonte: Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 24/07/2020.

⁴ Fonte: Censo da Educação Superior 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf

⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 24/07/2020.



Nas três⁶ matérias eleitas para este estudo, dentre as muitas divulgadas online que debatem educação na pandemia, podemos perceber como a educação das crianças se consubstanciou na figura materna. Os textos selecionados mostram que a maioria das mães-educadoras preteriu alguma tarefa antes exercida – cuidados pessoais, estudos, cuidado com a casa, ou até mesmo o trabalho assalariado, para dedicar-se à rotina escolar dos filhos.

Vale ressaltar que este movimento das mães-educadoras atinge a todas – educadoras, pesquisadoras, domésticas, trabalhadoras informais, pouco instruídas, analfabetas, etc. As condições que garantem a manutenção da vida escolar dos filhos são das mais diversas, bem como os resultados. Entretanto, as finalidades são as mesmas experimentadas pelas mulheres na Primeira República: educar-se para educar.

Conclusão

Este trabalho busca apresentar um breve panorama acerca da educação de mulheres, considerando o início do século XX e o tempo presente, sob uma perspectiva pós-estruturalista. O empreendimento ambiciona tencionar as rupturas e permanências da educação para mulheres no Brasil.

No que tange a produção do conhecimento, este artigo procura a inserção nos estudos que preconizam a história e a historiografia das mulheres. Compreendemos que o fazer histórico também se constrói nos moldes do tempo presente e suas relações cíclicas com a história e as coletividades.

Referências

BURKE, Peter. Tradução de Magda Lopes. **A escrita da história; novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis RJ: Vozes, 2014.

PACHECO, Gabrielle Carla Mondego. **Os deveres do pequeno cidadão em Alma Infantil: versos para uso das escolas (1912)**. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁶ “Mesmo sem educação básica, mães ajudam filhos com aulas na pandemia”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/08/mesmo-sem-educacao-basica-maes-ajudam-filhos-com-aulas-na-pandemia.htm>

“Educação familiar durante a quarentena tem sido um desafio para os pais” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/educacao-domiciliar-durante-quarentena-tem-sido-desafio-para-pais>

“A rotina de pais e mães docentes durante a pandemia” Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=5942>



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Regras do bem viver para todos: A “Bibliotheca Popular de Hygiene” do Dr. Sebastião Barroso.** Campinas: Mercado de Letras, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão popular, 2013.



Por uma práxis feminina: experiências de um grupo de orientação para uma ciência outra

Élida Santos Ribeiro^{1*}; Brenda Iolanda Silva do Nascimento²; Ariela Cardoso da Silva³; Fernanda Antunes Gomes da Costa⁴

¹Mestranda em Educação em Ciências e Saúde – NUTES/UFRJ;

²Mestranda em Educação em Ciências e Saúde – NUTES/UFRJ;

³Mestranda em Educação em Ciências e Saúde – NUTES/UFRJ;

⁴Professora Doutora da UFRJ – Macaé e do NUTES/UFRJ

*elidasribeiro@gmail.com

Resumo

O presente texto é um relato de práticas de um grupo de orientação e trabalho de uma Universidade pública situada na cidade de Macaé. Refletem-se, aqui, os encontros semanais desse grupo majoritariamente feminino de pesquisadoras – contando com quatro mestrandas, um mestrando e uma orientadora – em trabalho remoto devido ao contexto pandêmico. Objetivamos, com este relato, salientar a importância de práticas acadêmicas que proporcionem debates horizontais e socialmente críticos, que incorporem subjetividades e afetações dos sujeitos envolvidos, assim como contribuir no fomento das mesmas, na direção de uma educação como prática da liberdade. Foi possível, ao longo do texto, relacionar a escolha das autoras e dos autores estudados pelo grupo – e o formato dialógico e participativo dos encontros – com uma práxis potencialmente emancipatória, aberta às insurgências da realidade. Assim, abrem-se brechas e caminhos para as necessárias aproximações da pesquisa com a prática pedagógica, na direção da produção de uma ciência outra.

Palavras-Chave: Práticas dialógicas. Ensino superior. bell hooks.

Introdução

A crise dos meios de produção do sistema capitalista coloca em evidência a precarização da vida e do trabalho humano, principalmente, em países do Sul Global como o Brasil (BRAGA, 2014). Seus efeitos, traduzidos em desequilíbrios ambientais, aumento da pobreza e acentuação das desigualdades sociais, convidam-nos a repensar o projeto de sociedade atual que se coloca como insustentável (STENGERS; ARAÚJO, 2015). Isso fica bastante acentuado com a chegada do novo coronavírus no Brasil, onde, diante da crise política/econômica/sanitária instaurada, demonstram-se, de forma concreta, os abismos existentes entre as relações de gênero, raça e classe estruturadas no tecido social (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020).

Nesse sentido, Paulo Freire, em *Pedagogia da autonomia* (2006), apresenta-nos reflexões acerca do papel da educação frente ao mundo globalizado e capitalista. Para o autor, a educação não só promove o espaço para que as problematizações da realidade venham à tona, mas também promove vias de



humanização. A partir da leitura de mundo de pessoas oprimidas, o autor nos chama a atenção para o compromisso ético da educação para a superação das desigualdades e a promoção da consciência crítica entre os indivíduos.

Em consonância com o pensamento de Paulo Freire, a autora e intelectual negra bell hooks, em *Ensinando a Transgredir* (2013), pontua que os espaços universitários e escolares acabam, muitas vezes, reproduzindo estruturas de dominação como o racismo e o sexismo –, corroborando para que esses espaços sejam competitivos, individualistas e de natureza pouco dialógica. Entretanto, ao resgatar o pensamento de Paulo Freire em diálogo com suas experiências de vida, a autora reafirma a importância de uma educação como prática da liberdade, a fim de ressignificar esses espaços e a produção de conhecimento.

Sendo assim, partindo do atual contexto social, em diálogo com as reflexões de autores como Paulo Freire (2006), bell hooks (2013), entre outros, o presente texto tem como objetivo relatar a experiência de um grupo de orientação para pensar o campo da Educação em Ciências e Saúde. Esse grupo busca construir uma agenda de pesquisa que seja fruto da experiência dialógica e engajada às problemáticas apontadas.

Metodologia ou Materiais e Métodos

As reuniões do referido grupo de orientação ocorrem uma vez por semana, com duração média de duas horas, tendo iniciado no dia 19 de março de 2020, em continuidade após o término deste artigo. Nos encontros, são discutidos textos escolhidos com uma semana de antecedência, sempre ligados à temática da educação, na perspectiva de realizar a construção coletiva de uma compreensão crítica do momento atual e sua relação com as desigualdades de gênero e de raça. A pergunta: “em que isso afeta sua pesquisa?” nas incitações (bem)vindas da orientadora permeia e conduz os encontros. Em cada encontro, as mestrandas e o mestrando são convidados a compartilhar os atravessamentos que o texto proposto lhes produz, incorporando vivências, afetações e subjetividades à pesquisa realizada, abrindo possibilidades outras de se pensar e fazer ciência.

As conversas sempre estimulam um olhar analítico frente aos ambientes sociais em que as(os) participantes se encontram e nos quais foram historicamente constituídos. Esses encontros de realidades individuais e coletivas, trazidas ao centro da conversa, cooperam para diferentes problematizações e construções de diálogos plurais para se pensar o contexto social e sua relação com o campo da Educação em Ciências e Saúde. Nesse sentido, o diálogo é aberto ao conflito, para que não se converta em um diálogo ingênuo acerca da realidade (FREIRE, 2013). As discussões não se esgotam nos debates, mas objetivam a construção de pesquisas e de pesquisadoras(es) engajados. À medida em que as discussões se desenvolvem, o grupo torna-se um espaço horizontal, plural e aberto às subjetividades das(os) envolvidas(os), tornando-se uma experiência aprazível e edificante às autoras do presente relato.

A criticidade presente é tributária das autoras e autores estudados, que balizaram todas as discussões. Foram analisadas importantes obras de mulheres negras, tais como: os contos “Olhos d’água” (2018) e “Maria” (2018),



de Conceição Evaristo, lemos e discutimos diversos trechos do livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), de Grada Kilomba, além do livro *Ensinando a Transgredir* (2013), de bell hooks, sobre o qual nos debruçamos continuamente. Também nos dedicamos ao livro *Educação e Mudança* (2013), de Paulo Freire, entendendo este autor fundamental para a compreensão e superação das opressões diversas numa perspectiva educacional. Essas obras não foram escolhidas ao acaso, mas a partir de um encaminhamento do grupo sobre a necessidade de dar a atenção merecida às obras e vozes de mulheres que foram silenciadas durante muito tempo por uma sociedade racista-colonialista-patriarcal que é evidenciada em nosso contexto pandêmico atual.

Somos capturados/as em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro e nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a (KILOMBA, 2019, p. 51).

O ambiente universitário ainda se encontra imbuído do pensamento hegemônico dominante e apresenta suas austeridades e resistências às possíveis transformações que insistem em forçar seus muros. A partir dessa consciência do grupo sobre o ambiente que o rodeia, que as discussões encaminhadas são de suma importância para dar voz e envolvimento em pesquisas que tragam holofote às esferas sociais subjugadas durante longos anos. Essa discussão só será focalizada a partir do nascimento de um olhar crítico e da criação de ambientes de troca potentes e intimamente ligados ao mundo que nos cerca e às realidades nele presentes. Devemos ser sujeitos da nossa própria educação e não objetos dela (FREIRE, 2013).

Resultados e discussão

Ensinar de um jeito que proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo.

(HOOKS, 2013, p. 25)

Estes encontros semanais de orientação nos conduzem por caminhos onde nos aproximamos das autoras e dos autores trabalhados. Estas e estes não se isolam em algum lugar teórico distante, mas entram em nossa práxis de pesquisadoras, chamando por nossas colocações ativas, chamando pela incorporação de nossas vivências e sentires. bell hooks (2013) reaviva em nós a necessidade da integralidade do processo de aprendizagem, em que o crescimento não só intelectual, mas afetivo e espiritual das educandas e educandos, compõem o ato de educar. Ao basear-se apenas em transmissão de informações e conceitos, a aprendizagem esvazia-se:



Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção. Esses professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo de responder ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo. Por outro lado, a possibilidade desse reconhecimento está sempre presente (HOOKS, 2013, p. 25).

Essa relação de aproximação educador-educandos não se restringe a tornar mais agradáveis ou amigáveis os encontros: ela tem um propósito pedagógico claro, na direção de uma educação transformadora. Quando, durante as rodas de discussão dos encontros de pesquisa sobre determinado texto, éramos provocadas/os a refletir sobre que implicações em nossas escolhas como pesquisadoras e pesquisadores aquele texto evocava, fazíamos as devidas alianças da teoria com a prática. Essa busca de integrar teoria e prática produz engajamento – é um compromisso da educação como prática da liberdade.

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso (FREIRE, 2013, p. 12).

Como pesquisadoras de um programa de mestrado em Educação e Saúde, podemos, através dessa práxis, seguir rumo à necessária superação da dissociação entre a pesquisa e a prática pedagógica. Esse encontro com as autoras e autores no grupo de orientação é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que permeia de teoria e reflexão a nossa prática, também leva de volta nossas vivências e aspirações para o momento da pesquisa. É uma prática, de fato, dialógica. Não apenas falamos sobre práxis, diálogo e construção coletiva, mas vivenciamos essas categorias semanalmente, experimentando no aqui e agora esse fazer pedagógico-científico.

Conclusão

A partir da experiência relatada, podemos vivenciar o processo pedagógico-científico que emerge de diálogos plurais e horizontais tecidos pelo grupo. Ao priorizar obras de mulheres, especialmente de mulheres negras, potencializamos a incursão desses discursos na pesquisa acadêmica e, por extensão, na sociedade. As afetações provocadas em nós, pesquisadoras, culminam não só para se pensar em agendas de pesquisas comprometidas, mas também para a valorização de nossas subjetividades nesse processo, tornando-o legitimamente feminino e promovendo, assim, a possibilidade para a construção de uma ciência outra.



Referências

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, n. 22, p. 35-61, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HOOKS, bel. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Ed. WMF Martins fontes, 2013, cap. 1.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. 1º ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. DO. COVID – 19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 0, p. 01–10, 1 jan. 2020.

STENGERS, I.; ARAÚJO, E. **No Tempo das Catástrofes**. Edição: 1ª ed. [s.l.] Cosac & Naify, 2015.



Professoras Negras de bairros negros de Natividade - RJ

Márcia Aparecida de Souza^{1*}; Henrique Cunha Júnior²; Lígia Christine P. Martins³; Cléber Andrade da Silva⁴; Lucas Capita Quarto⁵

¹Professora- SEEDUC-RJ;

²Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC);

³Pesquisadora- Psicóloga (UFF);

⁴Educador em Saúde - PMN-RJ; ⁵Mestrando em Cognição e Linguagem

*profmarciasouza2016@gmail.com

Resumo

Forma urbana é um conceito que implica em considerar as particularidades dos grupos sociais na construção material e imaterial da cidade. A forma urbana negra no pós - abolição é o tema central da pesquisa voltada para como as pessoas se instalam no meio urbano e como consideram a sua inserção. Estamos também trabalhando com o conceito de bairros negros que integra as formas urbanas da população negra realizadas no século XX. A educação e os educadores fazem parte das formas de percepção das relações sociais e da construção da forma urbana. Para esse estudo consideramos as visões das educadoras negras, professoras dos bairros negros de Natividade (RJ). Utilizando a história oral examinamos as visões dessas professoras sobre a constituição desses bairros e sobre a relação da sociedade local com os bairros e com a população negra. A cidade de Natividade apresenta seis bairros de maioria da população negra e nesses existem professoras negras que expressam o seu entendimento sobre a constituição dessas áreas urbanas. São as expressões de mulheres negras em posições socialmente privilegiadas e versando sobre os modos de vida urbano de uma parcela da população.

Palavras-Chave: Identidade racial. Espaço urbano. Feminismo Negro. Educação.

Introdução

O século XX é considerado o da urbanização e o da industrialização brasileira. Um século que começa com menos de 20% da população vivendo em cidades e que termina com 70% da população nacional como urbana. Nesse processo de urbanização rápida, existe o grupo social negro que não apenas se urbaniza, mas faz parte da transição do modo de produção escravista para o do trabalho assalariado e da sociedade competitiva capitalista. Apesar da ruptura do regime colonial, as relações que se exerciam neste regime ainda se perpetuam nos corpos que sustentam a barbárie que é o capitalismo ao “transformar tudo em mercadoria: corpos, talentos, fé, trabalho, amor, desejos, mulheres” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.17).

Os modelos de análise social urbana antes de 1990 não reconheciam a existência particular da população negra e inseria este grupo social na população pobre ou na classe trabalhadora. Devido à existência de movimentos negros



reivindicando as especificidades da população negra na sociedade capitalista; devido a existência do racismo antinegro como processo de dominação social; e em razão das teorias urbanas saírem dos conceitos homogêneos para a explicitação da diversidade é que o conceito de bairro negro e de população afrodescendente ganhou relevância científica. O conceito de bairros negros procura caracterizar as particularidades dos grupos sociais negros nas produções das urbanizações e dos modos de vida urbanos. Logo, a favela por exemplo, se apresenta assim como um ato de resistência, pois refugia os que ninguém quer por perto e que resistem a uma forma de controle social que os confina geograficamente, mas apesar disso não os paralisa, uma vez que a favela é também lugar de criação, ela é um coletivo de ação. É possível considerar que nesta medida, a favela constitui então uma massa, onde segundo Canetti (1983, apud BENEVIDES; JOSEPHSON, 2007, p.454) “todos despojam de suas diferenças e sentem-se iguais”, há uma multiplicidade nesta massa que pode ser tanto massa de perseguição, quanto de festa, tendo como algumas de suas características a busca pelo crescimento e a igualdade.

Na urbanização das populações negras a educação é considerada como um importante fator de ascensão social. Dentre a população, as professoras negras são consideradas como uma parte do grupo social de destaque e em ascensão social (NOGUEIRA, 2017). Pois este é um ato contra-hegemônico, que diante do “não lugar”, do lugar marginalizado em que a mulher negra é colocada, se potencializa “como mola propulsora de construção de pontes” (RIBEIRO, 2018, p.23) em que assim como aponta Bell Hooks (2013, p. 25), a educação se coloca enquanto “prática de liberdade [que] é uma forma de ensinar que qualquer um pode aprender”. Isso porque o ensino libertário alcança a todos, em todas as suas multiplicidades engajando-os a se posicionar ativamente no processo de aprendizagem ao se desprender de uma visão universalista. O estudo das percepções deste estrato da sociedade é significativo para compreensão dos processos de urbanização e de inserção social da população negra. Portanto essa pesquisa tem como um dos enfoques a percepção das professoras negras da cidade de Natividade-RJ sobre a evolução dos bairros negros e da relação desses com a cidade

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em autores que se dedicam a estudar temáticas relativas à história oral e à afrodescendência. Utilizou-se dessas metodologias visto a afrodescendência ser um método de pesquisa que prioriza a consciência social das pessoas, no caso as professoras, bem como a experiência grupal, historicidade e ancestralidade. E recorreremos à história oral, metodologia que nasce após a Segunda Guerra Mundial e é disseminada com a invenção do gravador, podendo ser definida como a abordagem em que “há um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, procurando desvendá-lo a partir dos relatos dos sujeitos envolvidos, em complementaridade com o uso de outras fontes escritas, iconográficas, materiais, etc” (DERMANTINI *et al*, 1998 *apud* MEIHY; HOLANDA, 2009, p. 82) pois foram as memórias e narrativas que tornaram possíveis a realização desse estudo. Nesse caso em específico, as entrevistas com as professoras negras que foram alunas e professoras, a maioria moradoras de bairros negros, na cidade de Natividade e distritos.



Atentou-se para a escolha de docentes que nasceram em diferentes décadas, dentre as educadoras em questão temos nascida nas décadas de 1930, 1940, 1960 e 1970.

Resultados e discussão

Das décadas de 1920 a 1970 grande número de pessoas oriundas de fazendas, zona rural e até mesmo de outros municípios chegaram à zona urbana da cidade de Natividade-RJ, a maioria à procura de melhores condições de moradia. Entre esses a população negra que foi dispensada, após a dita abolição e chegada dos imigrantes europeus que vieram para substituir a mão de obra escravizada.

Chegando à área urbana da cidade formaram os bairros negros, ou seja, localidades com maioria da população negra. Os primeiros bairros negros que se tem conhecimento na cidade de Natividade são o “Pito” e parte do bairro Liberdade. Mais tarde surgiram os bairros Cantinho do Fiorello, Vila da Paz e Pedro Gomes; E mais recentemente Tubiacanga e Loteamento Ilha.

As professoras entrevistadas para essa pesquisa, algumas são moradoras desses bairros e todas têm conhecimento da situação de vulnerabilidade que houve e há nos citados espaços; Também compreendem as maneiras como a população negra se organiza neste espaço, fato de grande importância por “nos dar pistas para construir as sagas de ‘uma gente que ri quando deve chorar’, e acima de tudo explicita a luta para melhorar, modificar as condições de vida. Permitindo-nos repensar a falácia de que negro é acomodado” (SOUZA, 2010, p.57)

A entrevistada Sr.^a E. V, 87 anos, relata que mesmo tendo concluído o Ensino Médio (Curso Normal), não foi fácil conseguir trabalho como docente em Natividade, visto ser uma época em que havia indicações para esse cargo e eram raras as oportunidades para negros. Só mesmo quando participou de um concurso público e foi aprovada conseguiu vir trabalhar em uma escola de elite no município. Na qual a depoente encontrou uma série de adversidades para exercer a profissão. Inclusive as turmas para as quais ela lecionava eram selecionadas. Ela trabalhava com crianças negras, pobres e oriundas dos já citados Morro São Pedro, Liberdade e Pito. E sentiu também o racismo na escola enquanto profissional, visto que sempre havia um impedimento para que ela não assumisse cargos de liderança dentro da escola.

Outra depoente, a Sr.^a A. J., 76 anos, também aponta que até mesmo no dia de sua formatura – conclusão do Ensino Médio Normal – ela foi discriminada por pessoas que assistiam a cerimônia e também só iniciou sua carreira no magistério após ser aprovada em concurso público. Ela trabalhou em escolas de zona rural e quando foi transferida para a parte urbana da cidade já foi indicada para uma escola no bairro Liberdade, na qual estudavam crianças majoritariamente negras do Morro São Pedro e Liberdade.

Não foi tão diferente com a entrevistada A. A, 43 anos. Ela também teve dificuldades em conseguir contratos para trabalhar temporariamente no município. Mas apesar da dificuldade conseguiu alguns contratos no início da carreira. Relata uma experiência inesquecível em uma escola particular, na qual atuou como professora por algum tempo. A. A relata que no primeiro dia de aula, quando estava preparando para receber os alunos teve um caso de uma mãe



procurar a direção e orientação pedagógica da escola, pois não acreditava que a professora de seu filho era negra. Temia “complexar” a criança em virtude da etnia da professora. Após concurso público a professora trabalhou em escolas municipais e estaduais e afirma ser para ela, explícita a diferenciação que muitos fazem entre os discentes e observa que há um tratamento diferenciado entre crianças brancas e negras

A entrevistada C. A., 54 anos, aponta que também observa uma diferenciação entre crianças pobres, negras e periféricas mas há uma discriminação com uma nova roupagem, não tão explícita quanto antes.

De acordo com os relatos das professoras observa-se que houve e continua existindo grande preconceito em relação aos discentes oriundos das comunidades periféricas. Parte de alguns relatos das discentes apontam que apesar de termos avançado em relação a políticas públicas, estas são construídas visando uma massificação dos corpos através de uma visão, muitas vezes, universalista. Mesmo amparados pelas leis 10.634/2003 e 11645/2008 continua a discriminação com alunos negros e conseqüentemente, pela falta de oportunidade dos pais, moradores dos mais recentes bairros negros.

As professoras foram unânimes na observação do quanto a educação escolar influenciou de forma positiva sua inserção nos meios sociais, econômicos e culturais, o que as motiva em suas práticas.

Conclusão

Portanto, a pesquisa realizada para investigação da produção de conhecimento por professoras negras aponta a educação escolar inclusiva, em que haja o pertencimento de todos os sujeitos envolvidos, como caminho viável para tornar possível a valorização tanto dos territórios quanto da população negra. Uma vez que através das narrativas destas mulheres é possível perceber a relação entre o saber e o lugar que ele ocupa na relação social. Mas faz-se necessário políticas públicas de reparação, investimento e apoio para essa camada da população. As histórias demonstraram a necessidade de desenvolvimento de práticas educativas antirracistas e de uma educação comprometida que consiga colocar a teoria, no caso as legislações, em prática.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, 128 p.

BENEVIDES Regina; JOSEPHSON, Silvia. A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In: JACÓ-VILLELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2007, p. 441-462.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, Jose Carlos Sebe B. **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2009.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SADER, Ana Paula Cabral; NICOLETE, Jamilly Nicácio; GOMES, Márcio Fernando. As Mulheres e o Direito à Cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea. **Educação em Revista**, Marília, v.20, p. 99-110, 2019, Edição Especial.

SOUZA, Juliana de. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP:** uma abordagem para a educação escolar. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós Graduação em Educação. Fortaleza-CE. 2010.



**MULHER E
EMPREENDEDORISMO**



Quem traz no corpo essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida: relatos de mulheres empreendedoras de Itaperuna-RJ

Josélia Rita da Silva^{1*}; Rafael Soares Salles²; Maria Alice Gonçalves dos Santos Alves²; Samuel Filipe Faria de Souza²

¹Professora IFF - Itaperuna/RJ;

²Estudante IFF - Itaperuna/RJ;

**joselia.silva@iff.edu.br*.

Resumo

Esse trabalho teve como objetivo analisar relatos de mulheres empreendedoras da cidade de Itaperuna-RJ, compreendendo assim suas características e desafios. Justifica-se pelo crescente número de mulheres empreendendo no Brasil, seja socialmente, empresarialmente ou internamente às organizações, o que torna necessária e oportuna a compreensão dos desafios, oportunidades e perspectivas do empreender na visão delas próprias. Para a consecução de tais objetivos, utilizou-se do relato de vida, baseado na trajetória pessoal e empreendedora de tais mulheres. Os resultados apontam características comuns entre mulheres (curiosas, criativas, sonhadoras, persistentes, estudiosas, organizadas líderes, dedicadas, voluntárias) independentemente do tipo de empreendedorismo e atividade que desenvolvem. Também aponta para existência de preconceito ao empreender feminino, mas aponta que na visão das empreendedoras, não é o preconceito de gênero o maior desafio a ser vencido, e sim as imposições intrínsecas do empreendimento.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Feminino. Gênero.

Introdução

O empreendedorismo está presente nas sociedades desde o início dos séculos, pois pode-se considerar que o homem sempre precisou empreender para sobreviver e na busca de meios de melhorar sua vida individual e coletivamente. Seu estudo recebeu inúmeras contribuições de ciências variadas como a Sociologia, a Psicologia, a Administração e a Economia, o que permitiu uma visão holística e integradora de sua compreensão (DORNELAS, 2008).

No tocante ao empreendedorismo feminino no Brasil, cumpre salientar que o papel da mulher vem mudando ao longo dos anos, mas ainda assim a passos muitos lentos. Mais da metade da população brasileira é constituída por mulheres, enquanto o gênero ainda responde apenas por 32% dos negócios no Brasil (IBGE, 2019).

Contudo, a mudança gradual de cenário pode ser observada pelos números do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2013). Segundo a pesquisa, no ano de 2013, 52% dos novos empreendimentos no país foram iniciados por mulheres. O mesmo anuário aponta que o número de mulheres que desejam



empreender no Brasil já superou o de homens, representando 51,6% do total contra 48,4% do público masculino.

O presente intento busca investigar o empreendedorismo a partir da visão de mulheres que assumiram correr riscos e dessa maneira alteraram suas histórias de vida e a de outras pessoas; interagindo na economia local, nas empresas e na sociedade. Assim, esse trabalho apresenta como objetivo analisar relatos de mulheres empreendedoras da cidade de Itaperuna-RJ, compreendendo assim suas características e desafios.

Metodologia

Este estudo centrou-se numa abordagem qualitativa (VIEIRA, 2006), pelo entendimento de que esta possibilita condições para uma descrição ampla e fundamentada, permitindo maior compreensão do fenômeno estudado (GODOY, 1995; VIEIRA, 2006). Ao analisar trajetórias de vida de mulheres empreendedoras depara-se com sentimentos, emoções, interações e percepções para os quais a abordagem quantitativa não apresenta nenhuma vantagem.

A técnica adotada no desenvolvimento desta foi a da análise da história de vida, em que o interesse do pesquisador se volta à narrativa dos fatos a partir da ótica do entrevistado. O agente da pesquisa, não é o dono do saber nessa técnica, mas antes, coloca-se como ouvinte, frente ao que o ator principal da pesquisa, o entrevistado, tem a dizer sobre ele e sobre sua vida (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

Foram selecionadas 09 empreendedoras considerando os aspectos estabelecidos de: tempo (mais de 01 ano como empreendedora); morar e atuar na cidade de Itaperuna; ter disponibilidade e interesse em partilhar sua trajetória com o empreendedorismo. Destas, 02 (duas) são intraempreendedoras, 02 (duas) empreendedoras sociais e 05 (cinco) empreendedoras de negócios.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista por meio de roteiro semiestruturado, contendo inicialmente 29 questões abertas, divididas em 11 blocos temáticos; e permitindo a inserção de outras questões no momento que iam ocorrendo, com propósito de compreender os construtos e entender as trajetórias e experiências de vida, o que é possível se alcançar ao franquear às entrevistadas abordagem e fala livres (ROESCH, 2007).

O tratamento dos dados foi feito a partir da análise de conteúdo, conforme definido por Bardin (1977). As informações obtidas a partir desse processo subsidiaram a busca por características comuns e divergentes entre as histórias das empreendedoras estudadas, bem como uma comparação com a literatura especializada da área, permitindo uma compreensão de tais trajetórias.

Resultados e discussão

Considerando a abordagem teórica que compreende o empreendedorismo, como sendo um comportamento adotado por uma pessoa no decorrer de sua vida (LONGEN, 1997), a pesquisa permitiu, a partir de uma abordagem qualitativa baseada na história de vida, definir algumas características presentes no comportamento das empreendedoras participantes.

No Quadro 1, a seguir, apresenta-se de maneira pontual características convergentes encontradas nas entrevistadas.



Característica	Aspectos envolvidos
Curiosas	Característica presente em algumas entrevistadas desde a infância, a busca aguçada por conhecer o que não se sabe e buscar sempre entender o funcionamento de tudo.
Criativas	Todas as mulheres mostraram valorizar a criatividade como aspecto essencial de sua trajetória, buscando alternativas para tornar viáveis seus projetos. Concedem à criatividade uma importância crucial para o desempenho de suas atividades.
Sonhadoras	Todas as participantes mostraram possuir um sonho inicial para empreender e ainda um esforço para realizar esse sonho. Considera-se também que ao longo de suas trajetórias foram desenvolvendo novos sonhos e, mesmo as que possuem mais idade ainda continuam sonhando com novos projetos.
Persistentes	Foi encontrada essa característica na maioria das mulheres, quando abordadas sobre seus desafios, as mesmas apresentaram grande capacidade de persistir e insistir nos sonhos e projetos, mesmo quando inicialmente eles não lograram sucesso.
Estudiosas	Boa parte das participantes atribuem grande importância aos estudos, ao conhecimento e à informação como fatores determinantes de seu sucesso. Valorizam as oportunidades de estudos para além da escola e continuam buscando aprimorar seus conhecimentos.
Organizadas	As mulheres demonstraram, em boa parte, uma grande capacidade e valorização da organização como forma de agir frente ao trabalho, à vida e os desafios. Dão valor ao planejamento das ações em curto, médio e longo prazo e à função de organizar como essencial.
Líderes	Na maioria das empreendedoras ficou nítida a capacidade de influenciar, motivar, inspirar e liderar outras pessoas, seja para apoio aos projetos e ou negócios, seja no cotidiano do trabalho.
Dedicadas	A rotina de algumas mulheres chega a 14 horas de dedicação diárias ao negócio e ou projeto. Muitas não tiram férias e ainda trabalham aos fins de semana.

Quadro 1: Características das empreendedoras

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Ao se analisar os dados coletados não se percebeu diferenças quanto ao tipo de empreendedorismo e as características comportamentais (Quadro 1): tanto as empreendedoras sociais, quanto as intraempreendedoras e as empreendedoras de negócios possuem características semelhantes, não apresentando variação.

Em um outro enfoque, observou-se haver diferença quanto ao setor empreendido, sobretudo, considerando as empresárias: aquelas que empreenderam em setores de beleza e alimentos sofreram menos barreiras que as que empreenderam em áreas historicamente mais masculinas como a corretagem de seguros e empresas de cursos.

No tocante à idade, observa-se alguns pontos destoantes: as de mais idade enfrentaram maiores dificuldades para estudar e se desenvolver, ao passo que as de menos idade, esse fator é menos encontrado. Nota-se aqui, um avanço em relação à escolarização e emancipação feminina, embora estudos de gênero ainda demonstrem diferenças. O fator idade também é notado quanto ao apoio familiar para empreender; as mais jovens obtiveram mais apoio e suporte de familiares e amigos, enquanto as de mais idade ou não obtiveram apoio, ou esse foi incipiente. Em alguns casos, as menos jovens relatam até que foram



desestimuladas e prejudicadas pelo núcleo de convivência próximo quanto aos projetos empreendedores.

Nota-se entre as empreendedoras participantes uma realidade similar à apontada por estudos da área quanto ao acúmulo de jornada e tarefas domésticas, além de responsabilidades no tocante aos cuidados dos filhos. Em todos os casos, as que são mães relatam ainda uma certa “culpa” por empreenderem e trabalharem enquanto têm filhos pequenos.

Outro fator de destaque dentre as entrevistadas é a vontade de apoiar outras mulheres; elas demonstram-se colaborativas e cooperativas, compartilhando saberes, experiências e apoios para outras mulheres que querem empreender.

Salienta-se ainda que as mulheres entrevistadas possuem uma tendência a empreenderem em outros tipos e formatos de empreendedorismo.

Por fim, destaca-se que os desafios vivenciados em decorrência do gênero não foram, na ótica das empreendedoras entrevistadas, os mais impactantes entre aqueles enfrentados. Elas destacam preconceitos ou falas excludentes inicialmente, mas logo superadas pelo trabalho, dedicação e competências demonstrados.

Entre os desafios mais significativos foram apontados a grande carga de trabalho, aspectos burocráticos e legais, a grande concorrência e a necessidade de sempre inovar, sendo este último uma pressão constante.

Conclusão

Este estudo elucidou as características mais presentes no comportamento empreendedor de mulheres, os quais foram ao encontro da literatura especializada à exceção ao fato de apontarem as características de “organizadas e estudiosas” como aspectos de sua atividade empreendedora.

Como aspectos marcantes do estudo, concluiu-se que as mulheres estudadas enfrentam ainda hoje preconceito e barreiras inerentes ao gênero, sobretudo, no campo de negócios, mas não o consideram como a maior desafio a ser superado, que é encontrado nos fatores mercadológicos (burocracia, carga de trabalho, concorrência).

Cabe acrescentar que esse estudo não se trata de uma abordagem conclusiva, mas antes, lança a luz sobre características de mulheres que empreenderam na cidade de Itaperuna-RJ e que por meio de compartilhamento de suas histórias e trajetórias permite o estudo qualitativo e interpretativo.

Como parte final, ficou nítido a capacidade de tais mulheres de serem fortes frente às adversidades que enfrenta um empreendedor no Brasil, o que serve de inspiração para outras mulheres e meninas.

Agradecimentos

Projeto realizado com bolsas de Iniciação Científica Júnior (ICJ-CNPq) do Instituto Federal Fluminense.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 mar./abr.1995.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/>. Acesso em Maio 2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2012/2019.

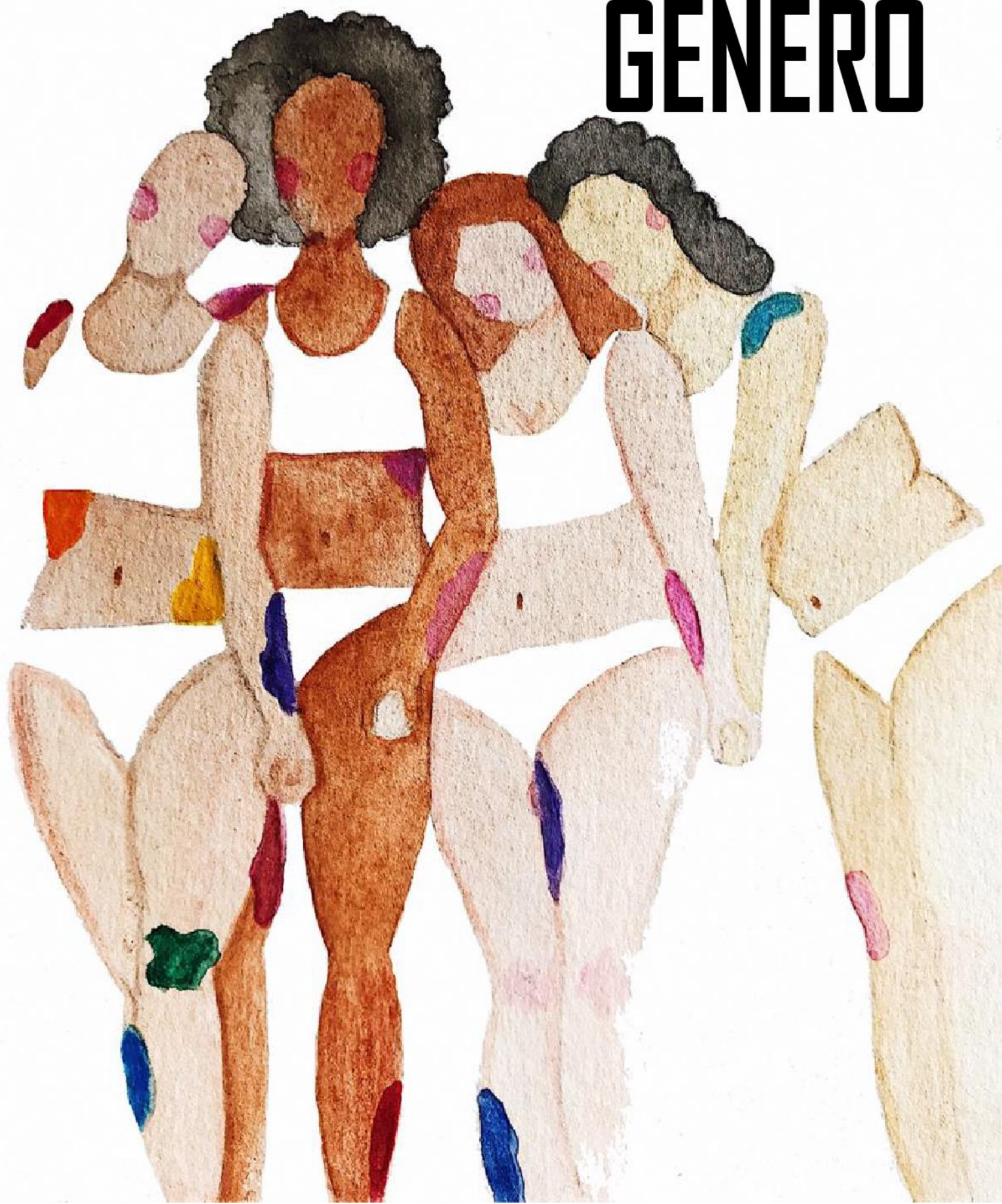
LONGEN, Márcia Terezinha. Um modelo comportamental para o estudo do perfil empreendedor. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 1997.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?) **Revista Escola Enfermagem**, USP 2003; 37(2): 119-26.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 13-28.

MULHER E GÊNERO





Os desafios do NUGEDIS IFF Cambuci e Movimento Mulher durante o período de pandemia da Covid-19: como agir?

Manuela Batista Nogueira^{1*}; Livia Freitas Defante²; Lunna Teresco Silva²

¹Professora - Instituto Federal Fluminense

²Estudante - Instituto Federal Fluminense

**manuela.b.nogueira@iff.edu.br*

Resumo

Os projetos de pesquisa e extensão, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFF Cambuci (NUGEDIS Cambuci) e Movimento Mulher, ocorrem de forma presencial e contínua, no campus mencionado, desde o ano de 2016. Nossas ações propõem refletir, debater e promover ações concretas e continuadas sobre as opressões de gênero, identidade e diversidade sexual a partir da Estética e da metodologia do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Desde março, em decorrência do isolamento decretado em nosso país, temos realizado encontros virtuais com os bolsistas e voluntários dos projetos. Nesse sentido, foi preciso pensar em novas estratégias, rever o planejamento anual de nossas ações, bem como, estudar novas formas de atuar em nossa comunidade escolar e externa. O presente resumo propõe levantar os desafios diante dessa nova realidade de isolamento social, visto que a metodologia do Teatro do Oprimido (T.O) se utiliza principalmente dos corpos e suas relações sociais e estéticas com a imagem, a palavra e som para debater as opressões. O T.O é também ação coletiva e solidária, em que o diálogo e a troca viva e presente de corpos acendem a possibilidade de transformações sociais; contudo, como trazer para o meio virtual essas questões tão importantes? Pretende-se, ainda, apresentar as estratégias de ação criadas em conjunto com os bolsistas dos projetos, informando como estão sendo implementadas e os resultados parciais alcançados até momento.

Palavras-Chave: Teatro do Oprimido. Estética do Oprimido. Diversidade. Educação.

Introdução

Desde março, em decorrência do isolamento social, venho conduzindo, como coordenadora do Núcleo de Gênero e do Movimento Mulher, encontros virtuais para que nosso trabalho não fosse interrompido. A longo desse período, foram abertos dois editais para concessão de bolsas, e tivemos que promover a seleção de bolsistas por meio do ambiente virtual. Nesse momento, tivemos quatro novos bolsistas que entraram nos projetos dentro do contexto atual. Diante dessa realidade, foi preciso promover a inserção e o acolhimento desses alunos-bolsistas por meio de plataformas digitais. É preciso salientar que o Núcleo de Gênero e o Movimento Mulher são projetos artísticos de caráter pedagógico, formado por alunos e alunas do IFF, cabendo ao proponente



articular ambas as dimensões no processo de desenvolvimento cidadão do aluno-bolsista. Certamente, este desafio é amplificado quando não se tem a oportunidade de trabalhar com a presença dos corpos que trazem suas marcas e identidades culturais por meio de seus gestos, comportamentos e expressões.

A Estética do Oprimido propõe que todos nós podemos nos apropriar dos canais comunicativos utilizados por aqueles que detém o domínio do som, da imagem e da palavra e transformá-los em estéticas libertadoras, que promovam a transformação da alienação promovida pelas classes dominantes. Essa é proposta que o projeto apresenta aos seus integrantes por meio das técnicas, jogos e exercícios do T.O, mas que, neste momento, estão sendo repensadas para o contexto dos encontros virtuais. Essa construção estética potencializa e direciona nossas ações concretas por meio de produtos artísticos em teatro e dança e nos conduz ainda a investigar outros caminhos de militância e luta que podem ocorrer por meio de debates, seminários e eventos para a comunidade escolar e externa.

Diante de um futuro incerto, em que não podemos prever a data de retorno às atividades presenciais e de uma realidade que nos impele a repensar os processos construídos ao longo de quatro anos de projeto, proponho aqui refletir, discutir e apresentar os caminhos percorridos e os resultados obtidos de março a julho de 2020, com o Núcleo de Gênero e o Movimento Mulher.

Metodologia ou Materiais e Métodos

As metodologias que estamos utilizando para promover os debates e as ações concretas sobre a questão de gênero e diversidade sexual, dentro e fora do IFF, fundamentam-se na Estética e na metodologia do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Para que os trabalhos não fossem interrompidos, estamos realizando encontros virtuais por meio da rede social WhatsApp e da plataforma Google Meet. Realizamos reuniões em que são apresentados temas, propostas de intervenção, materiais para pesquisa, leitura e discussão entre todos os integrantes. A partir desses encontros, cada integrante é provocado a trazer novas ideias e materiais que posteriormente são compartilhados com a comunidade por meio de nossas páginas no Instagram e Facebook. Nesses canais, estamos divulgando imagens, textos e vídeos que provocam nossos seguidores, bem como compartilhando páginas e informações de utilidade pública de órgãos institucionais, grupos e movimentos que abordam as questões de gênero e diversidade sexual. A partir desses canais, fomentamos comentários e debates entre os seguidores e nossos bolsistas, que são os moderadores das páginas. O *feedback* dessas postagens também são utilizados como dispositivos para a pesquisa de novos materiais, sendo um processo continuado, que se alimenta das interações midiáticas provocadas pelas redes sociais.

Resultados e discussão

Nosso trabalho sempre ocorreu de forma presencial, e o alcance se realizava mediante os eventos temáticos realizados pelos projetos dentro e fora do IFF, bem como com as apresentações artísticas em congressos, seminários e festivais. Os resultados nunca foram aferidos numericamente, mas por meio de depoimentos e relatos que estão registrados em trabalhos acadêmicos



apresentados oralmente ou publicados em anais. Nesse momento, nosso alcance pode ser medido por meio dos seguidores e comentários nas redes, e se apresenta como um possível dispositivo de aferição dos resultados das propostas lançadas em nossas reuniões.

Os perfis do instagram do Núcleo de Gênero e do Movimento Mulher foram criados no mês de março, e até o momento temos respectivamente 192 e 186 seguidores e uma média de 10 visualizações diárias dos *posts* e *stories* lançados pelos bolsistas. No Facebook, temos a página do Núcleo de Gênero que está ativa desde 2017, com 200 pessoas curtindo.

Nesse momento, contamos com mais uma ação sendo implementada em conjunto com a Coordenação de Políticas Culturais e Diversidade do Instituto Federal Fluminense, os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Nugedis IFF) e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs IFF). Sob minha coordenação geral, estamos realizando o Seminário Virtual da Mulher, que vem ocorrendo desde o mês de junho e se estenderá até agosto. Por meio deste evento, os bolsistas do Núcleo e do Movimento Mulher vem divulgando em nossas redes as mesas de debate que envolvem eixos temáticos diversos, que pretendem ampliar e garantir a promoção dos direitos da mulher em nossa sociedade. O alcance promovido pelo Seminário, até o momento, gira em torno de mais de 1.000 pessoas que visualizaram e assistiram às palestras e aulas ao vivo e gravadas pelo canal do IFF Tube. No Seminário, também haverá a exposição de trabalhos orais e a publicação de resumos expandidos, que serão um material de suma importância para estudos e pesquisas posteriores.

Ainda não foi possível discutir e comparar os resultados esperados e obtidos, porque o contexto apresentado ainda se encontra em fase de implementação e execução. É preciso ainda salientar que esta condição só está ocorrendo em função do período de excepcionalidade que vivemos atualmente. Mas não podemos descartar que algumas das estratégias apresentadas possam ser incorporadas ao que estamos chamando de “novo normal”. Nesse sentido é preciso aguardar a retomada para que possamos comparar as práticas aplicadas antes, durante e após a pandemia.

Conclusão

As formas encontradas pelo Núcleo de Gênero e pelo Movimento Mulher para realizar um trabalho de pesquisa e extensão durante a pandemia apontam novos caminhos para a luta contra as opressões de gênero e diversidade sexual. A crise de proporção mundial que enfrentamos não pode ser um dispositivo de alienação, retrocesso e repressão das pautas que defendemos. Nossa missão, enquanto coletivo, é a de ampliar o processo de conscientização e abrir espaço para homens e mulheres que não encontram lugar para utilizar seu corpo, sua imagem e palavra como ferramenta de luta.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos ao Instituto Federal Fluminense pelo apoio à promoção dos editais dos NUGEDIS, pessoal, equipamentos e infraestrutura; à FAPERJ pela promoção dos editais de concessão das bolsas Jovens Talentos; e ao CNPq pela concessão da modalidade de Bolsa Iniciação Científica Júnior – ICJ.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



Referências

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. A estética do oprimido. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



Relações de gênero na Educação Física Escolar

Letícia da Silva Soares^{1*}; Yverson Felismindo Lima²; Érica Pereira Neto³

¹*Licenciada em Educação Física pelo Instituto Federal Fluminense;*

²*Licenciado em Educação Física pelo Instituto Federal Fluminense;*

³*Professor de Educação Física do Instituto Federal Fluminense campus
Campos Centro;*

**leticiassoares@yahoo.com.br*

Resumo

O conceito de gênero faz referência às construções sociais de identidade, que estabelecem o que pode ser considerado feminino e masculino em determinada sociedade. O objetivo deste trabalho foi investigar a percepção do professor de Educação Física sobre a interação de meninos e meninas durante suas aulas, refletindo nas questões de gênero. O estudo foi do tipo combinado descritivo/exploratório, no qual participaram onze professores/as de Educação Física de três escolas Estaduais do Município de Campos dos Goytacazes/RJ. Os resultados demonstram que as questões de gênero não são consensuais entre os/as professores/as. Eles/as apontam desvantagens das meninas em relação aos meninos durante as aulas e os motivos mais assíduos apontados pelos/pelas professores/as são: maior força física deles e diferença de habilidade entre eles/elas, atribuindo características aos meninos e meninas através de estereótipos de gênero. Foi possível inferir que separar os/as alunos/as por sexo durante as aulas de Educação Física é tão prejudicial quanto deixar de debater questões relacionadas ao gênero. Assim como, somente juntar meninas e meninos não é suficiente para combater as desigualdades de gênero. Destacamos que, novos estudos sobre o tema são necessários, bem como, formação inicial e continuada de professores/as de Educação Física que contemplem este assunto, já que as aulas de Educação física se mostram um espaço privilegiado para isso.

Palavras-Chave: Relações de Gênero. Educação Física Escolar. Estereótipos.

Introdução

Inicialmente, a Educação Física tinha o objetivo de tornar as mulheres fortes e saudáveis para terem condições de gerar filhos vigorosos e de tornar os homens aptos para construir a Pátria. Os perfis dos estereótipos masculino e feminino foram sendo configurados de acordo com o entendimento de que as atitudes femininas e masculinas eram determinadas somente pela influência biológica, ajudando a formar a ideia de superioridade do gênero masculino sobre o feminino, sendo distanciada a ideia de que, o indivíduo é formado socialmente e culturalmente (CASTELLANI, 1988).

Na década de 1990, passamos por mudanças importantes no Brasil em relação à organização da turma nas aulas de Educação Física. A divisão de meninas e meninos tornou-se cada vez menos frequente, praticamente inexistente nas redes públicas de ensino, nas quais um mesmo professor era



incumbido de ministrar aulas para toda a turma. A separação dos mesmos em quadra, para a realização de alguma atividade (ou todas) não deixou de acontecer, porém, não mais por uma determinação legal e sim, por opção docente (ALTMANN; AYOUB; AMARAL, 2011). De acordo com Altmann (2015), a transformação na organização das aulas de Educação Física coincidiu com o aparecimento dos estudos de gênero no Brasil, constituindo-se um instrumento analítico importante para discussões e as mediações em volta dessa questão. Os estudos de gênero consideram que somente a biologia não define seres femininos e masculinos e que esses são construídos socialmente. Contestam a ideia de que exista uma “essência feminina” e uma “essência masculina”. Como afirma Simone de Beauvoir em 1949 no livro “O segundo sexo”: “Ninguém nasce 10 mulher: torna-se mulher”. Considerando essa afirmação, somos formados/as a partir de experiências, possibilidades de movimentos, processos de aprendizagens, sentimentos etc., que ao longo da vida produzem mulheres e homens, o feminino e masculino. Assim confirma Goellner (2013, p. 25): “Os corpos fazem-se femininos e masculinos na cultura, e essas representações, apesar de serem sempre transitórias, marcam nossa pele, nossos gestos, nossos músculos, nossa sensibilidade e nossa movimentação”.

Tomando este debate como parâmetro gerador, percebe-se a importância de desenvolver este presente estudo, com o objetivo de investigar a percepção dos/as professores/as de Educação Física sobre a interação de meninos e meninas nas suas aulas, refletindo nas questões de gênero. Trata-se de um assunto contemporâneo e que pode contribuir para a construção de uma Educação Física inclusiva para meninos e meninas, possibilitando uma melhor participação de todos/as, e conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais igualitária e coeducativa.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Com o intuito de contemplar o objetivo traçado para o presente estudo, foi utilizado como método de investigação a aplicação de questionário que, de acordo com Richardson (2008), permite a especificação das características de determinadas dimensões de um grupo social. O questionário foi formado por questões fechadas, estruturadas em escala de Likert, baseados em estudos de Sampaio et al (2014): “O debate-ainda pertinente-sobre as relações de gênero na Educação Física”.

A pesquisa foi realizada em 03 escolas estaduais centrais no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Participaram da amostra onze docentes de Educação Física que atuavam em turmas do Ensino Fundamental II destas escolas.

Resultados e discussão

Após a coleta de dados, as informações adquiridas por meio das respostas dos/das onze professores/as participantes da pesquisa foram organizadas em forma de tabela, conforme podemos ver a seguir:

Tabela 1. Questões* acerca das relações de gênero na Educação Física

Frequência	Questão 1	Questão 2	Questão 3
Nunca	0	0	1



Raramente	0	1	0
Às vezes	5	8	1
Muitas vezes	4	2	3
Sempre	2	0	6

***Questão 1** - As meninas interagem com os meninos durante as aulas? **Questão 2** - Você percebe alguma desvantagem das meninas em relação aos meninos durante as aulas mistas? **Questão 3** - Você acredita que as aulas de Educação Física podem ser um importante meio para reorganizar as relações de gênero?

Em relação à questão 1, “As meninas interagem com os meninos durante as aulas?” Cinco professores/as afirmaram que as meninas interagem com os meninos “às vezes”, quatro disseram que isso acontece “muitas vezes”, e dois/duas que isso acontece “sempre”. De maneira geral os/as professores/as acreditam que os/as alunos/as interagem em algum momento das aulas, essa interação é importante para o fim das desigualdades de gênero, entretanto, como pode-se observar nos estudos de Corsino e Auad (2012), as aulas ainda são pautadas numa visão biológica, sendo desfavorável para uma interação onde haja cooperação, valorização igualitária de todas as competências, atributos e habilidades.

Já na questão 2, quando perguntados se observam alguma desvantagem das meninas em relação aos meninos durante as aulas mistas, um/uma professor/a optou pela alternativa “raramente”, oito professores/as escolheram a alternativa “às vezes”, e dois/duas escolheram a opção “muitas vezes”. Podemos observar que a maioria dos/as professores/as escolheu a alternativa “às vezes”, não ficando claro se eles realmente acreditam que isso não é frequente, ou se eles não quiseram dar uma opinião contundente.

Corroborando com os dados aqui apresentados, Dornelles (2011) em seu estudo afirma que os/as professores/as referiam-se aos meninos e meninas de maneira diferente, atribuindo aos meninos características como: potência, força, agressividade, entre outras. As meninas eram tidas como menos habilidosas, lentas, meigas, e com menos energia e força, entre outras descrições. Essa constatação demonstra como as questões de gênero definem o papel das meninas e meninos durante as aulas de Educação Física, determinam se suas capacidades são adequadas para conteúdos definidos e permitem que professores/as façam generalizações em relação às características vistas como femininas e masculinas.

Os resultados encontrados nesta pesquisa apontam para uma visão naturalizada das diferenças existentes entre meninos e meninas, homens e mulheres, concepção bastante difundida na sociedade, isso foi utilizado em outras pesquisas como justificativa de professores/as (DORNELLES, 2007) e alunos/as (JESUS; DEVIDE, 2006), para a realização de aulas de Educação Física escolar separadas por sexo.

Para conhecer um pouco mais como os/as professores/as relacionam as questões de gênero com as aulas de Educação Física, designou-se a pergunta 3: “Você acredita que as aulas de Educação Física podem ser um importante meio para reorganizar as relações de gênero?” Um/uma professor/a optou pela alternativa “nunca”, um/uma professor/a pela alternativa “às vezes”, outros/as três professores/as optaram pela alternativa “muitas vezes” e seis escolheram a alternativa “sempre”.



Embora a maioria dos/as professores/as participantes desta pesquisa acreditem que as aulas de Educação Física podem ser um importante meio para reorganizar as relações de gênero, poucos compreendem o assunto. Conforme os estudos de Rocha (2018), onde, apesar dos discursos dos/as professores/as terem evoluído e estarem mais conscientes acerca da importância de se trabalhar o tema das relações de gênero nas aulas, ainda é necessário maior aprofundamento no assunto.

Conclusão

Ao analisar os dados da pesquisa, constatou-se que os/as professores/as acreditam que as meninas interagem com os meninos durante as aulas, bem como, as alunas possuem desvantagens em relação aos alunos.

Apesar da maioria dos/as professores/as acreditarem que as aulas de Educação Física podem ser um importante meio para reorganizar as relações de gênero, poucos buscam planejar as suas aulas pensando nessas questões.

Os/as professores/as de Educação Física tem certa autonomia na elaboração do seu planejamento, ficando livres para decidir o que dar ênfase no ensino. Neste sentido, a atitude do/a professor/a é primordial na extinção ou na reprodução de estereótipos: o seu discurso e a sua maneira de direcionar as aulas podem multiplicar as desigualdades, ou ao contrário disso, reorganizar as relações de gênero em busca de igualdade de oportunidade para ambos os gêneros.

Referências

ALTMANN, H. **Relações de gênero em jogo**. São Paulo: Cortez, 2015.

ALTMANN, H; AYOUB, E; AMARAL, S. C. F. **Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, 2011.

AUAD, D. **Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de coeducação**. Tese (Doutorado em Educação: Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BEAUVOUIR, S. de. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CORSINO, L. N.; AUAD, D. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

DORNELLES, P. G. **Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física escolar na perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

DORNELLES, P. G. **Marcas de gênero na Educação Física escolar: a separação de meninas e meninos em foco**. Motrivivência, n. 37, p. 12-29, dez. 2011.

GOELLNER, S. **A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física**. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.;



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



SCHWENGBER, M. S. V. (Org). Educação Física e gênero: desafios educacionais. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2013.

JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P. **Educação física escolar, coeducação e gênero**: mapeando representações de discentes. Movimento, v. 12, n. 3, p. 123-140, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, B. G. **Relações de Gênero na Educação Física Escolar: um olhar para professores do primeiro ciclo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Desporto, Universidade do Porto. 2018.

SAMPAIO T. M. V. et al. **O debate -ainda pertinente- sobre as relações de gênero na educação física**. Educación Física y Deporte, v. 33 n. 1, p.73-91, Ene/Jul., 2014.



Representações do feminino na Princesa do Sertão no jornal O Janota (1904) em Caxias/MA

Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro^{1*}; João Vitor Ramos da Silva²; Jakson dos Santos Ribeiro³

¹Graduanda em História – CESC/UEMA, Bolsista PIBIC/PIVIC;

²Graduanda em História- CESC/UEMA, Bolsista PIBIC/PIVIC;

³Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA)

*martha.gleiciane123@gmail.com

Resumo

Esse artigo objetiva articular uma análise dos discursos sob o feminino presentes no Jornal *O Janota*, que circulava em Caxias, no Estado do Maranhão, Brasil, durante a Primeira República. Desse modo, analisaremos, os discursos presentes no jornal, fonte de nossas reflexões. O uso desse periódico se dar, devido identificarmos, que o mesmo divulgava discursos normativos do ser “mulher” em casa, e principalmente, no casamento, na tentativa de homogeneizar o papel das mulheres, impondo seus limites de atuação, seja no meio social ou em casa. Assim, produzindo subjetividades através dos discursos propagados em suas páginas. Um fato importante para mencionarmos acerca deste periódico é a direção deste, escrito, dirigido e editado por homens que representavam as mulheres, não como um reflexo da realidade, mas como uma idealização incutida no imaginário social, reforçando estereótipos e preconceitos para com o gênero feminino. Para isso, tem-se o aporte teórico de autores como Joan Scott (1990) e Pierre Bourdieu (2002), que discutem as questões de gênero e a representação do feminino.

Palavras-Chave: Mulher. Gênero. Jornal. Representação.

Introdução

A figura feminina na construção das sociedades passou a assumir um *status* de “inferioridade”, sendo o mesmo imaginado e representado pelos homens cuja construção impôs às mulheres o padrão que elas deveriam seguir para que fossem consideradas mulheres dignas, pautado na submissão. Desse modo, a imagem da mulher é projetada como uma figura inferior que deve assumir uma posição passiva, o que se estabeleceria na desvalorização da mulher não apenas dentro da família, mas também diante da sociedade como um todo.

O estudo traz como fonte primária o jornal ‘O Janota’, com o uso do mesmo foi possível elaborar uma ampliação do conceito de fonte proposta pela Escola dos Annales em contraponto à História positivista “tida como tradicional e oficial”, baseada apenas nos documentos escritos do Estado, os Annales ampliaram as possibilidades e abordagens em relação às fontes e a escrita



Histórica, assim como os agentes históricos, pois segundo o historiador francês e dos protagonistas da fundação da escola dos Annales, Marc Bloch (2001), documento é todo vestígio deixado pelo ser humano: “O conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, dever ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand,] um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, [...]. (BLOCH, 2001, p.73)

A utilização do jornal possibilitou um vasto campo de possibilidades para a pesquisa, segundo Cunha (2017). “Manusear periódicos traz benefícios para a produção historiográfica, pois estes, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social e manipulação em prol de diversos interesses, e essas intenções precisam ser identificadas”. (CUNHA, 2017, p.06).

Debater a construção das subjetividades femininas por meio do jornal nos permite discutir e problematizar sobre a representação das mulheres no supracitado, possibilitando entender os significados e sentidos atribuídos para suas vivências no meio social; abordando e analisando os mecanismos que, em sua maioria, atuam na construção e naturalização das desigualdades de gênero, impondo e reiterando a submissão das mulheres aos homens naquele contexto. Partindo disso, é necessário entender que gênero é muito mais que o determinismo biológico, sendo uma definição socialmente construída, como trata Scott (1991): O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1991, p. 3).

A pesquisa consistirá em uma pesquisa descritiva qualitativa, já que o estudo tem como objetivo analisar a influência dos anúncios publicitários para construção de um perfil feminino em Caxias durante o período da Primeira República. É importante discutir essa temática, pois a sociedade molda o perfil das mulheres através das matérias de jornais. Fazendo com que suas atitudes, valores, sejam condicionadas pelo discurso e ações dos que possuem local privilegiado de fala. Visto essa questão, não poderemos perceber a relevância e a importância na construção da identidade feminina caxiense, mas analisar a formação do feminino no jornal na referida cidade de modo substancial para compreender a representação das feminilidades.

Metodologia ou Materiais e Métodos

O método utilizado para a pesquisa foi descritivo, uma vez que possui a finalidade de apresentar aspectos relevantes estabelecidos na relação entre gênero, jornal e a formação da identidade feminina na sociedade caxiense, para isto utilizamos o jornal ‘o Janota’, encontrado no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite, de São Luís e realizou-se a análise do mesmo. Para o bom andamento da pesquisa buscamos a seleção de fontes bibliográficas para contextualizar e melhor embasamento sobre a temática, obras como “Gênero como categoria de análise” (SCOTT, 1991); “A dominação masculina”



(BOURDIEU, 2012); “Apologia da história, ou o ofício do historiador” (BLOCH, 2001); “Os jornais e o ensino de história no maranhão” (CUNHA, 2017), “Relações de gênero e representações na mídia impressa: visões do feminino nas páginas do Jornal Campinas (1936)” (Schneider; Alves, 2018) e (BARBOSA, 1997) para o entendimento do jornal, foram de suma importância para a compreensão de como os agentes sociais interiorizam a estruturação da definição de feminino e masculino, por meio do processo de socialização, direcionando os sexos a realizarem funções sociais específicas, sendo estas separadas pelo sexo e como o pensamento feminista foi ruindo tais parâmetros chegando a marca de desnaturalizar as diferenças entre o masculino e o feminino, pois essas diferenciações foram/são socialmente construídas ao longo da História.

Resultados e discussão

O jornal O Janota, era um órgão da loja do povo, sendo propriedade da família Teixeira e Muniz, o folhetim era publicado quinzenalmente, tendo sua primeira edição publicada em 15 de janeiro de 1904 e a última em 15 de novembro de 1904.

A imprensa sempre se mostrou como um espaço de imposição de ideias, conceitos, legitimação, etc. Os jornais [...] possuíam a função indispensável de disseminar normas e comportamentos padronizados junto às camadas letradas e não-letradas da população. Como uma teia, a palavra imprensa traçava suas ramificações, formando conceitos, difundindo-os, normatizando, enfim, a sociedade. (BARBOSA, 1997, p. 89).

Assim, ao analisarmos o jornal fica nítido a visão machista, patriarcal e de inferiorização, subordinação da figura feminina em suas publicações. Portanto, a mulher deveria assumir um papel submisso diante da figura do homem. Eram retratadas como donas de casa “destinadas” a restringir-se à vida privada do lar. Assim, compreende-se que o jornal não é apenas um mero veículo de informação, transmissor imparcial, ou ainda um instrumento de dominação, mas um agente socializador e produtor de sentidos sociais.

A utilização como fonte, contudo, exige uma atenção especial para elementos presentes na produção e concepção de um jornal, tais como: conhecer a equipe que produz o periódico, os patrocinadores. (MEZZOMO, 2013, p. 105). Portanto, cabe a nós problematizarmos e fazermos leitura crítica da fonte, para, então, extrairmos dela o seu papel dominador, impondo, assim, padrões e moldando o papel social dos leitores e leitoras. Pois, é a partir das publicações, referentes a representação da mulher, contidas no jornal que podemos perceber a visão estereotipada da mulher nos mais variados momentos e lugares sociais aos quais ela é retratada. No recorte acima, temos exemplificado a visão do jornal, da época e do imaginário que perdurava em meio a população. Impondo, assim, qual deveria ser o papel da mulher na sociedade. Comumente as colunas retratavam o feminino de forma a inferiorizá-lo, reforçando as visões patriarcais de organização social e, sobretudo, familiar.

Conclusão

Por fim, a pesquisa possibilitou compreender como publicações dos periódicos influencia o imaginário popular, moldando o impondo os padrões a



serem assumidos pelos agentes sociais. Assim, foi com a ampliação das fontes novos campos de estudos são possíveis e vastos.

Agradecimentos

Universidade Estadual do Maranhão - Centro de Estudos Superiores de Caxias, Coordenação de Pesquisa - PPG/UEMA, Prof. Jakson dos Santos Ribeiro.

Referências

Jornal **o Janota**, 15 de janeiro de 1904.

Jornal **o Janota**, 15 de fevereiro de 1904.

Jornal **o Janota**, 15 de março de 1904.

Jornal **o Janota**, 15 de abril de 1904.

Jornal **o Janota**, 1 de junho de 1904.

Jornal **o Janota**, 15 de junho de 1904.

Jornal **o Janota**, 15 de novembro de 1904.

BARBOSA, Marialva. **IMPrensa, PODER E PÚBLICO**: os diários do Rio de Janeiro (1880 – 1920).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner. – 11ª Ed -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **Os jornais e o ensino de história no Maranhão**: os periódicos como ferramenta pedagógica. p. 06 Disponível em: Artigo-colet%C3%A2nea-educ%C3%A7%C3%A3o-2017-MANOEL-AFONSO.pdf. Acesso em 30 de março de 2020.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira RIBEIRO, Amanda; de Souza. **Mãe, esposa e dona do lar**: representações da mulher no jornal folha do norte do Paraná. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero como categoria útil de análise**. Recife: Sos Corpo, 1991

SCHNEIDER, Marina da Silva; ALVES, Ismael Gonçalves, 2018: “**Relações de gênero e representações na mídia impressa**: visões do feminino nas páginas do Jornal Campinas (1936)”, *Revista Caribeña de Ciencias Sociales* (diciembre 2018). En línea: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/12/representacoes-midia-impressa.html>.



“Uma mulher ideal” para tempos republicanos: a representação da mulher a luz da imprensa caxiense (1890-1930)

Ana Carolina da Conceição Silva^{1*}; Jakson dos Santos Ribeiro²

¹Graduanda em Licenciatura Plena em História, pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão – CESC/UEMA;

²Professor Adjunto I, Universidade Estadual do Maranhão – CESC/UEMA

*anakarolcx2@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações discursivas apresentadas pela imprensa caxiense durante a Primeira República sobre o ideal feminino para cidade de Caxias, Maranhão, principalmente durante a experiência de vivência do regime republicano, no final do século XIX e início do século XX, especificamente nos anos de 1890-1930. Para fundamentar as questões deste estudo, fez-se necessário estudos de teóricos acerca da História Cultural, para compreensão da dinâmica cultural e social do contexto. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a análise de documentos, neste caso, dos jornais que circularam durante o período republicano. Sendo assim, as etapas deu-se a priori em uma pesquisa para chegar em um possível objeto de estudo, utilizando-se de pesquisas em fontes hemerográficas da época, leituras em teses, dissertações, artigos que também são facilmente encontrados e disponíveis em acervo digital. É válido ressaltar que a pesquisa tem seus resultados parciais, pois, a mesma ainda se encontra em andamento, buscando jornais que darão base para este estudo.

Palavras-Chave: Mulher. República. Imprensa Caxiense.

Introdução

O presente trabalho tem como título **“Uma mulher ideal” para tempos republicanos: a representação da mulher a luz da imprensa caxiense (1890-1930)**, a pesquisa, surge a partir de indagações acerca da forma como era entendido as questões de gênero no âmbito da Primeira República, principalmente por se tratar de um contexto voltado para pensar uma “Nação Ideal”.

Além dessas questões, o nosso olhar se volta para esse contexto, por se tratar de pesquisas ainda tímidas na cidade de Caxias, refletindo sobre a condição da mulher e o ideal feminino pensado para esse contexto. Apesar de ter diversos textos, livros, artigos, monografias e afins, voltados a pensar a cidade em outras temáticas, nessa perspectiva ainda não possuem discussões mais profundas. Desse modo, surgem, então, questionamentos para o



desenvolvimento do trabalho, para que os mesmos sejam respondidos no decorrer da feitura do trabalho.

Tais questionamentos estão inteiramente ligados com os objetivos da pesquisa, que visa analisar o ideal feminino constituído na imprensa caxiense sobre qual era o conceito de mulher ideal, que deveria ser seguido pelas mulheres, principalmente nesse contexto de Primeira República (1890-1930), na cidade de Caxias-MA. Tendo o anseio em entender e responder as indagações que surgem ao longo do caminho resumindo-se em: quais as principais características concebidas como uma mulher ideal, como ela deveria se comportar diante das suas funções sociais? Como a cidade de Caxias se estabelecia diante do momento e da república?

Metodologia ou Materiais e Métodos

No que tange a metodologia deste trabalho, a pesquisa irá tratar do estudo sobre o ideal feminino constituído mulheres no início da República em Caxias-MA. Para a análise da pesquisa e suporte da mesma, faz-se necessário recorrer a pesquisa em fontes hemerográficas, que estão disponíveis, no acervo digital (Hemeroteca Digital e Biblioteca Digital Benedito Leite). Ressaltamos que, será realizado leituras em teses, dissertações, artigos, também disponível em acervo digital, complementando ainda mais as reflexões acerca das representações da mulher a luz da imprensa caxiense.

Em relação às principais obras e teorias encontradas até o presente momento, destacam-se: Peter Burke (2002), que realizou um estudo sobre a História e teoria social, abordando os diversos caminhos de estudo da História; Peter Burke (2010), que faz uma análise completa sobre a Escola dos Annales; Luzia Margareth Rago (1985), que deixa bastante claro em sua escrita como as mulheres deveriam se portar na nova ordem da República; e Maria Amélia de Almeida Telles (1999), que escreve um célebre livro, abordando a mulher em diversas épocas do Brasil.

Resultados e discussão

Os estudos que envolvem Mulher na Primeira República (1890-1930), encontram-se em processo de pesquisa para a confecção do texto final. Ao realizar tal estudo e pesquisa, faz-se necessário uma compreensão no envolvimento da temática, na qual a mesma está situada nos estudos da perspectiva da História Cultural que se estabeleceu por volta de 1968, com a Terceira Geração da Escola dos Annales. Segundo Peter Burke (2010, p. 89), o surgimento desta terceira geração foi um acontecimento óbvio, devido aos acontecimentos históricos que antecederam 1968, porém, foi um geração com mudanças intelectuais e com uma difícil tarefa em se traçar um perfil conciso em comparação as anteriores. Diante disso, com a criação da Escola dos Annales nos anos do século XX, pôde-se perceber que foram acontecendo algumas mudanças no que diz respeito à história: “‘um novo tipo de história’ associado aos Annales – postulado por pesquisas interdisciplinar, por uma história voltada para problemas, por uma história da sensibilidade”. (BURKE, 2010, p. 42). Sendo assim, a história da mulher, torna-se um alvo de estudo muito importante, pois, durante muito tempo as mulheres ficaram apagadas da história, sendo conhecidas apenas através da história dos homens. Assim evidencia Burke na



seguinte passagem: “As mulheres foram descritas como exemplo de um grupo “abafado”, somente capaz (em muitas vezes e lugares) de expressar suas ideias por meio da linguagem dos homens dominantes”. (BURKE, 2002, p. 76).

Ao longo dos anos, foram desenvolvidos estudos que se distanciaram dos que eram feitos nas gerações passadas. Surgem então pesquisas voltadas para a interdisciplinaridade, nas quais a história das mulheres torna-se um objeto de estudo, desse modo, “a questão das mulheres - suas posições e condições - tem sido pensada ao longo dos anos por colaboradores das mais variadas etnias e correntes de pensamento” (GABRIELLI, 2007, p. 01). Podendo considerar que tal fato enriquece a construção da teoria feminista, que, apesar de ser considerada ainda nos dias de hoje uma proposta “alternativa” de estudo e pesquisa, tem demonstrado sua consistência e repercussão nas mais diversas sociedades e áreas do conhecimento.

O que vai ser perceptível notar nessa discussão sobre a história da mulher, é que a grande problemática, no campo da História, demorou muito tempo até que começasse a dar os primeiros passos para fazer análises sob uma perspectiva de gênero. Segundo Tatiane Sales (2010), a Escola dos Annales foi de suma importância para o início desses estudos, apesar de nas primeiras gerações não ter evidências das mulheres, é importante perceber que nesse momento estavam começando a se escrever “uma história que tivesse como problemática o meio social dos anônimos” (SALES, 2010, p. 29). Podendo assim perceber que se deu início na historiografia a inclusão de áreas que antes não eram consideradas tão importantes, como “história dos operários, crenças e história dos sentimentos” (SALES, 2010, p. 29).

Em detrimento do que foi abordado nas linhas anteriores, percebe-se que a mulher, desde a chegada dos portugueses no Brasil, fora silenciada em todos os espaços que se via inserida. Segundo estudos realizado em Telles (1999) a mulher não tinha autonomia para realizar diversas atividades, que eram apenas de competência masculina, em principal ao que diz respeito a resolver burocracias ou qualquer assunto de ordem política.

Em consonância com os pontos apresentados, faz-se necessário analisar como a mulher era entendida no contexto da Primeira República. A luz das considerações de Rago (1985) havia uma grande preocupação de manter as mulheres no espaço doméstico, para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Deste modo, a mulher era preparada para ser uma excelente dona de casa e não para exercer uma profissão, implicando assim uma relação de submissão. Porém, o Brasil estava diante de um novo cenário, em que as cidades crescia e a burguesia enriquecia cada vez mais à custa dos trabalhadores. Segundo Rago “tinha mulheres que não ficavam no seio familiar, cuidando da casa e da família” (1985, p. 62-63), logo, havia mulheres de família mais abastadas, porém havia também as mulheres pobres e operárias, duplamente exploradas, por exercerem o trabalho doméstico e na indústria.

Em última análise, pode-se perceber que as mulheres, apesar de exercerem trabalhos nas fábricas iguais aos homens, tinham menos direitos. Havia também a participação de crianças no trabalho fabril, sinalizando que a exploração começava de cedo. Nota-se ainda que apesar do maior número de funcionários nas fábricas fosse do sexo feminino, seus salários eram menores e as obrigações, maiores.



Conclusão

Em virtude dos fatos já mencionados, dos argumentos apresentados e após percorrer pela bibliografia aqui exposta, apesar dos resultados ainda parciais, podemos concluir que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, impulsionou as reivindicações em torno de seus direitos. Desde a jornada de trabalho à seguros para quem ficava impossibilitado de trabalhar. Evidentemente, a representação do feminino é regida por convenções que sofreram mudanças significativas ao longo do tempo. Isso se deu conforme as possibilidades socialmente abertas à mulher se foram ampliando em consequência do acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior, e a inserção em uma ordem social mais ampla, como o configurado pela conquista do voto feminino no Brasil somente em 1932. Assim, a luta feminina, caracteriza-se através de um processo constante de ações coletivas que se referem à emancipação política e conquista de direitos. Esses avanços vão refletir no empoderamento das mulheres, fortalecendo-as. Além de elaborar continuamente uma crítica e denúncia das injustiças da sociedade patriarcal, é um movimento plural que confronta o sistema de dominação, propondo a transformação social (GREGORI apud SILVA e CAMURÇA, 2010) mediante as injustiças presentes na sociedade.

Referências

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: editora da Unesp, 2010.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: editora da Unesp, 2002.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. Análise de discurso crítica e teoria feminista: aproximações teórico-metodológicas. In: XII Seminário nacional, III Seminário Internacional Mulher e Literatura, 2007, Ilhéus. *Seminário Nacional Mulher e Literatura: Livro de Resumos*, 2007.

GREGORI, Juciane de. **Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. Minas Gerai**: Caderno Espaço Feminino, 2017, p. 47-68.

SALES, Tatiane Silva. *Brechas para a emancipação: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República*. 2010. 152 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2010.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1999.



MULHER E POLÍTICA



Política do cancelamento e lugar de fala: uma breve reflexão

Maria Hellem Sampaio^{1*}; Brenda da Silva Santos²; Georgia da Conceição Reis³

¹*Estudante do curso Técnico em Administração – Instituto Federal Fluminense e bolsista NUGEDIS;*

²*Estudante do curso Técnico em Edificações – Instituto Federal Fluminense e bolsista NEABI;*

³*Técnica em Assuntos Educacionais e Coordenadora NEABI e NUGEDIS – Instituto Federal Fluminense
mariahellem9@gmail.com

Resumo

O presente trabalho convida os leitores a uma breve reflexão acerca da, atualmente conhecida, “política do cancelamento”, ação realizada nas mídias sociais que pretende punir pessoas por atitudes consideradas erradas. Utilizando o conceito de lugar de fala, trazemos a discussão da má utilização do termo, visto que o mesmo já foi ferramenta para a referida ação. A partir de análises de caso, descrevemos alguns relatos de indivíduos que passaram por situações ruins decorrentes da nova política. Na tentativa de humanizar todas as relações possíveis, demonstramos que ações radicais, comumente, tornam-se perigosas, agressivas, e conceitos de grande relevância teórica podem se perder em meio ao simplismo das redes sociais. Explicamos, em diferentes pontos, com a intenção de humanizar e relativizar vivências, e não de compactuar com violências verbais, racismo, machismo e outras muitas formas de opressão. Pretendemos enriquecer o debate e não, simplesmente, julgar ações que podem ser consideradas errôneas por alguns.

Palavras-Chave: Cancelamento. Lugar de fala. Feminismo. Machismo.

Introdução

O termo “lugar de fala” tem origem imprecisa, mas acredita-se que ele surgiu na tradição de discussão do ponto de vista feminista e foi moldado ao longo do tempo dentro dos movimentos sociais e, mais precisamente, no debate virtual. O lugar de fala tem perspectivas diferentes, pois as pessoas têm visões diferentes. Por isso, o papel que ocupamos socialmente nos possibilita experiências distintas.

Utilizando o conceito de lugar de fala, alguns indivíduos começam a determinar quem tem direito de falar e quem tem que permanecer calado, e, nesse contexto, surge o tal “cancelamento”. Diversas pessoas foram canceladas na internet por estarem falando sobre algo ou alguém, e a justificativa que as pessoas deram para cancelarem a outra pessoa foi: não cabe a esta pessoa falar sobre determinado assunto, ela não está no lugar de fala dela. Existem vários relatos como este de as pessoas usarem o lugar de fala para justificar esse cancelamento.



Quando falamos de “cancelamento”, um dos argumentos utilizados para alguém ser “cancelado” é o fato da pessoa não estar no seu lugar de fala. Logo, não deveria opinar sobre algo que não lhe diz respeito. Partir desse pensamento é problemático, visto que outras características precisam ser observadas.

Ribeiro (2017) vai dizer que ocorre um grande equívoco quando as pessoas falam sobre esse tema. Muitas vezes, confunde-se “lugar de fala” com representatividade. A autora dá o exemplo de que uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem cis branco, mas que a fala desse homem é importante para entender outro ponto de vista.

Quando o diálogo é aberto para outras pessoas e outras realidades, isso pode ser muito mais proveitoso e enriquecedor. No exemplo dado, o homem branco cis diria a sua visão de um ponto de vista privilegiado e de forma mais abrangente. Quanto mais homens cis conversarem sobre racismo, sexismo, cisgeneridade e reconhecerem seus privilégios, mais teremos o debate levantado em lugares que não são ocupados por minorias.

O objetivo deste trabalho é provocar uma discussão sobre a cultura do cancelamento, e algumas consequências da ação para o indivíduo que foi “cancelado”. Pretendemos também refletir sobre como conceitos de grande relevância para o cenário das lutas sociais podem ser utilizados de forma perigosa quando são retirados do contexto, ou ainda, pouco discutidos.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Para realização deste trabalho, utilizamos estudos de casos, através de pesquisa nas mídias sociais. Por conseguinte, colhemos informações de indivíduos que estiveram envolvidos em situações relacionadas à política do cancelamento, a fim de refletir sobre cada situação. O estudo de caso, abordagem de pesquisa qualitativa, permite-nos analisar situações com maior profundidade.

Também empregamos a análise conceitual com o objetivo de nos aprofundarmos no conceito de “lugar de fala” que, no trabalho, possibilitou-nos a comparação entre o termo e as ações descritas pelos estudos de caso.

Resultados e discussão

Selecionamos algumas situações vividas por diferentes indivíduos, cujas ações consideradas erradas lhes renderam o “cancelamento”. Conforme observado, essas situações anulam, de certa forma, as demais ações desses indivíduos. Por ressaltarmos nossa luta pela humanização, pessoas não podem ser canceladas! Não nos debruçamos em avaliar as ações ocorridas e, sim, em perceber como opiniões diferentes geram intolerância que é prejudicial a toda a sociedade.

Recentemente, a chefe de cozinha e jurada do Masterchef, Paola Carosella, foi criticada por muitos internautas após dar sua opinião sobre a “comida do futuro”. Nas suas redes sociais, a chefe comentou que comidas ultraprocessadas contribuem para as pessoas ficarem obesas. Muitas pessoas disseram que seu comentário foi gordofóbico, pois dava a entender que pessoas obesas obrigatoriamente se alimentam mal. Um estigma que pessoas gordas vem tentando destruir há muito tempo. A Paola se desculpou e se expressou de outra maneira.



Nesse caso, não foi levado em consideração o fato de a profissional se referir a questões de saúde, e não necessariamente a questões estéticas. Falar de assuntos considerados “polêmicos” pode render ao discursante prejuízo econômico, ofensas e ainda ser exposto de forma negativa em diferentes mídias.

Nego do Borel, cantor, foi cancelado após fazer comentários transfóbicos para a Youtuber e influencer Luísa Marilac, que elogiou uma foto do cantor no Instagram dizendo: “A cada dia que passa você está mais gato, homem”. Em resposta ao elogio, o cantor respondeu: “Você é um homem gato também, parabéns. Deve estar cheio de gatas!”. Luísa respondeu: “Onde você está vendo um homem aqui? De coração, gosto muito do seu trabalho, acho você um homem lindo. Seu comentário me deixou passada”. Após esse ocorrido, o cantor se desculpou, todavia perdeu diversas parcerias e shows foram cancelados.

Outro caso recente foi o “cancelamento” da Djamila Ribeiro. Movimentos sindicalistas de boicote aos aplicativos de delivery vêm ocorrendo em busca de melhores condições de trabalho aos entregadores e contra a flexibilização de leis trabalhistas, que tiram o direito de trabalhadores. Durante esses movimentos, Djamila fez uma publicidade paga para a empresa “99 táxi”, o que chateou muitos internautas que esperavam o apoio da intelectual. Comentários anticomunistas, ameaças jurídicas a outros ativistas de esquerda também incentivaram o “cancelamento” da intelectual.

A filósofa faz um importante trabalho acerca de temas muito caros para as mulheres pretas e brancas no mundo, escreveu importantes obras sobre feminismo negro que, inclusive, são utilizadas como referência para a construção desse texto. O fato de uma pessoa ter escolhas ou atitudes questionáveis não deveriam ser suficientes para deslegitimar seu legado.

Emmanuel Cafferty, de 47, sofreu um pouco com a política do cancelamento. Em seu caso, após fazer um gesto com as mãos estalando os dedos, foi filmado por outra pessoa que associou a ação a movimentos nazistas. O homem, pouco depois, estava exposto nas mídias sociais. Em seguida, perdeu seu emprego, não conseguiu se reinserir no mercado de trabalho, foi ofendido, ameaçado e precisou de terapia para tentar superar o episódio.

Conclusão

Com isso, entendemos que o conceito de lugar de fala é de suma importância para as conquistas dos movimentos sociais. O espaço que cada indivíduo ocupa na sociedade modificará o discurso desse sujeito, e as pessoas que estão em papéis subalternizados tem urgência em ocupar posições de protagonismo em suas histórias. No entanto, não devemos cair na armadilha da simplificação e descontextualização dos conceitos. É importante ressaltar que não se deve relativizar absurdos ditos e disfarçados de opinião. Mas, sim, levar em conta outras vivências sobre um assunto.

A política do cancelamento falha ao não levar em consideração que grande parte da população não tem o mesmo acesso aos meios formais de educação como palestras, livros e artigos para se desconstruir. Essa ação não leva em conta que as pessoas precisam ser ensinadas, e esse processo é gradual. É preciso entender que nem todos estão no mesmo nível e que será preciso muito trabalho para que um dia estejamos mais próximos uns dos outros.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



Neste sentido, por exemplo, a prioridade de um jovem preto e pobre no Brasil, provavelmente, não vai ser estudar questões de gênero ou causas LGBTQIA+, e sim sobreviver em um país que mata, diariamente, alguém como ele. É importante observar que existem vários métodos para ensinar e ajudar alguém no processo de desconstrução, que “cancelar” sem chance de argumentação, definitivamente, não é uma boa opção.

Agradecimentos

Instituto Federal Fluminense na figura do Reitor Jefferson Manhães de Azevedo. Carlos Márcio Viana Lima, Diretor de Desenvolvimento de Políticas Estudantis, Culturais e Esportivas. E Jonas Defante Terra, Coordenador de Políticas Culturais e Diversidade. Também agradecemos à Manuela Batista Nogueira, Coordenadora Geral deste maravilhoso Seminário.

Agradecemos ainda à CPCDREIT/IFF pelo incentivo através do Programa de Cultura e Diversidade e pelas bolsas concedidas por meio do Edital no 154/2019.

Referências

Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Antirracismo-e-capitalismo-podem-andar-juntos> , Acesso em: 27 jun 2020.

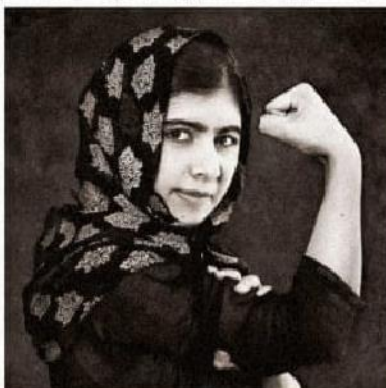
Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/a-discussao-sobre-comida-que-cancelou-a-chef-paola-carosella-entenda> . Acesso em: 27 jun 2020.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/07/21/o-que-sinal-de-ok-retratado-como-racista-nas-redes-revela-sobre-a-cultura-de-cancelamento.htm> . Acesso em: 27 jun 2020.

Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/26/de-drake-a-silvio-santos-veja-foi-cancelado-em-2019.htm> . Acesso em: 27 jun 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MULHER E RESISTÊNCIA





Aquilombar: A luta das mulheres quilombolas frente a um Brasil colonial contemporâneo

Paula Vitória Moreti Soares^{1*}

¹*Graduanda em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. Pesquisadora voluntária no Laboratório de estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades - LEMTO, na Universidade Federal Fluminense.*

**paulamoreti@outlook.com*

Resumo

Desde Aquilombar, mulheres negras têm lutado por sua liberdade e direito ao acesso à terra. O legado de mulheres libertárias como Dandara dos Palmares e Tereza de Benguela evidencia que ainda na contemporaneidade a luta se faz presente para aqueles que foram invisibilizados no processo "civilizatório" da modernidade. O conflito no campo brasileiro revela uma estrutura agrária que o Estado não se propõe a debater, e mesmo quando concede direitos, barreiras parecem se erguer na efetivação. Em 2003, a partir do Decreto 4.887 regulamentou-se o procedimento de acesso à terra às comunidades quilombolas. Mesmo com os avanços transportado pelo decreto, a morosidade do Estado em efetivar o direito passa a ficar evidente, em contrapartida, os conflitos passam a ficar cada vez mais acirrados. O presente ensaio busca adentrar ao campo geográfico, com a temática do conflito pela narrativa das mulheres quilombolas, salientando o que foi silenciado há mais de 500 anos, buscando assim cartografar os conflitos no território brasileiro, no período de 2003-2018, quando passa-se a emergir e salientar os corpos quilombolas como sujeitos de direitos, e assim evidenciar a quais atores hegemônicos essas mulheres têm feito resistência. Para a realização da pesquisa, os levantamentos de dados foram realizados através dos históricos da CPT que reúnem todos os conflitos por água e terra, nesta nos interessou salientar quais atores hegemônicos aparecem nos conflitos. Os resultados obtidos evidenciam como o Estado, fazendeiros e empresas têm mantido o esforço para continuação de um Brasil de 500 anos atrás, perpetuando assim a colonização pela colonialidade.

Palavras-Chave: Mulheres. Quilombo. Conflito.

Introdução

A forma de se produzir ciência na atualidade traz consigo de maneira arraigada um olhar europeu acerca da produção do conhecimento, no qual o homem branco passou ao longo da dita modernidade a impor sua cosmovisão particular sobre o mundo, quer seja pelas vias do poder, do saber, do ser, e/ou da natureza, delineando assim uma única narrativa do processo (CRUZ, 2017), tornando esse projeto para além do contexto colonial, o qual pode ser compreendido na atualidade pela colonialidade.

Articulando-se nesta prepositiva acerca das formas de poder transportada pela colonialidade, o campo da ciência geográfica também se faz eixo desta



problemática, uma vez que perpassar de sua história serviu de modo articulado para a manutenção dos poderes hegemônicos que regem a colonialidade.

Abordar a questão da mulher neste campo acadêmico, o qual, como refere Silva (2003) sempre relegou à mulher uma certa invisibilidade no processo de produção do espaço, desprezando assim a complexificação e a não homogeneização no qual se faz o mesmo, implica a necessidade de descolonizar saberes e evidenciar a multiplicidade em que se faz a espacialização dos fenômenos.

A questão de gênero, conjuntamente com a questão da terra, é um dos temas debatidos em várias outras ciências. Segundo publicação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) "*Racismo e Violência Contra Quilombolas no Brasil*", de 2018, ao mapear os conflitos relacionados às comunidades quilombolas, a violência sofrida por mulheres quilombolas recebeu uma atenção especial na discussão dos dados. Reconhecendo assim seu protagonismo, porém sua invisibilização na luta sendo muitos dos casos considerados feminicídios comuns e não por decorrência de disputa por território.

"A não visibilidade destas mulheres como sujeitas políticas ativas na defesa dos seus territórios reforça um ciclo de violência sofrido pelas quilombolas, dentro ou fora de seus quilombos." (CONAQ, 2018)

O ensejo para a realização da pesquisa tem por objetivo fazer ser ouvida a voz da luta dessas mulheres que têm seu papel muitas vezes invisibilizado, sendo excluídas do acesso a terra, mesmo fazendo parte das estatísticas nesses conflitos. Partindo de uma sociedade de herança patriarcal e escravocrata, a pesquisa tem por intuito compreender a complexidade de ser mulher, negra e remanescente quilombola no território brasileiro, traçando uma análise de quem são os poderes hegemônicos que conflitam com essas mulheres quilombolas pelo acesso à terra, configurando assim a posição de protagonistas em sua luta, trazendo esse debate para dentro da academia.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Esta pesquisa decorre como inquietação dos desdobramentos do trabalho de tese da professora Rafaela Neves, a qual tem por objetivo trabalhar com a temática dos conflitos quilombolas no território brasileiro nos períodos que sucederam o Decreto 4.887, de 2003, do governo Lula, mencionado anteriormente.

Buscando salientar o debate dos conflitos pela narrativa geográfica, busquei trazer à luz o embate das mulheres quilombolas frente a um sistema de poderes hegemônicos e sua prepositiva capitalista, para isso refletindo sobre a própria construção do espaço agrário brasileiro e a colonialidade que o atravessa.

O caminho para tal análise foi desenvolvido em três procedimentos: I) Pesquisa Documental; II) Pesquisa Bibliográfica; III) Tratamento dos dados.

I) Pesquisa documental: consistiu em um levantamento dos dados pela leitura dos históricos de conflitos quilombolas que ocorreram entre os anos de 2003-2018 da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em escala nacional. A escolha



da CPT reflete a forma que resolvemos tratar a temática pela leitura da decolonialidade. A CPT foi escolhida neste processo por trazer um diálogo direto com essas comunidade.

II) Pesquisa Bibliográfica: Para tal interpretação dos dados e compreensão de como se fez essa conjuntura territorial até o presente momento, buscando sempre descolonizar saberes um processo importante, se faz a leitura do espaço-tempo.

III) Tratamento dos dados: Buscou-se neste estudo estabelecer em quais dos conflitos a presença de mulheres se fez notada e quais atores adentram a problemática, porém se tratando de uma pesquisa que se desdobra de uma outra.

Resultados e discussão

Analisar esses dados têm por conseguinte, analisar um Brasil de 500 anos. As forças hegemônicas que impõem sobre o território sua cosmovisão particular são as mesma que trazem a narrativa do não debate sobre o contexto agrário do país desde o Brasil colônia.

Fonte: LEMTO a partir de dados da CPT (2020)

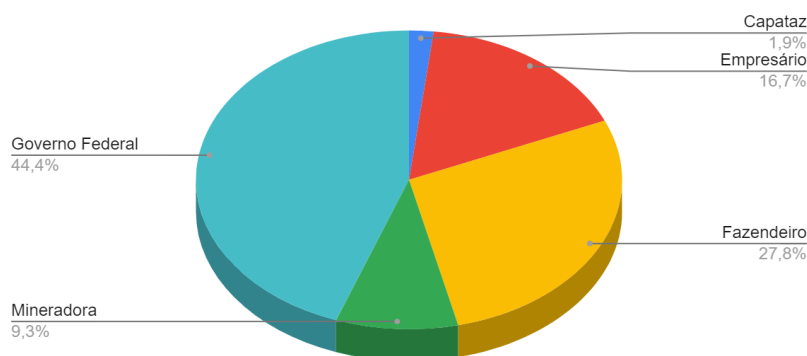


Figura 1. Categoria "Causou" 2003-2018

Na figura 1 podemos observar os atores que conflitam diretamente ou indiretamente com essas mulheres que muitas vezes se encontram na linha de frente do confronto. Os que mais aparecem com evidência se encontram na figura do Governo Federal e dos fazendeiros, expondo assim a desigualdade e a complexidade existentes no território brasileiro.

Adentrando à análise, o Governo Federal possui parcela de 44,4% nos confrontos. Seja pela morosidade no trato da regulamentarização, seja com sua disfuncionalidade e consonância com as narrativas dos e pelos poderes hegemônicos, o Governo Federal adentra à problemática evidenciando a vulnerabilidade dos corpos das mulheres quilombolas frente a um Estado omissivo e conivente.

Em consonância com o Governo Federal, os fazendeiros aparecem em 27,8% dos casos. Apresentando-se como herança da formação do território



brasileiro, esses fazem parte de uma massa que repudia o debate da estrutura agrária brasileira. A intimidação, violação de direitos e ameaças são práticas para a perpetuação de suas terras.

Os empresários também são parte constituinte desses conflitos. Compondo 16,7%, os mesmos impõem sobre o território a visão do capital, seja contaminando solo e água, seja gerando outros tipos de danos ao ambiente e aos moradores para a perpetuação do lucro.

Neste cenário exposto, podemos observar em consonância ao conflito, a resistência das mulheres, quer seja pela perpetuação de sua identidade étnica, ou pelo papel político de líderes quilombolas. Mulheres têm participado na linha de frente desses confrontos, convertendo-se em alguns casos em estatística. A invisibilização de sua resistência, porém, não apagam seus feitos.

Conclusão

O presente estudo procurou evidenciar a centralidade da mulheres quilombolas, sendo as tais construtoras de narrativas significativas contra o sistema hegemônico imposto. Fazendo um breve análise da conjuntura brasileira, podemos observar seu entrelaçamento com uma lógica moderno/colonial hegemônica, com sua economia agroexportadora, com base no latifúndio, que traz a insurgência de se pensar em uma geografia do espaço agrário brasileiro que enxergue a existência dos sujeitos subalternos diante dos grupos dominantes. O duplo silenciamento vivenciado pelas mulheres quilombolas faz emergir a necessidade do debate no campo acadêmico, porém, mais do que tudo, no campo político, que atua em benefício dos poderes que vão de encontro aos interesses das mulheres quilombolas.

Referências

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In.: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

SILVA, J. M. **Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica**. Rev. História Regional, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

CONAQ. **Quilombolas. Racismo e violência contra quilombos no Brasil / Terra de Direitos**, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — Curitiba: Terra de Direitos, 2018



MULHER E SUBJETIVIDADE



Da Mulher em Movimento: Quando a Poesia “Arrebenta” em Discurso Vivido

Lays Gabrielle Neves Moreno^{1*}
Professora de Espanhol I- IFF/Macaé
Mestre em Literaturas Hispânicas/ UFRJ
**laysnevesmoreno@gmail.com*

Resumo

Esta pesquisa a ser desenvolvida em um doutorado encontra bases no *Poetry Slam*: campeonatos de poesia falada, originados em Chicago, nos Estados Unidos, no final da década de 80 e, posteriormente, difundidos por outras partes do mundo. O movimento chega ao Brasil em 2008, em São Paulo, pelas cordas vocais de uma mulher: Roberta Estrela D’Alva. Nessas batalhas poéticas e performáticas, os *slammers* inauguram um espaço entre a escrita, a oralidade e o imagético, deslocando fronteiras entre centro e periferia, público e privado; ampliando a própria noção de campo literário e poesia contemporânea, que se tece aqui na trama das relações humanas, seus corpos e intersubjetividades e na relação da construção de sentidos e saberes com seus espaços de produção e circulação. Nesse primeiro momento da investigação, interesse-me por mapear, de maneira genérica e apreciativa durante essa fala, numa espécie de cartografia afetiva, algumas vozes da poesia slam brasileira em cena desde Sobral, no interior do Ceará, passando por Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Observando suas principais características de expressão enquanto escritores e poetas, e enquanto integrantes de diferentes coletivos que narram corpos outrora silenciados.

Palavras-Chave: Subjetividade. Performance. Literatura. Slammers. SLAM.

Introdução

A poesia falada ecoou nas praças das cidades: que discursos são esses que se reinventam e se atualizam a cada nova cena poética? O caráter efêmero da palavra nesse cenário é passível de narração? Haverá tradução para essa linguagem investida de elementos performáticos? Sujeito, personagem, lugar, circunstâncias, relações de contato, representações do real e do vivido. É preciso abandonar dicotomias engessadas e avançar algumas fronteiras para além dos estudos literários restritos. É o engajamento do corpo: testemunho vivo, denúncia velada por tantos anos. Um corpo social que explode, do balbúcio do “Planetas sem boca” ao gutural rebento fônico: “uma espécie de ressurgência das energias vocais da humanidade (...) energias que foram reprimidas durante séculos no discurso social das sociedades ocidentais pelo curso hegemônico da escrita” (2018, p. 18). Aqui “a voz viva tem necessidade - uma necessidade vital - de revanche, de ‘tomar a palavra’ como se diz (...) e como seria ela, senão sob a forma do grito?” (2018, p. 19)

A palavra “slam” é uma onomatopeia, uma palavra que imita o som de uma batida de porta, por exemplo: Pow! Pá! O termo também é originalmente empregado em competições esportivas como o Grand Slam do Tênis/ Basquete.



Neste estudo, tal qual o estamos analisando, SLAM é um campeonato de poesia falada: “o Grand Slam de Poesia”, uma modalidade com regras e formato já bem estabelecidos. Os competidores são os “slammers”. As poesias precisam ser autorais e cada poeta tem até 3 minutos para realização de suas performances, com tolerância de 10 segundos e descontos de décimos depois desse limite. Os 5 jurados que dão notas aos participantes são escolhidos na hora na plateia, aleatoriamente. Dessas 5 notas, são descartadas a maior e a menor, e as 3 notas do meio são somadas. Não há acompanhamento musical, nem objeto cênico e o ritmo de cada rodada é dado pelo “slammaster”, que é o apresentador da competição.

Quando chega ao Brasil, o movimento que antes se dava em espaços privados, ganha as ruas e praças. Depois do ZAP! SLAM, o Slam da Guilhermina, em São Paulo, é representativo desse novo formato de evento. Em terras brasileiras, marcadas por profundas fissuras sociais, econômicas e políticas, as batalhas encontram solo fértil para lançar as palavras. Desde então, uma variedade de coletivos foram surgindo e alguns SLAMS já são bem conhecidos da cena: Slam das Minas, Slam Resistência, Slam das Cumadi, Slam da Guilhermina, Slam da Quentura, Slam do Corpo, são alguns exemplos. E, no âmbito desses movimentos, os naturais processos de identificação cultural e os sujeitos sociais desses cruzamentos. Falo de nomes como Luiza Romão, MC Carol Dall Farra, Tom Grito, Mel Duarte, Luna Vitrolira, Rool Cerqueira, Bicha Poética, Bell Puã, Luz Ribeiro, Mariana Félix, Ryane Leão, Laura Conceição, Jarid Arraes, que acumulam um repertório de pensamentos tão diversos, mas em diálogo, porque partem de suas próprias vivências, independente de pertencerem a uma tradição literária acadêmica, não importa. O importante é que esses personagens estão falando e trataremos de tentar cartografar essas “escrevivências” enquanto revisitamos um passado que se faz presente (Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus).

Metodologia

Busco nas teorias da estética da recepção e do corpo, para além das teorias literárias e dos estudos críticos decoloniais (Judith Butler), tão estruturais e essenciais para o entendimento da trajetória percorrida pelo movimento até aqui, desses sujeitos e dos processos coletivos que nos conformam enquanto sociedade. A aproximação desse *corpus* se faz de maneira bem intuitiva e subjetiva, ora desestabilizando certezas, ora desmonumentalizando cenários construídos, questionando verdades absolutas e alertando para *O perigo de uma história única* (ADICHIE, 2019).

Resultados e discussão

Quando eu morrer

Não diga que fui todo
Rebotalho
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava



Trabalho
E fui sempre preterida.

Diga ao povo brasileiro
O meu sonho era ser escritora
Mas eu não tinha dinheiro
Para pagar uma editora.

Digam que eu tinha boa vontade
E demonstrava minha
Aptidão
E que vivia na degradingolada
Sempre de rastro no chão

Digam que multidão sorria
Recluída, sempre eu chorava
Que em todos os lugares que eu ia
O povo me desprezava

Digam que foi agro o meu viver
Que ninguém deu-me valor
Não sei se foi por eu ser,
De cor.

Carolina Maria de Jesus

Conclusão

“Algumas falas parecem testemunhar que a poesia contemporânea não renasce apenas: ela rebenta”. (...) “O grande gesto poético nos atinge sem prevenir ou dizer de onde vem”. As citações são em referência à poesia de Luna Vitrolira, fragmentos entressacados do posfácio de Lourival Holanda, para o seu livro *Aquenda: O amor às vezes é isso* (2018), mas bem pode ser também, representativa das vozes aqui estudadas. São subjetividades que tecem seus corpos e narrativas, protagonizam suas histórias, inauguram a cena, enquanto parecem nos convidar a costurar “as veias abertas da América Latina” e nos curar de tantos traumas.

Agradecimentos

À Alice Pereira, Camila Barros e Olívia de Melo, professoras pesquisadoras do Projeto NUGEDIS (Núcleo de Gênero, Sexualidade e Diversidade) do IFF - *Campus Macaé* por promoverem espaços de debate onde as pessoas têm vez. E voz. Ao Interior, à Baixada, à Periferia, às Quebradas. À Marielle Franco, “Eu sou porque nós somos”.

Sankofa.



Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. Rio de Janeiro: Grupo Companhia das Letras, 2019.

ALMIRO DE FREITAS, Nilson; NASCIMENTO, Fran; PIMENTEL, Ary; SOUZA, Vicente de Paulo et al. (organizadores). *A poesia falada invade a cena em Sobral: Poetry Slam no interior do Ceará*. Rio de Janeiro: Desalinho; Ganesha Cartonera, 2019.

DUARTE, Mel (organizadora). *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*; ilustração de Lela Brandão. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

FERNANDEZ, Raffaella; PIMENTEL, Ary; (organizadores). *Clíris: poemas recolhidos/ Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Desalinho; Ganesha Cartonera, 2019.

STELLA, Marcello Giovani Poci. *A Batalha da Poesia*. Ponto Urbe [Online]- Consultado em 27/07/2020 URL : <http://pontourbe.revues.org/2836> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2836

VITROLIRA, Luna. *Aquenda: O amor às vezes é isso*. São Paulo: V. de Moura Mendonça- Livros, 2018.

ZUMTHOR, Paul (1915- 95). *Performance, recepção, leitura*. Título original: Performance, réception, lecture. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Sueli Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018.



O que pode o corpo feminino em suas múltiplas potencialidades?

Lígia Christine P. Martins^{1*}

¹Pesquisadora e Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

**ligia-christine@live.com*

Resumo

Considerando as intensas transformações do corpo feminino, que esteve marcado, desde os primórdios, como alvo de objetificação por uma sociedade patriarcal, a partir de um discurso que enquadrava e que até hoje almeja enquadrá-lo como alvo do poder, sustentado por pilares religiosos, médicos e estatais, buscou-se analisar a constituição de processos de captura que o despotencializam através de enquadramentos que privam suas múltiplas potencialidades. Percebendo, deste modo, que a maternidade se colocava como a maior fonte de captura e aprisionamento do corpo feminino, objetivou-se, através da metodologia História Oral de Vida, entender tais enquadramentos em relação à mulher na vivência materna ao longo deste século e os caminhos de resistências trilhados pelas que contribuem com esta pesquisa e por tantas outras que, de alguma forma, possam se sentir representadas por este estudo, para que possam ser vistas além do que comportam em seus corpos.

Palavras-Chave: Mulher. Sociedade. Maternidade. Captura.

Introdução

O corpo, independente do gênero que ocupa, sempre esteve atravessado por mecanismos de poder que, constantemente, atualizam-se, almejando docilizá-lo, para que funcione a serviço da organização social. No entanto, o gênero, a raça, a classe social, entre outros fatores, são determinantes na forma em que o poder irá se inserir em cada corpo ao se incorporar a ele, apropriando-se de sua potência criativa “para colocá-la de fato no poder [...] cujo objetivo é o de fazer desta potência o principal combustível de sua insaciável hipermáquina de acumulação de capital” (ROLNIK, 2016, p.18). Atualmente o poder que se debruça sobre o corpo feminino não se coloca de forma tão aberta e direta como em outros tempos. Ele é tão sutil que se insere por micro lugares, operando capturas que, de tão fluidas, tornam-se precisas, construindo uma “violência simbólica da cultura predominante que coloniza nossa mente, distorce nosso corpo e silencia nossa voz; a ‘lenta’ violência ambiental que corrói nossas comunidades e nosso habitats” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 62), todo o nosso território vivencial.

Historicamente, temos visto a maternidade ser compreendida como algo inerente à mulher, fazendo parte de quem ela é antes mesmo de construir sua autopercepção. No entanto, como aponta Simone de Beauvoir (2016, p. 11), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher [...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. Por conseguinte, definir a maternidade como algo intrínseco a partir de um padrão de normalidade, considerando normal como aquele que reflete as



leis da natureza, é algo despotencializador de tudo que pode o corpo feminino, inclusive gestar. Uma vez que a maternidade seja entendida como uma condição subjetiva, um modo de vida que o sujeito constitui para si através de todas as particularidades que envolvem o viver, a mulher, ao se encaixar no padrão de normalidade, sofre uma diminuição de vida, já que estará dependente da norma instituída. Dessa forma, é possível perceber que:

A inferioridade da mulher provinha originalmente de ela ter-se limitado a repetir a vida, enquanto o homem inventava razões de viver, a seus olhos mais essenciais do que a pura facticidade da existência; encerrar a mulher na maternidade seria perpetuar essa situação [...] ela só pode consentir em dar vida se a vida tem um sentido; não poderia ser mãe sem tentar desempenhar um papel na vida econômica política e social (BEAUVOIR, 2016, p.328)

Portanto, nesta apreensão do corpo feminino, há o que Foucault (2014) entende como uma relação de docilidade-utilidade. Frente às dificuldades, todavia, o corpo feminino deve ser repensado em toda a sua potência, levando em consideração que, como aponta a obra artística “Triste, louca ou má” (HOMBRE, 2016), a recusa em seguir tal “receita cultural” não acontece sem dores e constrói formas de resistências ao “queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar”. Logo, almeja-se, com este trabalho, mapear aquilo que nos paralisa, silencia e abrir passagem para que caminhos de resistência se estabeleçam.

Metodologia

Vivencialmente e após uma extensa revisão literária a partir de autoras como Simone de Beauvoir, Djamilia Ribeiro, Suely Rolnik, entre outras, é possível perceber que a maternidade era/é a forma despotencializante que mais operava/opera no corpo feminino, não pelo fato da escolha em si, mas pela forma que a sua obrigatoriedade se apresenta. Como ferramenta de pesquisa qualitativa deste trabalho, utiliza-se a metodologia História Oral de Vida, que é uma das ramificações da História Oral. Tal metodologia pode ser definida como um caminho construído e percorrido entre pesquisador e objeto de estudo, na figura de seu informante, através das experiências vividas em complementaridade com o contexto social, onde entrevistador e entrevistado se misturam. A história oral não é, de forma alguma, apenas um método para coleta de dados, mas sim para o aprofundamento de algo que precisa ser dito. É permitir que, através de fontes orais, vozes silenciadas possam ser ouvidas, “tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente” (PORTELLI, 2010, p. 3).

A escolha deste método para abordar o tema se deu devido à importância que pretende-se dar a voz das mulheres, oferecendo um espaço de compartilhamento, onde o historiador se coloca disponível à escuta. Quando se convoca o outro na sua palavra, é posto um convite para se autoperceber. Desta forma, ouvir essas mulheres não é uma forma de comprovar algo que já está sendo dito, de ilustrar o que vem sendo estudado ou coletar dados. Ouvir essas mulheres, assumindo o compromisso ético da história oral com a palavra do outro, é a possibilidade do aprofundamento de algo que precisa ser dito, é



reforçar aquilo que o sujeito tem, tomando a história oral em consonância com Alessandro Portelli (1997), como “arte de ouvir”, ou seja, ouvindo o que o outro quer dizer, e não os obrigando a dizer. Aqui a proposta não é dar a voz, pois sempre tiveram, mas expandir o seu alcance, colocá-la em lugar central. O objetivo é trabalhar com entrevistas livres. Por conseguinte, não há um questionário estabelecido previamente, considerando que “não há técnicas de entrevista, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada” (PORTELLI 2010, p.6). Entretanto, para iniciar a entrevista e delimitar um recorte dentro de um tema tão vasto, é importante que haja algumas perguntas disparadoras que foram construídas de modo que possam compor uma narrativa de acordo com cada mulher ouvida, ou seja, compreendendo o que ela tem a dizer e não o que se espera que diga.

Resultados e discussão

Foram ouvidas, através das entrevistas, oito mulheres, compreendidas num intervalo etário entre 30 e 56 anos, que tornaram-se mães em diferentes períodos históricos, entre 2000-2018, residentes nos municípios de Macaé, Rio das Ostras e Belford Roxo, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro. Almejou-se compreender as experiências vividas por essas mulheres e como elas as interpretam. Visou-se, então, responder à seguinte pergunta: como o contexto social em que a mulher está inserida pode influenciar na escolha em se tornar mãe e em sua vivência dentro das implicações da maternidade? Neste sentido, Lélia Gonzalez (1983) aponta que falar, muitas vezes, é um ato perigoso. Diante disso, questiono-me: onde mora o perigo em ouvir uma mulher? Por que nossa sociedade tem tanto medo do que temos a dizer?

O encontro de falas ou o reconhecimento de pontos comuns entre as narrativas não supõe que as experimentações tenham sido as mesmas. O que “essas mulheres partilham [são] processos de resistências” (RIBEIRO, 2017, p.16) para além do fato de serem mães, mas que muito embasam suas trajetórias dentro de tal posição. O medo se encontra, então, na potência que há nesses encontros de produzir resistências que estilhaçam as máscaras massificantes que tentam nos impor.

A proposta em trabalhar com mulheres de diferentes idades e dentro de diferentes períodos históricos foi observar, em contraste com estudos bibliográficos, como a sociedade trata o “ser mãe” a partir do que se entende como ser mulher, para compreender o que esta diferença provoca nestes relatos. Neles é possível observar, por exemplo, que algumas destas mulheres, tendo vivenciado a maternidade mais de uma vez, relatam como se perceberam em cada uma destas experiências. Dessa forma, ao trabalhar com estas narrativas, o objetivo não é definir o que é ser mãe, pois não há como universalizar discursos, visto que, “ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal” (RIBEIRO, 2017, p.34). A finalidade é poder enxergar o que há de singular em cada experiência, entendendo a singularidade como o fruto do embate entre o social e o individual que produz agenciamentos na subjetividade, é desconstruir a ideia de uma maternidade ideal, assim como relata uma destas mulheres, a Aline:



É muito difícil sim ser mãe, independente da época e eu acho que cada um tem que encontrar a sua forma de ser mãe, de se doar, de educar e não existe, eu acho, uma regra, uma forma, acho que vai de acordo com a vida de cada um, com o que é possível para cada um fazer naquele momento, porque cada um vive um momento e sabe como é que tem que agir [...] a maternidade é muito pessoal, não existe uma regra, uma forma, cada um tem que encontrar o seu jeito de ser mãe.

Ao analisar estas narrativas a luz do percurso histórico que constrói estes discursos, percebe-se, assim como demonstra Badinter (1985, p.353), “que a maternidade é mais difícil de viver do que em geral se crê e que a toda-poderosa natureza não dotou a mulher de armas suficientes para enfrentá-la”. Evidencia-se a importância de espaços e trabalhos que permitam a mulher viver para além desta crença, em que a maternidade não assuma este lugar central. Em vez de se pautar pelo naturalismo suposto, a maternidade, na verdade, deve se pautar nas bases que a fundam. A maternidade deve ser pensada mais em diálogo com questões sociais do que com a natureza, pois é possível perceber que, quando a olhamos para além do que se torna visível no corpo feminino, há muito a se sentir, pensar e falar.

Conclusão

Este estudo iniciou-se a partir de uma revisão bibliográfica em que buscou-se destrinchar a produção social do lugar da mulher e como tal posição enquadra-a e despotencializa-a. Ao acompanhar o percurso histórico, compreendido entre os séculos XVIII-XXI, percebe-se como este lugar foi e é algo marcante em nossa sociedade e nos efeitos causados no corpo feminino. Corpo este que, sendo alvo do poder em cada época, foi atingido por algum instrumento. Apesar das diferenças contextuais, a questão presente em todas elas é em relação à maternidade. O que motiva esta pesquisa, então, é a compreensão do que torna a maternidade para além do corpo algo tão central dentro da presente organização social.

A imagem da mulher tem estado atrelada a um discurso moralizador que a coloca em posições que não comportam sua potência de vida, visto que, nestes lugares, dentro de uma lógica patriarcal em que é inserida, ela é direcionada a repetir a vida, ao invés de criar novos modos de viver. Desta forma, a maternidade é tida como um meio de encerrar a mulher neste arranjo, uma vez que é imposta a ela não só como condição, função e importância social, como também modelo ideal de mãe, capturando sua subjetividade a serviço do Estado e até mesmo de sua organização econômica. Sendo assim, conclui-se a presente pesquisa compreendendo que é necessário sempre nos voltarmos ao seguinte questionamento: “o que pode o corpo feminino?”. Através dele, seremos capazes de perceber todas as multiplicidades do corpo feminino e, cada vez mais, seremos capazes de desprendê-lo das correntes que o amarram.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: O Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p. pt. 133-138

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983. pt. 223-244

HOMBRE, Francisco El. Triste, Louca ou Má. **Soltasbruxa**. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/lKmYTHgBNoE>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, vol.6, nº2, p. 2-13. 2010. Disponível em: <http://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/198/pdf_183>. Acesso em: 15 julho de 2020.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-49. 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. [online]

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ªed. Porto Alegre, Sulina, 2016. 248p.



Signo em disputa: a *Mulher* na poesia de Língua Portuguesa

Marcelly Maria Souza da Cruz^{1*}; Daniel José Gonçalves².

¹*Técnico Integrado em Automação Industrial, Instituto Federal do Paraná - Campus Telêmaco Borba;*

²*Professor, Instituto Federal do Paraná - Campus Telêmaco Borba*

**marcellycruz84@gmail.com*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo promover uma reflexão sobre as representações da mulher a partir de um recorte da produção poética de Língua Portuguesa dos séculos XX e XXI. O trabalho aborda estratégias de leitura de poesia, demonstrando como a relação entre forma e conteúdo dos poemas participam do imaginário construído do ser mulher. A partir de poemas que tematizam o universo do feminino em suas variadas representações, destaca-se a literatura como importante instrumento de reflexão, desconstrução de pressupostos patriarcais, mobilização e resistência. Ao oferecer um panorama da representação do feminino e trazer à tona a discussão em torno das concepções implicadas no signo “mulher”, espera-se demonstrar que tal signo é polissêmico, não podendo ser resumido em estereótipos que o diminuem e controlam. Para Antonio Candido, “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornece a possibilidade de vivermos dialeticamente com os problemas” (2004, p. 175). Tal possibilidade dialética consiste na abertura para identificar, compreender e vencer dificuldades e injustiças, práticas próprias de uma educação em e para os Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Poesia. Gênero. Direitos Humanos

Introdução

A literatura é um importante instrumento de reflexão, mobilização, resistência e desconstrução de pressupostos patriarcais. Para Paulo Venturelli, “a literatura não é cantiga de ninar para embalar o leitor em seus gostos, em suas expectativas (...). A literatura vem nos sacudir de nosso conformismo” (VENTURELLI, 2002, p. 153). Assim, ela pode dar condições ao fortalecimento de grupos de resistências em busca de seus direitos. Direitos esses que são garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em dezembro de 1948, em Paris, que estabelece no Artigo II:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

No entanto, apesar de existir essa garantia de não distinção na aplicação dos Direitos Humanos, quando se trata de igualdade de gênero, observa-se um



desnível social imponente, no qual *eles* dominam e *elas* são submissas. Criou-se, assim, uma estrutura patriarcal, na qual elas foram coagidas a estar sempre dentro de casa, circunscritas ao espaço privado, sem o controle de si, estando sempre abaixo dos homens, detentores do espaço público, e com o único objetivo de satisfazê-los.

No imaginário comum, a representação do feminino é frequentemente baseada em frases como “mulher age com emoção e não com a razão”, “a única coisa que você pilota bem é fogão”, “cortou o cabelo? Homem não gosta de mulher com o cabelo curto!”, que são ditas todos os dias por homens e mulheres, resumindo o feminino em estereótipos que o controlam e diminuem. Entretanto, quando se buscam novas representações do signo mulher, é possível encontrar diversas vertentes a serem exploradas e para isso dispõe-se de diversos instrumentos a serem utilizados. Um desses instrumentos é a poesia. De acordo com Antonio Candido,

A literatura desenvolve em nós a quota da humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (...). Ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. (CANDIDO, 2004, p.180)

Dentro desse cenário, este trabalho visa discutir a representação do feminino, por meio de um recorte da produção poética de Língua Portuguesa dos séculos XX e XXI. Para isso, criou-se um *corpus* com 73 poemas, denominado *Mil faces secretas*, que exemplificam e colocam em disputa as variadas representações do feminino e servem também como materiais de análise, que oferecem caminhos de ressignificação do que é considerado “ser mulher”. Os textos foram apresentados para professores, alunos e servidores através de Seminários de Pesquisa e Extensão, Simpósios sobre diversidade e Oficinas Temáticas.

Assim, para entrar nesse universo “feminino” através da literatura, *Mil faces Secretas* apresenta três categorias: *Poética do sublime: as poetisas*, *Poética da subversão: as poetas* e *Nós e elas: homens falando de mulheres*. Nelas, é importante valorizar a produção poética nas suas duas indissociáveis dimensões, forma e conteúdo, e frisar as diferenças dos períodos de publicação. Já que, se cada palavra tem mil faces secretas, isso se deve ao contexto em que cada palavra aparece, da boca de quem a profere, sob qual estrutura gramatical e combinando com quais outras palavras na frase. Como dizia Jorge Luis Borges, em *Esse ofício do verso*, “a poesia não é alheia - a poesia, como veremos, está logo ali, à espreita. Pode saltar sobre nós a qualquer instante” (BORGES, 2000, p. 11). A criação poética, sob esse aspecto, é quase um potencializador de sentidos, e cabe aos leitores utilizar as chaves de que dispõem e deixar que os textos saltem neles para, dialeticamente, comporem sua leitura.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Para compreensão da temática proposta, é necessário uma revisão crítica de textos teóricos e literários no intuito de entrelaçar as discussões de gênero com a literatura e as demais temáticas abordadas. Buscando amplamente



autores e autoras que se encaixem no debate proposto.

Resultados e discussão

Conforme exposto anteriormente, o *corpus* foi organizado em três partes, as quais são explicadas a seguir.

A literatura escrita por mulheres por muito tempo foi identificada com uma “estética do sublime”, que evocava temas altos (vida, alma, criação) com um vocabulário delicado. Essa visão de literatura combina com a ideia de feminilidade, que inclui a sensibilidade, delicadeza, polidez, cuidado, beleza, entre outros, como características do feminino. A essa primeira parte, denominou-se *A Poética do Sublime: as poetisas*, que traz poemas de mulheres que mantêm, em seus discursos, os temas abordados acima através do vocabulário e do conteúdo. Um exemplo é o poema “Rústica”, de Florbela Espanca, que revela uma mulher que busca e, ao mesmo tempo, é a própria pureza:

Rústica

Ser pura como a água da cisterna,
Ter confiança numa vida eterna
Quando descer à “terra da verdade”...

Meu Deus, dai-me esta calma, esta pobreza!
Dou por elas meu trono de Princesa,
E todos os meus Reinos de Ansiedade.

(ESPANCA, 2007, p. 74)

A segunda parte, denominada *A poética da subversão: As poetas*, mostra mulheres que tomam para si a caracterização de *poetas*, rejeitando a “estética do sublime” e, portanto, o epíteto de *poetisas*. Seus textos contrastam com a ideia de feminilidade, por meio de rupturas temáticas e formais. Desse modo, o corpo, o desejo, os papéis socialmente atribuídos aos sexos, entre outros, passam a figurar como subversão do imaginário do feminino.

Martha Medeiros, por exemplo, fala sobre liberdade e rompe as correntes sociais impostas ao sexo considerado “frágil”. Aqui, o ser livre está impregnado em diversos aspectos, começando com a liberdade de pensamento, indo até a liberdade sobre o seu próprio corpo - o que acaba sendo perigoso, tendo em vista que mulheres livres não aceitam espaços sociais desiguais. Desse modo, o poema a seguir quebra conceitos, falando apenas de liberdade, e se mostra resistente, já que traz perigo e causa uma aversão aos que possuem poder.

Quanto mais escrava



mais escrevo
pra libertar essa mulher da vida
que me habita.

(MEDEIROS, 2011, p. 9)

Nós e elas: Homens falando de mulheres foi o nome que recebeu a terceira parte do *corpus*, onde a voz é do sexo masculino, mas o assunto principal são as mulheres. As imagens evocadas pelos homens para caracterizar o *outro* feminino são a mulher como objeto do desejo, signo de adoração e caminho da perdição. Detentoras do mistério e da obscuridade, a mulher é o ininteligível capaz de ardis para desviar os homens. Assim, de certa forma o motivo da perdição dos homens são as mulheres, como em “Romance”, do Cacaso:

ROMANCE

Com o sangue da namorada gravar
esta paixão suicida:
o horizonte
que povoa nossa espinha, os rios
da magia, o átimo e os projetos
do enforcado.
Funcionários comemoram o arrebol
enquanto o amante, descarnado e louco,
soletra harpas futuras.

(BRITO, 2012, p. 149)

Com isso, temos textos variados que foram apresentados para alunos, professores e todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica a fim de que a pesquisa ganhasse forma e fosse parte da leitura crítica de muitas pessoas.

Conclusão

A literatura é um instrumento importante para a reflexão sobre temas referentes aos Direitos Humanos. Isso fica claro quando se realiza a leitura dos poemas, pois é possível pensar quem são as mulheres, não de uma forma padronizada, mas múltipla. Colocar em disputa tais multiplicidades é, acima de tudo, uma maneira de garantir que elas sejam compreendidas, visualizadas e aceitas. Com isso, cria-se um debate que concilia a discussão literária com importantes temas sociais, de maneira especial aqui, com a luta das mulheres.

Referências

BORGES, Jorge Luis. **Esse ofício do verso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRITO, Antonio Carlos de. **Lero-lero [1967-1985]**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CANDIDO, A. “O direito à literatura”. In: _____. **Vários escritos**. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



ESPANCA, Florbela. **Sonetos**. Porto Alegre: Pradense, 2007.

MEDEIROS, Martha. **Poesia reunida**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

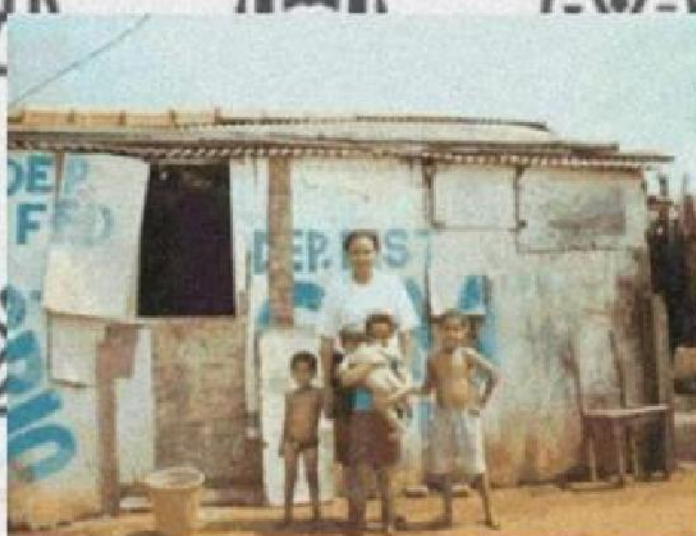
VENTURELLI, P. "A leitura do literário como prática política". In: **Revista Letras**, Curitiba, v. 57, n. 1, p. 149-172, jan/jun. 2002.

Professora cria sala de aula móvel para ajudar alunos sem web na pandemia

Ação da educadora mexicana viralizou e está sendo aplaudida nos quatro cantos do mundo

BRUNA HARDELLI

12/09/2020 14:24. ATUALIZADA 14/09/2020 15:28



Ex-catadora de latinhas Marilene Lopes e os filhos em frente ao barraco em que moravam em uma invasão em Brazlândia, no Distrito Federal (Foto: Marilene Lopes/Arquivo pessoal)

MULHER E TRABALHO



A outra face do empreendedorismo feminino

Lessiany Andrade Guimarães Azevedo^{1*}; Bianca Lopes Pinto¹; Filliph Machado Santos da Silva²; Jones da Silva Machado Júnior²; Rebeca Brasil Fonseca Vieira¹.

¹*Licencianda em Geografia - Instituto Federal Fluminense campus Centro*

²*Licenciando em Geografia - Instituto Federal Fluminense campus Centro*

**lessianygeo@gmail.com*

Resumo

A entrada da mulher no mercado de trabalho é recente no tempo histórico, sendo resultado de diversos movimentos de luta pelo direito das mulheres. No entanto, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é presente e as mulheres enfrentam diversos desafios. Essas barreiras fazem com que diversas mulheres optem pelo caminho do empreendedorismo, que é apresentado como uma forma de independência e ascensão social. O presente trabalho tem como objetivo abordar o empreendedorismo feminino no Brasil a partir da precarização do trabalho e desemprego, caracterizando o empreendedorismo por necessidade. Foram analisados dados sobre o cenário empreendedor para mulheres em escala nacional assim como dados relacionados ao mercado de trabalho de forma geral. Ao final foi possível observar que o empreendedorismo é uma possibilidade de autonomia e empoderamento feminino frente às condições apresentadas na conjuntura atual, no entanto ele ainda reflete diversas desigualdades para esse grupo social.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Mercado de Trabalho. Mulheres.

Introdução

A inserção e expansão das mulheres no mercado de trabalho tem ganho relevância nos estudos acadêmicos recentes como resultado dos movimentos de resistência e dos novos desafios apresentados. Verifica-se que nas últimas décadas a porcentagem de mulheres economicamente ativas têm aumentado gradativamente e isso se deve, entre outros fatores, pelo impulsionamento dos movimentos políticos e sociais ocorridos no mundo a partir da década de 1960. Além disso, a estagnação econômica, a elevação da inflação e as mudanças na estrutura de emprego estabelecidas pelo Brasil na década de 1980 contribuíram para a participação da mulher no mercado de trabalho.

Assim, observa-se que esses movimentos conduziram mudanças nos padrões culturais e econômicos da época, possibilitando o acesso mais ampliado da escolarização às mulheres e a participação direta no mercado de trabalho. Essa “feminização” também ocasionou a queda da taxa de fecundidade devido à adoção de diferentes métodos contraceptivos, além de outras mudanças sociais e políticas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996 apud MAIA, 2020).



A internacionalização da economia brasileira nesse período impactou as relações de trabalho uma vez que as práticas adotadas pela nova política econômica resultaram na precarização do trabalho, redução de direitos e evidenciou a disparidade salarial entre homens e mulheres. Assim, ainda que as mulheres estejam ocupando cada vez mais espaço nos setores dominados predominantemente por homens, a desigualdade de gênero enraizada nas relações de trabalho é bastante visível. O relatório "*When Women Thrive*" relata que 40% da força do mercado de trabalho no mundo é do sexo feminino, todavia apenas 29% dessas mulheres ocupam as vagas sênior e 23% são executivas. A liderança feminina com voz ativa no setor empresarial brasileiro possui um número reduzido (STARTSE, 2020).

Nessa perspectiva, vale ressaltar o papel da mulher como empreendedora prática, esse que faz do Brasil um dos países que possuem o maior número de mulheres empreendedoras no mundo, ocupando o sétimo lugar na lista de países com maior número de mulheres entre os empreendedores iniciais. No entanto, destaca-se que empresas fundadas por mulheres, apesar de crescerem de maneira significativa, encontram obstáculos. Além disso, as mulheres brasileiras fazem parte do grupo que, apesar de alcançar o maior índice de grau de escolaridade, encontra-se na base da pirâmide no que tange aos recursos financeiros que são destinados por sua atuação profissional. Assim, o intuito deste presente trabalho é entender a maneira que a precarização do trabalho feminino aliado ao desemprego tem impulsionado o empreendedorismo por necessidade.

Metodologia ou Materiais e Métodos

O trabalho foi desenvolvido através de uma análise conceitual sobre o empreendedorismo feminino em relação aos dados apresentados por relatórios, como do SEBRAE (2017), e notícias de *websites* que apontam essa realidade em território nacional.

Resultados e discussão

O empreendedorismo feminino possui relação estreita com a independência e sustentabilidade financeira uma vez que a desigualdade de gênero limita e exclui as mulheres no mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalho por conta própria torna-se uma opção viável para conquistar essa autonomia e enfrentar as barreiras de gênero ainda existentes (FRANCO, 2014). Sabe-se que o empreendedorismo feminino aumentou significativamente no Brasil nos últimos anos, apesar dos desafios que as mulheres encontram no mercado de trabalho. Elas correspondem a 48% dos microempreendedores individuais, ou seja, representam quase metade desse segmento. No entanto, a transformação dessas mulheres empreendedoras para donas de negócio é 40% mais baixa em relação aos homens, evidenciando a instabilidade que as mulheres enfrentam nesse segmento.

Elas encontram no empreendedorismo uma maneira de independência e inserção no mercado de trabalho, todavia a desigualdade também se manifesta nesse meio na medida que as donas de negócio ganham 22% a menos que os homens, além delas liderarem os negócios de pequeno porte, enquanto os homens predominam nos empreendimentos maiores (SEBRAE, 2017). Portanto,



as mulheres empreendem para conquistar independência financeira e por vezes para terem melhores condições de trabalho, mas ainda assim sofrem com a desigualdade de oportunidades e incentivo. Isso resulta em rendimentos mais baixos do que os empreendimentos masculinos. Assim, se elas possuem rendimentos mais baixos, diferença salarial e barreiras maiores para obter crédito financeiro, torna-se mais difícil a prosperidade desses empreendimentos ainda que a capacidade seja igual.

Nesse sentido, destaca-se que a abertura dos empreendimentos femininos são motivados principalmente pela necessidade de uma fonte de renda devido as condições apresentadas anteriormente (SEBRAE, 2017). A partir de 2014 os empreendimentos por necessidade aumentaram em todo território nacional, sendo que naquele ano, essa taxa correspondia a 29% e em 2017 aumentou para 40%, sendo que nesse período a taxa de desemprego no Brasil também aumentou (SEBRAE, 2019). Portanto, o empreendedorismo por necessidade aumenta no mesmo espaço de tempo que o desemprego. O empreendedorismo por necessidade é caracterizado pela abertura de um novo empreendimento devido a falta de emprego ou insatisfação com as condições atuais de trabalho, refletindo na prosperidade dessas novos negócios (NASSIF, 2009).

Assim, observa-se que o empreendimento de mulheres está aumentando juntamente com o empreendedorismo por necessidade. Esse contexto revela que essa nova condição de trabalho encontrada pelas mulheres empreendedoras pode continuar sendo precária, uma vez que existem menos oportunidades para desenvolver o próprio negócio devido às condições desiguais anteriores. A estabilidade desses negócios gerados por necessidade apresenta-se como um grande desafio, o que por sua vez revela a precariedade e desigualdade no mercado de trabalho para as mulheres.

Outro obstáculo vivenciado pelo empreendedorismo feminino, bem como para homens e mulheres do mundo todo, é a atual situação de pandemia causada pela propagação do novo coronavírus. De acordo com dados levantados pela *startup* de gestão empresarial Chys, cerca de 78% das pequenas empresas terão seu faturamento reduzido a 30% pelo atual momento e uma porcentagem de apenas 15% está preparada para lidar com esta eventualidade (ESTEVANS, 2020). Assim, diversas empreendedoras tiveram seus rendimentos parcialmente reduzidos ou até anulados nesse novo cenário.

Algumas empreendedoras precisaram inovar no seu modo de trabalhar e outras lucraram com a pandemia. Essas mulheres se adaptaram a essa nova realidade como é o caso do grupo de apoio online entre as empreendedoras por meio do TEAR (Rede de iniciativas femininas) que reúne um conjunto diverso de empreendedoras. Nesse conjunto estão aquelas que lucraram com a situação, as que precisaram de reinventar e as que perderam parcialmente ou até toda a sua forma de renda. Desse modo, essa rede de apoio se apresenta como um espaço em comum para o diálogo e debate de ideias a fim de combater os desafios estabelecidos pelo contexto presente e pensar em questões que favoreçam um futuro próspero a todas (ESTEVANS, 2020).

Dessa forma, esse trabalho ressalta a importância de analisar os dados sobre o empreendedorismo feito por mulheres em conjunto com o cenário sociopolítico do país para que seja possível entender o motivo das desigualdades no mercado de trabalho ainda permanecerem e também observar



o motivo de grande parte desses empreendimentos não se desenvolverem ainda que tenham potencial. Contudo, a limitação de pesquisas com dados recentes prejudicam uma análise mais aprofundada sobre o tema.

Conclusão

Portanto, é possível constatar que a partir da década de 1960, com os avanços sociais, a mulher começou a se firmar no mercado de trabalho e desde então se consolidou nas diferentes áreas. No entanto, as desigualdades entre homens e mulheres perpetuam até os dias atuais, fazendo com que muitas mulheres se transformem em empreendedoras por necessidade de mudança. A consequência desse processo é que, embora haja a independência feminina no empreendedorismo, ainda existem barreiras de gênero a serem superadas, revelando a outra face do empreendedorismo feminino. Por outro lado, diante de todas as barreiras as mulheres continuam criando redes de apoio e luta para se estabelecerem e conquistarem mais espaço como no exemplo dessas redes criadas durante o isolamento social.

Referências

ESTEVANS, Gabrielle. **Coronavírus e o impacto nos negócios de mulheres empreendedoras**. Hypiness. Disponível em: <www.ypiness.com.br/2020/04/coronavirus-e-o-impacto-nos-negocios-das-mulheres-empreendedoras>. Acesso em 12 jul 2020.

FRANCO, M. M. S. **Empreendedorismo Feminino: Características Empreendedoras das Mulheres na Gestão das Micro e Pequenas Empresas**. VIII EGEPE, 2014.

FREITAS, Tainá. **Mulheres empreendedoras ascendem mas falta confiança(dos outros)**. Start se. 2018 <<https://www.startse.com/noticia/empreendedores/mulheres-empreendedoras-empreendedorismo-feminino>> Acesso em: 06 mar 2020.

Kafruni, Simone. **Em três anos, empreendedorismo feminino passou de 18% para 25% do total**. Correio Braziliense, Brasília 9 de março de 2020. Disponível em:<<https://www.correiobraziliense.com.br/em-três-anos-empreendedorismo-feminino-passou-de-18-para-25-do-total>>. Acesso em 09/03/2020

MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. **A mulher no mercado de trabalho**. IPEA. Disponível em:<www.ipea.gov.br/seminários/artigo11>. Acesso em 11 jul 2020.

NASSIF, V. M. J. GHOBIL, A. N. AMARAL. D. J. de. Empreendedorismo por necessidade: o desemprego como impulsionador da criação de novos negócios no Brasil. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, Ano XII, v. 24, n. 1, 2009.

SEBRAE. Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional. Relatório Especial - **Empreendedorismo feminino no Brasil**. 2019.

SEBRAE. Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional. Relatório Executivo 2017 - **Empreendedorismo no Brasil**. Global Entrepreneurship Monitor. 2017.



ARTESANATO COMO TRABALHO FEMININO: relações de gênero na produção têxtil no município mineiro Resende Costa, MG

Glauber Soares Junior^{1*}; Angelita Alves de Carvalho²

¹*Mestrando em Economia Doméstica - UFV;*

²*Pesquisadora e professora da ENCE/IBGE*

**glaubersoares196@hotmail.com*

Resumo

Neste trabalho, tem-se como objetivo analisar o trabalho feminino com artesanato têxtil, usando como contexto específico o caso da cidade de Resende Costa, um pequeno município localizado no interior de Minas Gerais. Para tal, inicialmente, fez-se uma varredura teórica acerca da temática da discussão. Sequencialmente, foi realizado um estudo de campo na cidade supracitada, em que houve entrevistas no método focalizado, com 10 artesãs locais, com idades entre 40 e 65 anos, e conversas informais com pessoas ligadas à agenda pública da cidade – o antigo secretário da ‘Secretaria Municipal de Turismo, Artesanato e Cultura’ e sua assistente. O trabalho obteve abordagem qualitativa. No que diz respeito aos resultados, destaca-se que a tecelagem artesanal é uma das principais atividades econômicas da cidade, sendo um atrativo turístico da região, e que, em suma, ainda é uma prática desenvolvida, principalmente, pelas mulheres. Nesse aspecto, as artesãs geralmente trabalham em seus próprios domicílios, possuindo, por consequência, uma dupla jornada de trabalho. Para além do trabalho remunerado, são elas quem mantêm os afazeres domésticos. Mesmo com uma carga de trabalho elevada, as artesãs não veem valorização nem em seu trabalho artesanal, nem em seu trabalho doméstico.

Palavras-Chave: Artesanato Têxtil. Gênero. Resende Costa.

Introdução

O ofício artesanal é inerente ao processo evolutivo do ser humano. A tecelagem é considerada uma das artes mais antigas do mundo, cuja presença é registrada desde o período pré-histórico, aplicada como forma de proteção ante às intempéries climáticas (PEZZOLO, 2009). A prática de tecer se disseminou no Brasil durante o período colonial. Intermediado pelos portugueses, chegaram ao país os primeiros teares, bem como os primeiros tecelões. Os ofícios de tecer e fiar foram de grande relevância como atividade econômica incipiente, sendo amplamente encontrados em diversas regiões do país, principalmente na região das Minas Gerais (COSTA; BERMAN; HABIB, 2000).

O artesanato configura-se por ser uma atividade sociocultural-econômica ainda bastante atual, fazendo parte da sociedade pós-moderna, e isso se deve ao fato de ser uma atividade que engloba valores sociais, culturais e econômicos.



Os trabalhos geralmente são realizados de maneira informal por grupos de várias regiões do Brasil (KELLER, 2014).

É importante ressaltar que os ofícios de tecer e fiar foram, durante muitas décadas, realizados, especialmente, por mulheres, sendo relevante apontar o papel feminino no que diz respeito ao desenvolvimento do setor têxtil, incluindo tanto a arte manual quanto o ofício industrial (BAPTISTA, 2004).

Sabe-se então que a tecelagem, assim como boa parte do artesanato produzido no estado de Minas Gerais, é um ofício até na atualidade, majoritariamente, realizado pelas mulheres. Pretende-se com este trabalho analisar como o ofício artesanal continua sendo um trabalho, predominantemente, desenvolvido por mulheres, utilizando, como contexto específico, o caso da tecelagem artesanal executada na cidade mineira de Resende Costa.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Realizou-se inicialmente uma pesquisa de caráter exploratório, entrelaçada a um levantamento bibliográfico e análise documental. Após a formalização das bases teóricas, o trabalho foi organizado em forma de pesquisa de campo, realizado com abordagem qualitativa, a partir de entrevistas focalizadas com 10 mulheres artesãs-tecelãs, com idades entre 40 e 65 anos. As entrevistas ocorreram em seus ateliês ou em seus domicílios. Além disso, foram concebidas conversas informais com pessoas/autoridades ligadas à agenda pública da cidade – o antigo secretário da ‘Secretaria Municipal de Turismo, Artesanato e Cultura’ do município e sua assistente. A escolha por conversar com os membros de tal secretaria se deu pelo fato de que a mesma tem como objetivo contribuir para salvaguarda dos saberes tradicionais referentes à execução da tecelagem. Ela contribui, então, com informações referentes a políticas que são desenvolvidas para essa finalidade. Para a análise dos dados coletados durante a estadia em campo, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011).

Resultados e discussão

A tecelagem é uma atividade produtiva que está presente na cidade de Resende Costa desde sua fundação. É através do conhecimento dos artesãos mais idosos que o ofício se mantém característico, não perdendo sua tradição. A atividade é mantida através dos saberes dos mais idosos, principalmente das mulheres, que repassam seus conhecimentos para pessoas de outras gerações de suas famílias.

Nos últimos anos, a produção doméstica têxtil na cidade se intensificou, tornando-se uma das principais atividades econômicas do município. A grande maioria dos moradores da cidade trabalha – geralmente de maneira informal – na tecelagem de artigos que são vendidos nas lojas de artesanato. No que tange a divisão do trabalho na cidade, nas últimas décadas, os homens trabalhavam com a agropecuária e as mulheres com o artesanato. Atualmente a atividade artesanal também é desempenhada por homens, e isso se deve ao fato de: haver maior flexibilidade de horário; ser um serviço relativamente mais simples do que o da agropecuária – no que diz respeito à força física em sua execução; proporcionar comodidade no trabalho realizado em casa. Os homens passaram



a executar o artesanato, pois era isso que havia para ser feito dentro da cidade. No entanto, originalmente, eram as mulheres que faziam os serviços domésticos, sendo o artesanato um destes, e elas ainda são a maioria desempenhando, tanto os afazeres domésticos quanto a atividade artesanal.

Evidencia-se que as artesãs mais velhas são as principais responsáveis pela manutenção da atividade. Quando foram indagadas a respeito de como aprenderam a tecer, quase sempre a resposta foi igual: o ofício foi aprendido com suas mães ou avós que, além de tecer, também plantavam, colhiam e fiavam as fibras. Todas as pessoas que trabalham com tecelagem, e que foram abordadas, relataram que o artesanato da cidade é produzido essencialmente por núcleos familiares.

Destaca-se, então, que a tecelagem é um ofício muito tradicional na cidade, principalmente, na vida das mulheres artesãs. Uma das tecelãs da cidade, Dona Lena, nos disse que já trabalha tecendo há mais de 50 anos, e que trabalha com a tecelagem desde quando tinha 10 anos de idade. Assim como muitas tecelãs, ela relatou que aprendeu a atividade com outros membros de sua família. Nas palavras da tecelã: “minha mãe tinha tradição de fazer uma colcha de retalhos com as filhas [...] ela sempre fez tudo com muito amor, mesmo tendo uma vida difícil. Ela plantava, colhia e tecia [...]”.

Outra artesã entrevistada, Dona Adriana, de 60 anos de idade, que é proprietária de uma loja que comercializa o artesanato produzido na cidade, disse que já possui a loja há quase 30 anos. A mesma evidenciou que tece desde quando possuía 14 anos de idade, e conta que aprendeu a tecer com sua mãe. A tecelã finalizou a entrevista dizendo que sempre trabalhou com a tecelagem, já que esta atividade sempre foi uma cultura de sua família, e que sempre teceu com muito amor, pois, ao tecer, são recordadas muitas lembranças de sua mãe e avó. Ela contou ainda que, por muito tempo, todas teciam juntas. Para Adriana: “a tecelagem é minha maneira de ganhar o meu dinheiro, de sustentar meus filhos. E é a maneira de muitos moradores da cidade viver. Mas também é uma coisa que faço por amor, me lembra de minha mãe”.

Conclusão

Nos últimos anos, muitos pesquisadores vêm destacando que o trabalho com artesanato ainda é definido majoritariamente pela divisão de gênero. As mulheres ainda são ligadas ao ofício. Quando trabalham em suas casas, enfrentam situações difíceis, já que ocupam-se da execução dos afazeres domésticos, do cuidado com os filhos e demais dependentes, para além de produzir sua fonte de renda (BLACK; MILLER; LESLIE, 2019). Nessa circunstância, como apontam Akilandeewari & Pitchai (2018), a carga de trabalho de uma mulher artesã que trabalha em casa é excessiva. Muitas mulheres chegam a trabalhar até 16h por dia.

No município de Resende Costa, isso não é diferente. As mulheres, principalmente as mais idosas, são as responsáveis pela manutenção dos saberes ligados ao artesanato. Na cidade, ainda se identifica a prática do ofício artesanal, com a utilização de técnicas similares às do período colonial. As mulheres podem ser consideradas guardiãs de uma tradição, (re)afirmando historicamente a importância social da mulher tecelã. Observa-se também a importância da mulher para a economia local, já que a atividade é uma das



principais fontes de renda das famílias do município, sendo uma das mais relevantes atrações turísticas da região. No que tange a participação dos homens no ofício da tecelagem, os mesmos tecem para auxiliar suas mães ou esposas.

A fala das artesãs citadas no decorrer do trabalho é muito corriqueira e aparece no discurso da maioria das mulheres que foram entrevistadas. A tecelagem é um trabalho ensinado, principalmente para as mulheres do município, desde muito cedo.

O trabalho com o artesanato têxtil representa para estas mulheres destaque social, econômico e simbólico. Do artesanato, as artesãs da cidade retiram o seu sustento e, muitas vezes, o de suas famílias. Além disso, através da práxis, rememoram lembranças passadas que recontam a história da vida de suas famílias.

Referências

AKILANDEESWARI, S. V.; PITCHAI, Dr. C.. Cooperatives and the SDGs: Focus on gender equity and women's empowerment on handicraft industry. **GJRA: GLOBAL JOURNAL FOR RESEARCH ANALYSIS**, [s.l.], v. 7, n. 12, p. 3-5, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.worldwidejournals.com/global-journal-for-research-analysis-GJRA/article/cooperatives-and-the-sdgs-focus-on-gender-equityand-womens-empowerment-on-handicraft-industry/OTg4OA==/?is=1&b1=1&k=1>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BAPTISTA, E. H. **A Imagética Rural na Estrutura do design Têxtil**. Santa Maria – RS. 2004. 120 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1160>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLACK, S.; MILLER, C. F.; LESLIE, D. Gender, Precarity and Hybrid Forms of Work Identity in The Virtual Domestic Arts and Crafts Industry in Canada and the US. *Gender, Place & Culture*, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 272-292, fev. 2019. **Informa UK Limited**. <http://dx.doi.org/10.1080/0966369x.2018.1552924>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0966369X.2018.1552924?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CASTRO, A. M.; EGGERT, E. A Tecelagem Manual em Minas Gerais: elementos para uma análise feminista da produção artesanal. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 6, p.114-126, 2015. Disponível em: Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/viewFile/5124/pdf_169>. Acesso em: 12 abr. 2019.

COSTA, S.; BERMAN, D.; HABIB, R. L. 150 anos da indústria têxtil brasileira. Rio de Janeiro: Senai - Cetiqt, 2000. 185 p.

KELLER, P. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 2, n. 41, p. 323-347, out. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/21342>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PEZZOLO, D. B. **Tecidos: histórias, tramas, tipos e usos**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2009. 324 p.



Precarização do trabalho de enfermagem e sua relação com o gênero feminino

Luciana Valadão Vasconcelos Alves^{1*}; Rejane Eleuterio Ferreira²; Magda Guimarães de Araujo Faria³

¹*Docente do Instituto Federal Fluminense – Macaé;*

²*Doutora em Enfermagem;*

³*Docente da Faculdade de Enfermagem da UERJ*

**lucianavvalves@hotmail.com*

Resumo

O objetivo geral deste estudo é investigar a precarização do trabalho de enfermagem e sua relação com o gênero feminino. Realizou-se uma revisão bibliográfica na base de dados científica SciELO, utilizando os descritores enfermagem e trabalho feminino. Encontrou-se 224 publicações, porém apenas 14 eram de interesse ao objeto de estudo. Para análise, houve leitura crítica dos textos, observando o referencial teórico e os resultados por eles obtidos. Constatou-se que a enfermagem, predominantemente exercida por mulheres, vivencia a precarização através de multiempregos e jornadas elevadas, o que é somado ao trabalho doméstico. Porém, a invisibilidade desta atividade, atribuída em grande parte às mulheres, reflete em sobrecarga para essas trabalhadoras. Além disso, a categoria possui remuneração baixa, a qual pode estar atrelada às desigualdades salariais entre homens e mulheres. O cuidado, essência da enfermagem, é relacionado com o feminino, a caridade e o senso comum, dificultando o reconhecimento social da categoria. Conclui-se que é necessário intensificar discussões, políticas públicas e legislações de valorização e proteção do trabalho feminino.

Palavras-Chave: Enfermagem. Enfermeira e enfermeiro. Trabalho feminino. Precarização.

Introdução

O novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, é um vírus que levou o mundo a ter que enfrentar uma grave crise sanitária global. E são os profissionais de saúde que estão atuando diretamente no combate a essa doença. Sendo estes reconhecidos e homenageados como heróis diariamente pela sociedade. Os profissionais de enfermagem são capacitados para trabalharem nas mais diversas frentes e, por isso, nessa pandemia, estão inseridos nas ações de pesquisa, prevenção à contaminação, vigilância, cuidados assistenciais, recuperação, entre outras.

Mesmo diante de tamanha relevância social e um reconhecimento momentâneo ocasionado pela pandemia de COVID-19, a enfermagem é uma categoria que vivencia, desde sua origem, desafios relacionados à precarização do trabalho, tais como defasagem salarial, desprestígio social, redução no quadro de pessoal, ritmo de tarefas elevado e condições de trabalho inadequada (GOMES et al, 2020).



No Brasil, existe 2.321.509 profissionais de enfermagem registrados no Conselho Federal de Enfermagem, dos quais, 421.581 são auxiliares de enfermagem, 1.330.447 são técnicos de enfermagem, 569.189 são enfermeiros e 292 são obstetrias (COFEN, 2020). Sabe-se que 85,1% dos profissionais de enfermagem são mulheres (MACHADO, 2017). Este estudo propõe-se a investigar a associação desta característica com a precarização do trabalho.

Diante disto, acredita-se que estudar essa temática contribua com reflexões sobre as implicações que a desigualdade de gênero acarreta na profissão de enfermagem e estimule estratégias de enfrentamento a tal problemática.

O objetivo deste estudo é investigar a precarização do trabalho de enfermagem e sua relação com o gênero feminino.

Metodologia

A metodologia escolhida para este estudo foi a revisão bibliográfica, que consiste na procura de referências teóricas para análise do problema de pesquisa (LIBERALI, 2008). Sendo assim, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre precarização do trabalho de enfermagem e o gênero feminino, traçando uma relação entre ambos aspectos.

O levantamento das publicações foi realizado em junho de 2020, na base de dados científica SciELO, utilizando os descritores “enfermagem” e “trabalho feminino”. Os critérios de inclusão foram: publicações em forma de artigos; idioma de publicação em português; Texto completo disponível on-line.

Desta forma, encontrou-se 224 publicações. No entanto, a leitura dos títulos e dos resumos possibilitou constatar que apenas 14 eram de interesse do objeto de estudo.

Foram analisadas as publicações de interesse mediante a leitura crítica dos textos, observando o referencial teórico e os resultados por eles obtidos. Com isso, foi possível identificar aspectos relevantes para responder ao objetivo desta pesquisa.

Resultados e discussão

Entende-se por precarização do trabalho situações de vínculo empregatício com déficit ou ausência de direitos de proteção social, trabalhistas e previdenciários, somados à instabilidade, caracterizando-se, assim, condições que expõem os trabalhadores a vulnerabilidades, tais como: aumento de demandas, redução de salários e jornadas de trabalho exaustivas (GONÇALVES et al, 2015).

Uma extensa pesquisa do perfil da enfermagem no Brasil constatou que a equipe de enfermagem, principalmente, auxiliares e técnicos de enfermagem, vivenciam a precarização, os multiempregos e a insegurança no ambiente de trabalho, o que os impede de exercerem com dignidade suas atividades laborais (MACHADO et al, 2020).

Evidenciou-se que 38,6% dos profissionais de enfermagem trabalham mais de 40h semanais e 25,1% possuem dois empregos. Na prática, a jornada ideal de trabalho da enfermagem não é regulamentada em lei, valendo a livre negociação, que varia entre 30 horas semanais, geralmente, adotada no serviço público e 40-44 horas, praticada, com mais frequência, nas instituições hospitalares privadas (MACHADO, 2017; MACHADO et al, 2020).



Em se tratando de um contingente majoritariamente feminino, é importante lembrar que essa carga horária é somada ao trabalho doméstico. Um dos estudos aponta que houve aumento da participação da mulher na renda familiar, porém essa mudança não foi acompanhada de igual distribuição das tarefas domésticas com os homens, sobrecarregando as mulheres e impondo a estas múltiplas jornadas (SANTOS et al, 2020). A ausência de reconhecimento das múltiplas jornadas da mulher-enfermeira é evidenciada pelo adiamento da aprovação do projeto de regulamentação das 30 horas semanais, uma luta da categoria há mais de 20 anos.

Outros dados que chamam atenção para a precarização da categoria são que 24,7% possuem vínculo empregatício temporário, 55,7% têm rendimentos mensais de até 2.000 reais no setor público e 69,4% no setor privado. Destaca-se que 14,4% dos profissionais do setor público e 22,1% do setor privado possuem subsalários, sendo aquele rendimento igual ou inferior a 1.000 reais (MACHADO, 2017; MACHADO et al, 2020). Sabe-se que, devido às desigualdades entre os gêneros ainda presentes na sociedade, as mulheres, de modo geral, recebem salários inferiores aos homens (SPINDOLA; SANTOS, 2005), o que explica, em parte, a baixa remuneração da categoria. Obviamente, outros fatores como a desvalorização do ato de cuidar, discutido a seguir, também precisam ser considerados.

Alguns estudos apontam as políticas neoliberais como motivadoras da precarização do trabalho de enfermagem (GONÇALVES et al, 2015; GOMES et al, 2020). Somado a esse fator, existe uma condição histórica atrelada à enfermagem, o trabalho feminino e o cuidado.

Feminino tem relação com cuidado. O ato de cuidar, culturalmente, é uma atividade atribuída principalmente às mulheres e tem origens históricas, pois, no passado, as pessoas adoecidas ou com outras necessidades, como o parto, eram assistidas por familiares mulheres, escravas e parteiras (REGO et al, 2020). Ainda hoje, a prática de cuidado é utilizada no ambiente familiar, em especial, por mulheres que desenvolvem o cuidar no sentido de zelo, de apego e de afeto ou de envolvimento no processo de adoecimento (ACIOLI, 2006).

Sendo o cuidado a essência da enfermagem, explica-se o fato da profissão ter predominância feminina. Para a enfermagem, o cuidado caracteriza-se pela identificação e auxílio das necessidades fisiológicas e emocionais, através da escuta, da percepção e de procedimentos técnicos, proporcionando conforto e segurança ao indivíduo (KEBIAN; ACIOLI, 2010).

Entre os séculos V e XIII, houve expansão do cristianismo como “mentor, administrador e regulador do bem-estar da alma e dos corpos”. Acredita-se que, neste momento, a enfermagem, na medida em que, como mulheres, submissas à ideologia dominante da Igreja, integrou-se ao papel da benevolência (FONSECA; PENNA, 2000, p.227). Atualmente, os reflexos desse período pré-científico da enfermagem são percebidos na sociedade, a qual relaciona atividades de cuidado à caridade e ao senso comum, dificultando o reconhecimento social desse exercício.

Enfim, os resultados identificados mostram a atual precarização em que se encontra a categoria de enfermagem, sendo que os fatores relacionados ao gênero feminino permeiam tal problemática.



Conclusão

Constatou-se que a enfermagem, predominantemente exercida por mulheres, vivencia a precarização através de multiempregos e jornadas elevadas, o que é somado ao trabalho doméstico. Porém, a invisibilidade desta atividade reflete em sobrecarga para essas trabalhadoras. Além disso, a categoria possui remuneração baixa, a qual pode estar atrelada às desigualdades salariais entre homens e mulheres. O cuidado, essência da profissão, é relacionado com o feminino, a caridade e o senso comum, dificultando o reconhecimento social da categoria.

A história da mulher e da enfermagem se entrelaçam e, por isso, compreender essa relação auxiliará a traçar um caminho de luta pelo reconhecimento social e trabalhista. A enfermagem possui representação autônoma e conhecimento científico próprio, fundado em teorias e métodos sistemáticos, que necessitam ser difundidos para a sociedade. Além disso, faz-se necessário intensificar discussões, políticas públicas e legislação de valorização e proteção do trabalho feminino.

Referências

ACIOLI, S. Sentidos e práticas de saúde em grupos populares e a Enfermagem em saúde pública. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v 14, n. 1, p. 21-6, 2006. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-35522006000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 junh. 2020.

COFEN (Conselho Federal de Enfermagem). **Enfermagem em número**. 2020. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros>. Acesso em: 21 jun 2020.

FONSECA, V. S.; PENNA, L. H. G. A perspectiva do arquétipo feminino na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 223-232, jun. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672000000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

GOMES, C. S. et al. Amamentação cruzada no cenário da precarização do trabalho em saúde: atuação do enfermeiro. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 28, e35224, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2020.35224>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GONCALVES, F. G. de A. et al. Impacts of neoliberalism on hospital nursing work. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 646-653, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-070720150003000646&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun 2020.

KEBIAN, L. V. A; ACIOLI, A. As diferentes práticas de cuidado na história da enfermagem em saúde pública brasileira. **Revista enfermagem UFPE on line**, 4(esp), p. 1124-130. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6268/5515>. Acesso em: 23 jun. 2020.

LIBERALI, R. **Metodologia científica prática**: um saber-fazer competente da saúde à educação. 2a ed. Florianópolis: Postmix; 2011.

MACHADO, M. H. (Coord.). **Perfil da enfermagem no Brasil**: relatório final: Brasil. Rio de Janeiro: NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz, 2017.

MACHADO, M. H. et al. Mercado de trabalho e processos regulatórios – a Enfermagem no Brasil. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 101-112, 2020. Disponível em:



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000100101&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

REGO, G. M. V. et al. Qualidade de vida no trabalho numa central de materiais e esterilização. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 2, e20180792, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020000200176&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

SANTOS, K. M. et al. Perfil da equipe de enfermagem de unidades ambulatoriais universitárias: considerações para a saúde do trabalhador. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, e20190192, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200212&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.

SPINDOLA, T; SANTOS, R. S. O trabalho na enfermagem e seu significado para as profissionais. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 2, p. 156-160, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.



Rachel Maia e as retóricas de representatividade e inserção no mundo do trabalho

Carine Lima dos Passos^{1*}

¹*Pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro*

**carinepassos@gmail.com*

Resumo

Este trabalho apresenta resultados iniciais oriundos de análise das informações publicizadas sobre a trajetória da CEO Rachel Maia atreladas aos dados secundários disponíveis em pesquisas científicas e material jornalístico, juntamente com bibliografia específica que trata das retóricas presentes no novo capitalismo que imprime uma dinâmica meritocrática à ascensão de carreira no mundo do trabalho e às interseções com as questões relacionadas à diversidade e representatividade de mulheres negras.

Palavras-Chave Mundo corporativo. Mulheres negras. Desigualdade.

Introdução

Este trabalho é parte de uma investigação que buscou analisar a inserção de pessoas negras dentro da alta hierarquia do mundo ocupacional. O recorte apresentado aqui versa sobre os resultados iniciais da análise de como a trajetória de Rachel Maia, uma mulher negra de grande prestígio e destaque no mundo corporativo, é retratada e apropriada pelas estruturas do novo capitalismo.

A presença de negros e mulheres nos altos cargos das grandes empresas do país mostra-se incipiente à medida que os dados atuais existentes neste meio apontam a fragilidade dessas pessoas no mundo do trabalho e a dificuldade de encontrá-los nos cargos de direção e gerência das maiores empresas do Brasil. Ao interseccionar essas duas variáveis encontramos posicionadas nesse cruzamento de vulnerabilidades às mulheres negras que sofrem diretamente às agressões simbólicas, materiais e físicas tanto das desigualdades de gênero quanto das desigualdades raciais.

Algumas hipóteses norteiam o andamento deste trabalho. Uma delas é de que o reconhecimento social, teoria trabalhada por autores como por Nancy Fraser (2001) e Axel Honneth, (2007), é determinante para o processo de entrada e ascensão de mulheres negras nas hierarquias ocupacionais.

O mundo do trabalho atualiza suas retóricas meritocráticas e passa a operar à partir das críticas direcionadas a ele. É nesse contexto que as reivindicações que emergem dos movimentos sociais e ganham a opinião pública passam a fazer parte do processo de modernização da meritocracia e inclusão social. Entender esta questão é uma ponte da estrutura do novo capitalismo (SENNETT,



2006) que apresenta uma narrativa sobre ascensão e ocupação de cargos executivos pautados no mérito e no esforço pessoal considerando igualdade de oportunidades entre todas as pessoas.

Diante disto, a CEO Rachel Maia é hoje a referência de liderança negra no mundo das grandes empresas, ocupando o maior cargo da marca francesa de roupas Lacoste no Brasil e sendo alvo frequente de reportagens e capas de revista sobre equidade e representatividade. Este trabalho tem como objetivo discutir aspectos gerais das retóricas em torno da CEO, que estão perceptíveis na mídia e analisá-las através da literatura disponível a respeito das estruturas do novo capitalismo que são responsáveis pela manutenção das desigualdades que atacam profundamente mulheres negras.

Metodologia ou Materiais e Métodos

O trabalho apresentado aqui é de cunho exploratório e é um recorte de uma pesquisa maior que visa discutir a inserção de pessoas negras nos altos cargos do mundo corporativo. Aqui estão apresentadas as análises iniciais com o recorte específico na intersecção de gênero e raça. Para esta análise foram utilizados dados secundários já produzidos por fontes documentais diversas - pesquisas quantitativas, resultados científicos qualitativos e material jornalístico sobre a trajetória de Rachel Maia - atreladas à bibliografia específica das teorias que ajudam a pensar as hipóteses para exclusão no mundo do trabalho.

Resultados e discussão

Para traçar um panorama a respeito da presença de mulheres e pessoas negras nos cargos executivos das maiores empresas, foi necessário buscar dados que nos deem a possibilidade de analisar quantitativamente o perfil de ocupação dos cargos na estrutura hierárquica. Este levantamento por si só aponta que, não só as empresas não possuem grande preocupação em equalizar as diferenças através de programas de diversidade, bem como não há diversidade de pesquisas em torno da questão.

A Pesquisa *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas* traz dados relacionados à inserção de mulheres, negros e outras minorias sociais nos diversos níveis do setor empresarial, sendo desde *trainee* e aprendizes a executivos e conselheiros, com o objetivo de apresentar possíveis desequilíbrios nas composições do mercado de trabalho das grandes empresas brasileiras e analisar as políticas de ações afirmativas desenvolvidas pelas empresas (ETHOS, 2016).

Segundo a análise da pesquisa, apesar de afirmarem que a participação de negros e mulheres é relevante em todos os níveis hierárquicos, os dados mostraram que a maior parte das empresas não possui planos e metas com ações afirmativas relevantes dentro da organização e quando tem, são ações pontuais: 68,4% das empresas participantes afirmaram não possuir medidas para incentivar e ampliar a presença de mulheres nos cargos executivos (ETHOS, 2016, p. 45), quanto ao recorte racial, 85% das empresas afirmam não ter projetos sólidos para a inserção de pessoas negras.

A pesquisa não traz a análises das categorias raça e gênero entrelaçadas e não nos dá um panorama sobre a presença das mulheres negras no mundo do trabalho. Apesar de não cruzar os dados, o Instituto aponta que no maior cargo



da hierarquia ocupacional apenas 0,4% de mulheres negras. É nesse ponto que o chamado reflexivo da teoria de Kimberly Crenshaw nos orienta à necessidade da interseccionalidade para mapear o lugar social ocupado pela mulher negra que nas palavras de Carla Akotirene nos diz:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparados coloniais. (Akotirene, 2019, p.19)

A trajetória de Rachel Maia – atual CEO da marca de roupas Lacoste – está posicionada nessas avenidas identitárias elaboradas teoricamente por Crenshaw e comentadas por Akotirene, que partem também de um exemplo do mundo do trabalho onde as mulheres negras são invisibilizadas, pois já se supõem que elas estejam contempladas pela via racial, através das ações afirmativas para os negros, e pela via do gênero através das ações afirmativas para mulheres. Porém, nenhuma dessas ações pode operar separada, pois não dão conta de resolver as vulnerabilidades que atingem especificamente às mulheres negras.

É nesse contexto de reivindicações que a figura da Rachel ganha espaço não apenas como referência de profissional na área em que ela ocupa, mas de exemplo claro de possibilidade de ascensão trabalhadas pela mídia jornalística e empresarial.

Foram observados os periódicos da *Forbes*, *Exame* e *Você SA* durante o ano de 2017 e primeiro semestre de 2018 a fim de levantar informações passadas por esses veículos a respeito da diversidade nas grandes empresas. Entre as edições de nº 1129 à 1166 da revista *Exame*, publicadas entre janeiro de 2017 a julho de 2018, houve apenas uma reportagem contendo dados relacionados à presença de mulheres em cargos de liderança, sendo que destas mulheres apenas uma era negra (Edição 1148).

A revista *Forbes* destacou, inclusive na capa da edição 55, a ex-CEO Rachel Maia (na época, ainda CEO da Pandora) dando destaque a sua trajetória de carreira apontando que ela veio das classes mais baixas e também ao fato dela representar uma exceção no mundo corporativo. Em 2017, na edição de nº 217, a revista *Você S/A* trouxe Rachel à capa com a seguinte indagação: *Por que ela ainda é exceção?*. Mais recentemente, na edição de nº 70 de 2019 a Revista *Forbes* traz à capa CEO e desta vez com a seguinte afirmação: *Sim, é possível.*

O que todos esses veículos de comunicação do mundo empresarial têm em comum é que, ao falar de diversidade, trazem a figura da Rachel para apontar as dificuldades, mas, sobretudo, para legitimar as retóricas da meritocracia evidenciando sua formação educacional como elemento determinante para ascensão de carreira. No entanto, estudos empíricos, como o realizado por Pedro Jaime de Coelho Junior na tese *Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial – Uma abordagem sócio-antropológica*, apontam que há outras variáveis que contam no processo de ascensão de minorias sociais. A eliminação do desrespeito moral, trabalhado na teoria de reconhecimento social,



é uma dimensão que pauta a valorização das identidades menosprezadas que precisa ser combinado com um sistema econômico que produza menos diferenças e mexa nas estruturas que constroem as desvantagens sociais que atingem às mulheres e em especial às mulheres negras.

Conclusão

Estas análises iniciais apontam que a construção da retórica de auto-responsabilização de carreira que permeia o mundo do trabalho retira das grandes empresas e dos gestores o compromisso de debater e instituir projetos, programas e ações concretas que visem a diminuição das desigualdades que afetam diretamente a permanência e ascensão das mulheres na hierarquia ocupacional. Ao contrário, o discurso da representatividade ganha as capas de revistas com exemplos de mulheres líderes mas sem que haja, atrelado a isso, discussões mais profundas sobre as mudanças estruturais e os lugares de poder e decisão que precisam ser repensados através das subjetividades das mulheres.

A figura de Rachel Maia tem sido evidenciada em um contexto de sistemáticos desrespeitos de ordem moral, simbólica e material às mulheres negras. É nessa caricatura da meritocracia e representatividade que a sociedade consegue esvaziar a pauta e naturalizar a desigualdade. (ALMEIDA, 2018, p. 84). Silvio almeida nos diz:

Porém, por mais importantes que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou sexismo estão sendo ou foram eliminados. Na melhor, das hipóteses, significa que a luta antirracista e antisexista está produzindo resultados no plano concreto, na pior, que a discriminação está tomando novas formas. A representatividade, insistimos, não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade. A representatividade é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que a representatividade exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder. (ALMEIDA, 2018. p. 86)

Portanto, não se trata aqui de negar os avanços que indivíduos, instituições e movimentos que versam sobre diminuição de desigualdades trazem para o contexto da sociedade, mas de posicionar certa atenção que precisa ser direcionada às ações de empresas que inserem no marketing a mensagem antirracista e antisexista, mas na prática não elaboram projetos sólidos para uma verdadeira inserção.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte. Letramento, 2018.

COELHO JUNIOR, Pedro Jaime. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial – Uma abordagem sócio-antropológica**. 2011. 553 f. Tese de doutorado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo.



CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. **Cruzamento:** raça e gênero. UNIFEM, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 12 de março de 2020.

ETHOS, INSTITUTO. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.** São Paulo, mai. 2016.

FRASER, Nancy. Reconhecimento ou redistribuição? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé [org.] **Democracia hoje:** novos desafios para a teoria democrática contemporânea. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia. [org.] **Teoria Crítica do Século XXI** – São Paulo: Annablume, 2007.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro. Editora Record, 2006.



Trabalho, afetos e resistências: estudo sobre as costureiras em seus ateliês de reforma na cidade de Viçosa - MG

Fabiano Eloy Atílio Batista^{1*}; Clarissa Alves de Novaes²; Glauber Soares Junior³

¹*Doutorando em Economia Doméstica - UFV;*

²*Mestra em Economia Doméstica – UFV e professora do curso de Design IF Muriaé;*

³*Mestrando em Economia Doméstica - UFV*

**fabiano_jfmg@hotmail.com*

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo os saberes das costureiras que residem na cidade de Viçosa – MG, que reformam e customizam peças do vestuário. Considerou-se a construção de seus saberes e o desenvolvimento do trabalho das costureiras com as novas tecnologias. Os pesquisados foram constituídos por duas costureiras que trabalham em ateliês de costura no centro de Viçosa, inseridas no comércio informal, chefes de família e mães que aprenderam seu ofício por intermédio de um membro de sua família. Entende-se neste estudo que há uma transmissão de saberes, geralmente entre mulheres da mesma família, para que ela possa realizar costuras no âmbito doméstico e também para exercer uma profissão, podendo obter uma renda através deste trabalho. Com o término da presente pesquisa, foi possível perceber que dentro do ambiente estudado, o ofício é tido como de suma importância para as entrevistadas no que tange aos aspectos relativos a memórias, renda, sociabilidade e afins.

Palavras-Chave: Costura. Trabalho. Mulheres.

Introdução

O presente trabalho tem como objeto de estudo as competências das costureiras que reformam e customizam peças do vestuário na cidade de Viçosa - MG. Buscamos, portanto, trazer breves reflexões acerca do mundo do trabalho e as relações com as construções dos saberes.

Considerou-se para este estudo a construção de seus saberes de costura no intuito de levantar tais questionamentos: Com quem aprendeu o ofício? Passou seus conhecimentos adiante? Como elas construíram seus saberes relacionados ao ofício de costura? Para tanto, busca-se ampliar “[...] a necessidade de resgatar as dimensões esquecidas dos saberes chamados menores elevando-os à maioria” (SANTOS, 2000, p.294).

Nesta pesquisa, abordaremos a aprendizagem como um processo intimamente relacionado com as práticas sociais, não contando apenas com uma mudança individual, mas ainda com um aspecto da prática social e os seus processos de reprodução e transformação (LAVE E WENGER, 1991; SANTOS,



2004). Para tanto, os processos históricos, as relações das estruturas sociais e a localidade geográfica fazem parte das compreensões aqui elaboradas.

Para compreender a aprendizagem como um aspecto social, devem-se entender os processos psicológicos não do “eu”, mas sim do “meio” que capacita o sujeito a ter sua vida e desenvolver-se na sociedade. Nesse sentido, para Lave e Wenger (1991), a aprendizagem não é somente o aprender fazendo, ou seja, faz parte ou muda a participação do sujeito nesta prática social. Neste sentido, as tecnologias que surgem ao longo da história da costura tem um fator importante para as competências das costureiras.

Assim, estudaremos como o conhecimento passado por gerações através da costura, tornou-se para as mulheres proprietárias de ateliês no Centro da cidade de Viçosa- MG, uma forma de trabalho e de geração de renda.

Metodologia

A análise de dados desta pesquisa foi realizada segundo o método qualitativo de estudo de caso. Sendo assim, a análise da entrevista buscou preservar os registros de eventos e realizações passadas, permitindo que os pesquisadores entendessem os fenômenos conforme as perspectivas das participantes e da situação estudada. A partir desse ponto, construiu-se uma interpretação do fenômeno observado que foi fundamentado no referencial teórico (MINAYO, 2007).

Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada e observação direta, por se tratar de um estudo mais aprofundado escolheu-se intencionalmente de acordo com as características de duas costureiras localizadas no bairro Centro. Dessa forma, para o presente estudo, trabalhamos com duas mulheres, chamadas de: Cristiana e Elis (45 anos ambas).

Resultados e discussão

A pesquisa aqui realizada buscou entender como se aprendeu o ofício de costura, para cada uma das duas participantes. Assim, quando perguntadas quanto à influência na sua carreira, respondiam com muita confiança e orgulho, contando sobre as lembranças da mãe, da avó e da tia costurando na máquina:

“Aprendi a costurar olhando minha avó e minha mãe que eram costureiras. Mas eu acredito em dom... Deus me deu esse dom da costura e aprendi muito rápido. Aos sete anos tive hepatite e fiquei de cama, minha mãe me dava tecido e eu costurava roupinhas para minha boneca. A minha tia eu via costurar, era a que eu via mais costurando, mas eu acho que é dom mesmo” (Entrevista de Elis).

Essas afirmativas corroboram com Charlot (2000), quando aponta que o aprender faz parte da identidade do sujeito, construído socialmente, de como ele irá se comportar no mundo e de como ele observará o mesmo:

A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender. (...) é o conjunto (organizado) das relações que um sujeito mantém com tudo quanto estiver relacionado com 'o aprender' e o saber (CHARLOT, 2000, p. 80).



Este saber tem uma relação com a identidade, com sua história, com a maneira na qual o indivíduo compreende a vida, com a imagem que tem de si mesmo e com as relações que tem com os outros. Portanto, podemos dizer que os saberes são adquiridos nos espaços familiar, social, profissional e cultural:

“Eu sou filha de costureira, sempre tive curiosidade, vai vendo e no ensinar a gente aprende. Minha cunhada também me ensinou muito. Minha mãe me ajudava quando eu era pequena, fazia roupa de boneca. Minha mãe costurava em casa e ia à casa do freguês. Ela ia à casa das pessoas que tinham máquina e lá ela fazia o que eles queriam... às vezes a peça, às vezes uns concertos, mas era mais peça mesmo”. (Entrevista de Cristiana).

O aprender tem relação com o saber. Sendo assim, cada sujeito ocupa um espaço e uma posição na sociedade. Pode-se dizer que esta relação de saber também é uma relação de poder e somente quando algo tem interesse apropriado daquilo e o torna pessoal e valioso (CHARLOT, 2000; SANTOS, 2012).

O interesse por trabalhos manuais é apontado pelas costureiras como uma forma de inicialização. Pelo gostar e pelo aprender a costurar, as participantes afirmam que iniciaram com a costura a mão: Elis fazendo roupinhas para boneca e logo após o uso da máquina reta; Maria fazendo panos de prato com a avó e a tia; Cristiana bordava as fraldas, toalhas e roupinhas da filha quando estava grávida.

Com relação a transmitir os saberes da costura a outras pessoas, todas foram unânimes em responder positivamente à pergunta formulada.

As costureiras confirmam que os clientes gostam dos serviços prestados por elas, voltando sempre aos seus ateliês com novas peças e elogiando os seus trabalhos. Essa relação com o consumidor é relatada, diversas vezes, com muita alegria, carinho e orgulho.

Conclusão

Embora esses ateliês de costura sejam considerados como um dos suportes para a reprodução do capital, esse modo tem também a sua razão de existir, uma vez que o trabalhador cria estratégias para garantir a sua sobrevivência e a manutenção da sua família.

Essas mulheres que prestam serviços de ajustes e de customização são costureiras que se adaptaram às novas configurações do “mundo do trabalho”, que vislumbraram e encontraram, em seu trabalho, a possibilidade de ajudar financeiramente em casa, com o que foi aprendido, primeiramente, com membros femininos das suas famílias.

A importância desse trabalho em suas vidas não diz respeito somente à manutenção financeira e organizacional de sua casa, mas, também, à sua valorização como pessoas e profissionais. A todo o momento, em suas falas, gestos e olhares, elas demonstraram o seu amor pela profissão e falavam com muito carinho do passado e de seus aprendizados na costura.

Referências

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, MA: Cambridge University, 1991.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: DESLANDES, Suely F. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, revista e atualizada. Petrópolis, RJ, 2007.

SANTOS, E. H. S. In: Fidalgo, Fernando; Machado, Lucília (EE.). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SANTOS, M. P. dos. **Encontros e esperas com os arduos de Cabo Verde: Aprendizagem e participação numa prática social**. Tese de doutoramento em Educação: Didáctica da Matemática. FCUL, 2004. Acessível online em <http://madalenapintosantos.googlepages.com/doutoramento>. Acesso em: 30 de fevereiro de 2015.

SANTOS, I. N. L. dos. Saberes da tradição na produção de brinquedos de Miriti – Patrimônio Cultural. **Revista Educação, cultura e Sociedade**. Sinop/MT, v.2, n.2, p.63-77, 2012.

MULHER E VIOLÊNCIA





Tecnologias de enfrentamento à violência contra mulher em tempos de pandemia: Aplicativos e intervenções *on-line*

Taiza Ramos de Souza Costa Ferreira^{1*}

¹Assistente Social, Doutoranda em Saúde Coletiva no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher no Instituto Fernandes Figueiras – IFF (FIOCRUZ)

**taiza.as@gmail.com*

Resumo

Este estudo trata-se de um relato de experiência iniciado a partir de algumas experiências de interação tecnológica durante a pandemia de Covid-19. Como objetivos o estudo se propôs a conhecer as tecnologias e estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher durante a pandemia, identificar as propostas dos aplicativos e intervenções *on-line* voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher e identificar ações governamentais que usam recursos tecnológicos para atender mulheres vítimas de violência. Identificamos a ampliação dos recursos tecnológicos que oportunizam às mulheres realizar denúncias de violências perpetradas por parceiros íntimos em período de isolamento social. Os aplicativos dos coletivos feministas e de organizações sociais de enfrentamento à violência no que tange à informação sobre os serviços da rede de proteção, bem como à oferta de canais de denúncias da violência doméstica para além do disque 180 e favorecendo o acesso de mulheres vítimas aos profissionais de psicologia e direito que ofertam atendimentos remotos gratuitos, bem como atendimentos presenciais no território da mulher. Concluímos que essas ferramentas tiveram papel importante e maior capilaridade entre os coletivos da sociedade civil organizada e representam modelos para que as ações governamentais de combate à violência se adequem aos avanços tecnológicos, reconheçam as possibilidades de sociabilidade digital das mulheres, afirmando ainda seu compromisso no enfrentamento à violência de gênero que se manifesta nas ambiências de sociabilidade digital.

Palavras-Chave: Violência. Mulher. Violência doméstica. Tecnologia. Intervenção.

Introdução

A violência contra mulher constitui-se como um grave problema de saúde pública, uma violação aos direitos humanos e pode levar à morte das acometidas. Para Bandeira (2014), trata-se de um fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológicas, moral e física. O Instituto Igarapé (2019) afirma que no Brasil, das 1,23 milhões de mulheres que foram atendidas pelo SUS, os parceiros são os responsáveis por 36% de todas as violências cometidas. Ademais, as mulheres negras são as maiores vítimas de



todos os tipos de violência, sendo 57% nos casos de violência sexual e 51% de violência física. Os dados são alarmantes e apontam que a questão merece atenção. Em 11 de Março de 2020, quando a OMS declarou que o avanço dos casos da doença respiratória aguda, Covid-19, se caracterizava uma pandemia, países do mundo inteiro, e, conseqüentemente, o Brasil decretaram medidas de isolamento e distanciamento social na tentativa de evitar a proliferação/circulação do coronavírus SARS-CoV2. Em meio a este grave problema sanitário, questões sociais como a violência acenderam um sinal de alerta entre especialistas, coletivos e profissionais de serviços de proteção e saúde. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos registrou um aumento de 9% nas denúncias feitas à Central de Atendimento Disque 180 entre os dias 17 e 25 de março, em relação à semana anterior, apontando para um possível aumento nos casos de violência contra a mulher. Por uma questão de Saúde Pública, as mulheres tiveram que conviver em tempo integral com seus agressores. Diante deste cenário, se faz necessário pensar que a violência contra mulher também passou a ser manifesta nas ambiências de sociabilidade digital. Segundo dados da Safernet Brasil, as denúncias de violência e discriminação online contra mulheres cresceu em 21,27% e os casos de exposição íntima sem consentimento, 154,90% (130 denúncias), em abril de 2020, se comparado ao ano anterior. Salientamos que as constantes transformações tecnológicas convocam as instâncias governamentais e ativistas a repensarem suas intervenções a partir do uso de dispositivos eletrônicos, redes sociais digitais, como também as dinâmicas de sociabilidade digital. Governos, organizações não-governamentais e demais coletivos civis se veem diante de um quadro que requer ações estratégicas para atender a esta crescente demanda, em um cenário diferenciado. Aplicativos, atendimentos digitais, nova semióticas são estabelecidas na tentativa de contribuir para que o enfrentamento da violência contra mulher seja mantido em meio a um cenário de isolamento social. Assim sendo, o presente estudo se propôs a conhecer as tecnologias e estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher durante a pandemia, analisar quais as propostas dos aplicativos e intervenções *on-line* voltados para o enfrentamento da violência contra a mulher e identificar as ações governamentais que fazem usos de recursos tecnológicos para atender mulheres vítimas de violência.

Metodologia ou Materiais e Métodos

Trata-se de um relato de experiência de participação como mediadora e/ou profissional convidada para Lives (transmissões ao vivo através de plataformas de *streaming*) de redes sociais digitais como YouTube e Instagram. Na ocasião, no intuito de enriquecer as discussões relacionadas à violência contra mulher em contexto de pandemia, realizei pesquisa em navegadores de busca, a sites governamentais e não-governamentais, jornais eletrônicos e notícias na rede social digital Instagram. Desta forma, identificamos softwares, aplicativos e outras formas de uso de dispositivos eletrônicos para denunciar a violência contra mulher. As buscas não tiveram uma sistematização, contudo caracterizou-se de forma exploratória, na medida que matérias nos sites e na plataforma Instagram direcionavam para links e perfis relacionados aos aplicativos e ações anunciadas nas matérias. A busca foi realizada durante o



mês de maio/junho de 2020. Identificamos, no período, o compartilhamento *on-line* de três cartilhas digitais, três vídeos de sensibilização, um assistente de inteligência artificial, três sites de coletivos, dois sites governamentais e três aplicativos com ofertas de serviços de denúncias, informações e atendimentos de demandas de violência contra mulher no contexto pandêmico.

Resultados e discussão

Constatou-se que a central de atendimento disque 180 manteve o acolhimento de denúncias de violência contra a mulher. Além disso, no período da coleta de dados, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, disponibilizou um aplicativo chamado Direitos Humanos Brasil, anunciado em Abril de 2020 que estaria à disposição para os sistemas Android e IOS. Contudo, o App foi habilitado, inicialmente, para dispositivos Apple, demonstrando que houve um recorte de classe neste atendimento, se considerarmos que dispositivos da marca Apple em suma, são aparelhos caros e, possivelmente, pessoas com maior poder aquisitivo e de classes sociais mais elevadas teriam acesso prioritário a este serviço. Outro fato a ser considerado é que a subnotificação de violência de gênero, entre as mulheres de classe média alta e classe média-média representa uma mescla “complexa” de valores da família burguesa e de valores patriarcais, que, segundo Silva (2007), podem influenciar na decisão de algumas mulheres de denunciar seus companheiros. No que se refere a documentos digitais, a Fiocruz disponibilizou a “Cartilha Violência doméstica e familiar na Covid-19” com orientações para gestores e profissionais da rede de proteção. Estamos falando de um novo contexto social que requer capacitação dos profissionais e serviços essenciais que estão na linha de frente do covid-19. A capacitação desses profissionais é uma prerrogativa essencial para ações mais assertivas, escutas qualificadas e acolhimentos humanizados. Para Almeida, Silva e Machado (2013), é preciso desvelar os problemas nos serviços e capacitar os profissionais por meio de novas técnicas e novos saberes. No que refere às possibilidades de ofertas de serviços públicos financiados pela máquina estatal. A Organização não-governamental (ONG) Think Olga lançou uma cartilha com estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher no contexto de pandemia. Entre as estratégias sugeridas no documento estão esconder objetos pontiagudos, trazer alguém da família para casa, avisar familiares e vizinhos sobre o que está acontecendo (em casos de episódios de violência); e manter contato com sua rede de apoio por meio de telefone e aplicativos, e-mails e outras redes sociais. Identificamos que o Estado de São Paulo ofertou um Guia Rápido dos Direitos das Mulheres e Covid-19. Além disso, São Paulo e o estado do Piauí, apresentaram ações potentes no enfrentamento da violência contra mulher com o uso de tecnologias, com o aplicativo SOS mulher (SP) e o Salve Maria (PI) que permitem o envio anônimo de denúncias. É bem verdade que essa realidade não compreende a máxima dos Estados da federação e que as ações federais carecem de ampliações. A startup recifense, Mete a colher, disponibilizou um aplicativo que se propõe aproximar mulheres vítimas de violência com uma rede de profissionais voluntários que ofertam apoio emocional, jurídico e suporte na busca de vagas de emprego. Pensando em Inteligência Artificial - IA a serviço da mulher, a ONG Thing Olga em parceria com a ONG Mapa do Acolhimento, disponibiliza desde



2019, o Isa Bot. Um robô-assistente virtual que informa os serviços oficiais de apoio às vítimas de violência, faz recomendações e disponibiliza informações sobre os tipos de violência. É possível acionar o Isa Bot pelo inbox do Facebook e no Google assistente. A mulher também pode acessar a página do ISA.BOT e acionar comando de voz através do Messenger da página do Facebook, por escrito ou verbalmente. No caso do Google Assistente para ativar o robô basta dizer: Ok Google falar com robô Isa (www.isabot.org). Verificamos que a página do coletivo Conexões que Salvam tem o foco nas experiências de violência *on-line*, oferecem informações sobre locais onde as mulheres podem buscar apoio, além de auxiliar as mulheres na identificação das violências. Destacamos ainda outras duas iniciativas na perspectiva do abuso digital, o site Assédio Online que trabalha com orientações a mulheres, com foco em casos de violência na Internet, como divulgação de imagens íntimas. Ensina como denunciar a violência no âmbito digital nas plataformas do Google, Facebook, Twitter e o que seria relevante reportar a justiça no caso da judicialização da violência. O portal da Safernet Brasil é um pioneiro nesta abordagem e dispõe um canal de denúncia de violência e discriminação contra a mulher no âmbito digital e oferece um *chat on-line* de orientação ou assistência por e-mail onde profissionais especializados oferecem atendimento sigiloso.

Conclusão

Entendemos que as iniciativas tecnológicas das organizações da sociedade civil tiveram uma maior capilaridade e investimentos mais expressivos se comparados às ações governamentais. Refletir o papel das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher em contextos de isolamento, bem como a sociabilidade digital da sociedade se faz necessário para pensar novas estratégias, acessibilidade aos serviços e ações mais rápidas e assertivas em situações de violência. Pensar essas novas possibilidades de intervenção e prevenção de violência a partir do uso de novas tecnologias, inclui investir financeiramente nessas iniciativas, capacitar equipe e ainda dar condições de acesso a estes dispositivos e novas ferramentas de trabalho. Avaliamos que novos estudos devam considerar as ações tecnológicas e/ou o uso das novas tecnologias de comunicação para o enfrentamento da violência contra a mulher. Concluimos que as instituições governamentais devem afirmar o compromisso no enfrentamento a violência de gênero que se manifesta fora e dentro das ambiências de sociabilidade digital refletindo sobre as formas de interação social da pós-modernidade, considerando a interseccionalidade entre gênero, raça e contextos socioeconômicos da questão violência contra a mulher. Não podendo desconsiderar que trata-se de uma questão crônica e de pauta urgente.

Referências

ALMEIDA, Luana Rodrigues de; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; MACHADO, Liliene dos Santos. Jogos para capacitação de profissionais de saúde na atenção à violência de gênero. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 110-119, mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022013000100016>.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Available from



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>.

Acesso

em 24 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

GIANNINI, Renata Avelar e COELHO, Terine Husek. Evidências sobre violência contra mulheres no Brasil, na Colômbia e no México: tendências, desafios e caminhos para o futuro. **Instituto Igarapé**, 2020. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2020-01-30-AE45_Evidencias-sobre-violencia-contra-mulheres-no-Brasil-na-Colombia-e-no-Mexico.pdf

Acesso em: 02 jul. 2020.

SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro Soares da. A violência conjugal contra mulheres de classe médias dos município São Paulo. Dissertação de Mestrado do **Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2007. Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-105647/publico/DISSERTACAO_BARBARA_G_R_SOARES_SILVA.pdf)

[105647/publico/DISSERTACAO_BARBARA_G_R_SOARES_SILVA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-105647/publico/DISSERTACAO_BARBARA_G_R_SOARES_SILVA.pdf) Acesso em: 29 jun. 2020.



Violência e Patriarcado: uma análise sobre a violência contra a mulher em Caxias – MA (2005-2015)

Joyce da Costa Maciel^{1*}; Jakson dos Santos Ribeiro²

¹Graduanda em Licenciatura Plena em História, pelo Centro de Estudos Superiores de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão – CESC/UEMA;

²Professor Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão, Campus CESC, Caxias

*jdcmaciel24@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é resultado do desdobramento de uma pesquisa que visa analisar como o discurso patriarcal potencializa a violência de gênero contra a mulher. A pesquisa tem como espaço o município de Caxias – MA. Inicialmente, objetivou-se identificar a bibliografia que prestaria suporte para o estudo proposto. Foi fundamental compreender a História das Mulheres e como o conceito de gênero transformou os estudos deste campo, bem como das discussões acerca da violência e do patriarcado. Utilizou-se como procedimento metodológico a análise de Boletins de Ocorrência, considerados documentos primordiais para o prosseguimento deste estudo. A preeminência do objeto desta pesquisa, de cunho qualitativo, surgiu da necessidade de apreender como ocorre a violência contra a mulher no supramencionado município, como também quais comportamentos masculinos incidem sobre tais discursos e as consequências. Entende-se necessário advertir que a pesquisa tem seus resultados inconclusivos, em virtude de a mesma ainda se encontrar em desenvolvimento.

Palavras-Chave: Violência. Patriarcado. Gênero. Mulher.

Introdução

O presente estudo possui como título “**Violência e Patriarcado: uma análise sobre a violência contra mulher em Caxias – MA (2005-2015)**” e tem por objetivo a análise da violência de gênero, especificamente a praticada contra mulher considerando o patriarcado como um dispositivo sócio-histórico no qual não designa somente o poder do pai, mas do masculino, dos homens enquanto categoria social. É um estudo referente a uma pesquisa em desenvolvimento e possui sua relevância acadêmica para o contexto no qual está inserido devido à escassez de análises sobre tal temática no espaço social de Caxias, município que apresenta altos índices de violência contra a mulher.

Sabe-se que é uma violência que tem sua origem na forma como a sociedade está constituída, alicerçada na disparidade entre homens e mulheres. No intelecto masculino, persiste a ideia que ele está estabelecido como dominador e a mulher é seu desejo de domínio e posse, devendo-lhe submissão. Diante disso, buscaremos discutir principalmente o seguinte



problema: como o discurso patriarcal potencializa a prática da violência contra a mulher em Caxias-MA?

Metodologia ou Materiais e Métodos

A metodologia do presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, optando-se neste momento pela análise de caráter qualitativo, para tanto, utilizam-se fontes documentais de pesquisa que disponibilizadas pela Delegacia Especial da Mulher do município. A pesquisa conta com boletins de ocorrência disponibilizados que servem de apontamentos para serem discutidos na produção dos resultados e discussões. O estudo baseia-se na análise da bibliografia proposta, no sentido de selecionar conceitos que permitirão ao texto um melhor argumento no que se refere à classificação e significado dos termos gênero, patriarcado e violência. Propomos estudar a violência contra a mulher e a sua relação com o discurso patriarcal em Caxias – MA, a partir de pesquisa bibliográfica tendo como autores principais até então identificados: Margareth Rago (1995) que discute a participação da mulher como sujeito histórico na história desconstruindo o homem como agente único e universal na produção historiográfica; Joan Scott (1995) contribuindo com sua análise da categoria gênero, definindo-o como principal organizador das relações sociais e de poder, bem como sua capacidade de criar a hierarquia entre homens e mulheres; Michelle Perrot (1988) empenhada em visibilizar a história das mulheres contribuirá com sua análise das lutas e conquistas das mulheres no século XIX, da relação da dona de casa com sua participação na sociedade; Simone Beauvoir (1970), com o clássico “O Segundo Sexo” contribui com análise da mulher nos processos sociais e históricos, ou seja, as múltiplas perspectivas sobre o sujeito mulher que contribuíram para defini-la como o outro, o segundo; e o clássico de Heleith Saffiott (2011) tratando dos temas pertinentes que serão de extrema relevância para análise desta pesquisa: gênero, violência e patriarcado, apresentando conceitos dos quais nos apropriaremos,, questionando a opressão e o papel da mulher na sociedade. É conveniente evidenciar que, até o momento, não foram encontrados estudos locais sob esta perspectiva.

Resultados e discussão

Os estudos que proporcionarão os resultados desta pesquisa encontram-se em desenvolvimento, mas para realização das análises parciais foi imprescindível um conhecimento prévio da História das Mulheres. Segundo Perrot (1994), elas só começaram a fazer parte de pesquisas acadêmicas a partir da década de 80, pois durante uma larga escala de tempo a historiografia teve interesse exclusivo pela história política e econômica, pela macro história, privilegiando as fontes oficiais da história positivista, na qual as mulheres pouco aparecem. Rago (1995) registra que a historiografia produzida carrega traços evidentes de uma vontade feminina de emancipação, visto que seu papel na sociedade foi construído pelo homem desde os primórdios da humanidade, a partir de relações de poder (físico e econômico) que constitui a mulher uma existência marcada por resistência em busca da luta por seus direitos e sua emancipação da dominação masculina.



Foi sob o âmbito de História das Mulheres que o conceito de gênero passou a ser amplamente utilizado, provocando uma reorientação para este campo historiográfico e discuti-lo representou um grande avanço para as feministas, que buscavam desconstruir a imagem da mulher como propriedade do masculino. Saffioti (p. 45, 2011) enfatiza que “[...] gênero é a construção social do masculino e do feminino”, sendo assim fruto de relações de poder em que ocorre uma delegação de papéis sociais a cada um dos sexos, sendo que o feminino é o explorado e o sexo masculino o explorador e detém livre acesso ao corpo da mulher como se ela fosse uma propriedade. Nessa relação entre os gêneros, o poder é o dispositivo fundamental de controle, exercido sobre a mulher ao longo de sua existência e resistência. Esse dispositivo fica entendido como uma estratégia de dominação do patriarcado, que está inserido nesta pesquisa no seu contexto sócio-histórico no qual não designa somente o poder do pai, mas, do masculino, dos homens enquanto categoria social., ou seja, representará a definição usadas pelos movimentos feministas sobre aquilo que entende das relações desiguais de dominação dos homens sobre as mulheres compreendendo o patriarcado como uma ideologia que reintegra uma hierarquia entre homens e mulheres, reafirma fronteiras entre masculino e feminino e confere aos homens um lugar “natural de dominação” (HASSE, 2016, p. 25).

Logo, a partir desta discussão faz-se necessário analisarmos a violência contra a mulher a partir do conceito de gênero e patriarcado, visto que ainda que não se pode atribuir ao discurso patriarcal a explicação das desigualdades e opressão da condição feminina, que deve ser considerada, principalmente, em relação às discriminações promovidas pelo discurso patriarcal, não apenas contra a mulher, mas também nas relações de gênero, além de promover a violação dos direitos das mulheres, tanto na esfera pública quanto privada.

Conclusão

Não há como concluir decisivamente esse trabalho, visto que os resultados e discussões são parciais. No entanto, em virtude dos argumentos iniciais aqui apresentados e partindo da bibliografia selecionada neste estudo, consideramos, em nossas análises preliminares, que o patriarcado vive e dá sinais de que está muito bem estruturado na sociedade e constitui um fator imprescindível para se compreender a violência de gênero. Logo, os estudos de gênero e violência contra a mulher produzem importantes contribuições teóricas para sua compreensão, uma vez que “as relações de gênero podem ser construídas sobre as bases igualitárias, despidas de visões reducionistas, dualistas e opostas.” (FERREIRA, 2014, p.187).

Referências

HASSE, Mariana. **Violência de gênero contra as mulheres:** em busca da produção de um cuidado integral. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

PERROT, Michele. As Mulheres, o Poder, a História. In: **Os excluídos da história -operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate.** São Paulo: UNESP, 1995. p.91-81



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ªed., 2011.



MULHER NEGRA



Dona Souza: Senhora dos conhecimentos botânicos de matriz africana

Maria Luiza de Souza^{1*}; Márcia Aparecida de Souza²; Henrique Cunha Júnior³; Lucas Capita Quarto⁴; Lígia Christine Pereira Martins⁵; Cléber Andrade da Silva⁶

¹*Pesquisadora aposentada;*

²*Professora-SEEDUC-RJ;*

³*Professor Titular da Universidade Federal do Ceará(UFC);*

⁴*Mestrando em Cognição e Linguagem(UENF);*

⁵*Pesquisadora- psicóloga (UFF);*

⁶*Educador em Saúde-PMN*

**profmarciasouza2016@gmail*

Resumo

Os conhecimentos botânicos de matriz africana foram importantes no passado brasileiro e estão sendo perdidos na atualidade com o desaparecimento dos quintais, das parteiras, rezadeiras e botânicas herdeiras da tradição cultural africana. O conhecimento pela experiência é um patrimônio cultural reconhecido pelos organismos internacionais de cultura, UNESCO e Organização internacional da Saúde. Nesta pesquisa, estudamos o acervo de conhecimento sobre botânica de Dona Luiza Souza, sendo ela considerada guardiã da cultura, destacando seu papel social enquanto mulher negra de referência na cidade de Natividade e região. A base teórica da pesquisa é construída em torno do conceito de conhecimento de mátria africana, patrimônio cultural, conhecimento da experiência e transmissão cultural. A metodologia da pesquisa é de pesquisa participante Afrodescendente e história oral. Os resultados são parte do acervo das plantas contidas no quintal da Senhora Souza e os usos e destinos dos produtos cultivados, bem como a aferição, na sociedade, da utilidade dos conhecimentos e do respeito social a ela oferecido.

Palavras-Chave: Mulher negra de referência. Plantas medicinais. Tradição. Patrimônio cultural imaterial.

Introdução

Tradição cultural é um conceito em constante atualização que abriga a permanência de práticas relacionadas com as culturas de um grupo social, populacional ou regional (CARVALHO, 1992). Geralmente, as tradições culturais possuem mentores responsáveis pela permanência e transmissão da cultura. São verdadeiros zeladores da tradição cultural e que servem de referência local, regional e por vezes nacional sobre determinada cultura. Na execução da zeladoria pela cultura tradicional, destacam-se mulheres com grande conhecimento e trabalho sobre a cultura. As plantas e a botânica africana tiveram um enorme papel na formação histórica brasileira. Uma das heranças africana no Brasil é o acervo botânico (CUNHA JUNIOR, 2012). A cultura de matriz africana é uma das norteadoras da cultura brasileira e também parte do



patrimônio cultural nacional (SILVA, 2014). Nesse artigo, focalizamos uma dessas mulheres zeladoras da cultura, conhecida na cidade de Natividade – RJ como Dona Luiza e que desenvolve o cultivo de ervas, plantas medicinais, plantas ornamentais e alimentícias compreendidas como parte da botânica de origem africana no Brasil. Durante parte da sua vida Dona Luiza morou no meio rural e depois transferiu-se para o meio urbano e trouxe consigo um acervo de conhecimentos botânicos, herdados da sua mãe e conservados no grande quintal de sua casa. Desse quintal, extrai produtos da medicina caseira que foram muito demandados no passado e hoje ainda são, com menor intensidade, devido à existência da moderna indústria farmacêutica e da medicina profissional. Entretanto, é um acervo de conhecimentos que permanece vivo e atrai o interesse da moderna ciência e dos conhecimentos do campo acadêmico.

A pesquisa em curso tem dois focos, sendo o primeiro de conservação do patrimônio cultural imaterial botânico de matriz africana pelo registro dos conhecimentos da Dona Luiza, relativo às espécimes medicinais, às formas de cultivo das plantas, aos cuidados com a horta, ao preparo de unguentos e dos famosos xaropes caseiros; A importância desses conhecimentos é destacada em Beleza (2016). O segundo foco da pesquisa é de natureza social, procurando dimensionar a importância dessa senhora na comunidade local, o que se entende como uma contribuição ao patrimônio cultural e ao conhecimento botânico hoje utilizado na medicina complementar.

Destaca-se a contribuição da mulher negra ao conhecimento botânico, bem como se fornece referência de conhecimento para a aplicação da lei 10.639 nas áreas de ciências, biologia, química e botânica.

Metodologia ou Materiais e Métodos

A pesquisa é de natureza qualitativa, experimental e utiliza-se da metodologia de pesquisa participante afrodescendente e História Oral. Como metodologia de trabalho, a princípio realizou-se um levantamento bibliográfico de pesquisadores, teóricos e estudiosos que já se debruçaram sobre as temáticas afins.

Realizou-se também uma pesquisa de campo a partir de visitas, realizadas no período de dezembro de 2019 a março de 2020, ao quintal de Dona Luíza Souza, a fim de recolher os dados para o nosso estudo.

Além da técnica citada, utilizou-se da metodologia de pesquisa participante afrodescendente, que é uma abordagem metodológica do campo da pesquisa empírica, elaborada para estudiosos que apresentam prévio envolvimento com a temática da pesquisa, aqueles que veem de dentro as inquietações relacionadas ao estudo em questão; Que têm prévio conhecimento do tema através de convivência e não devido a leituras sobre o assunto, para os que, em seu cotidiano, já processam naturalmente o que conhecem e que apenas ainda não foi exposto, como é o caso da Senhora Souza, uma das co-autoras deste estudo.

Depois de coletados os nomes das plantas e ervas, estes foram classificados pela utilidade e divididos em quatro categorias: ornamentais, frutíferas, alimentícias e medicinais. Para este estudo, apenas apresentaremos a categoria medicinal.



Resultados e discussão

O quintal é visto por Dona Luísa como um espaço adequado para a realização de diversas atividades além do plantio. Visto que, no local a família se reúne para comemorações, conversas e para curtir momentos de descanso e lazer. Conforme aponta Nunes (1994), é no espaço do quintal que as pessoas desenvolvem suas primeiras relações com o meio ambiente, hortas, jardins, plantas diversas e é também o local das brincadeiras.

Dona Luíza residiu na Fazenda Santa Rosa por 60 anos. Ali criou os 12 filhos, sempre fazendo uso dos medicamentos preparados com ervas do quintal para tratar as diversas afecções que, por vezes, lhes acometiam. Depois de 60 anos de idade, concordou que seria melhor vir para a cidade. Porém, ter um quintal foi preocupação inicial, e, ao adquirirem o espaço para construção de sua nova casa, cuidaram para que houvesse o espaço para Dona Luíza continuar cuidando das plantas que forneceram e continuam a fornecer preciosos medicamentos para o trato da família, vizinhos e todos que a ela recorrem para este fim. E para a nova casa, a referida senhora trouxe mudas de todas as plantas que havia no quintal da casa da roça. Tanto que, através dos resultados provisórios, constatou-se que no quintal da Senhora Souza há 107 espécimes que foram divididas em categorias, a saber: 37 espécimes medicinais, 23 frutíferas, 33 ornamentais e 14 alimentícias (Verduras, legumes, temperos e raízes). Para este estudo, apresentamos a categoria espécimes medicinais conforme tabela 1.

Tabela 1. Plantas Medicinais do quintal da Dona Luísa. Natividade/RJ. 2020

Arruda	Medicinal	Folhas	Banhar os olhos	Vista congestionada
Assa-peixe	Medicinal	Folhas	Gripe	Comp. xarope
Açafrão	Medicinal	Raiz	Sarampo	Pó na comida/Tempero Beira de olhos e ouvidos
Alecrim	Medicinal	Folhas	Tranquilizante	Chá
Algodão	Medicinal	Folhas	Menopausa	Chá e banho
Anador	Medicinal	Folhas	Dor febre	Comp. xarope
Arnica	Medicinal	Folhas	Gripe, pancadas, dor	Chá/Banho/ Comp.Xarope
Boldo	Medicinal	Folhas	Colesterol/Vômito	Chá
Camomila	Medicinal	Folhas/Flores	Calmante	Chá
Confrey	Medicinal	Folhas	Rins	Chá
Conta de lágrimas	Medicinal	Folhas	Rins	Chá/Banho
Cana Criola	Medicinal	Folhas	Antiabortivo	Chá
Cana de macaco	Medicinal	Folhas	Rins	Chá
Cordão de Frade	Medicinal	Folhas	Fígado	Chá
Erva de passarinho	Medicinal	Folhas	Pneumonia	Comp.Xarope /Sumo
Erva cidreira	Medicinal	Folhas	Tranquiliz./ pressão	Chá / Comp.xarope
Funcho	Medicinal	Folhas	Relaxante	Chá
Fumo	Medicinal	Folhas verde	Antitetânico;	Banho



		Folha curta	Feridas Crônicas	
Guaco	Medicinal	folhas	Gripe-bronquite	Comp.xarope
Hortelã-miúdo	Medic./Comest	Folhas	Gripe	Chá/ Comp.xarope/Tempero
Levante	Medicinal	Folhas	Gripe	Comp. xarope
Mastruz	Comest.Medic.	Folha	Tosse/ Pancada forte	Sumo/xarope
Macaé	Medicinal	Folhas	Febre-Diarréia	Banho-Chá
Malva	Medicinal	Folhas	-----	-----
Perpétua	Medicinal	Flor	Útero	Chá
Picão	Medic.Comest.	Folha	Hepatite	Chá/ banho/Refogado
Poeijo	Medicinal	Folhas	Gripe	Xarope
Ponta livre	Medicinal	Folhas	Pontadas	Chá
Rosa Branca	Medicinal	Flor	Útero	Chá/ Comp.xarope
Saião	Medicinal	Folhas	Gripe/pulmão	Sumo/C. xarope
Sálvia	Medicinal	Folhas	Estômago	Chá
Santa Maria	Medicinal	Folhas	Verminose	Chá/Sumo
Trançagem	Medicinal	Folhas	Antibiótico	Chá
Vick	Medicinal	Folhas	Descongestionador/	Xarope/Inalação
Cavalinha	Medicinal	Folha/caule	Próstata	Chá
Erva-tostão	Medicinal	Raiz	Dentição Infantil Fígado	Chá

* Fonte:Elaborada pelos autores

As plantas medicinais são cultivadas em área próxima à residência, perto da cozinha, o que facilita a cuidadora a zelar pelas espécies .

Observou-se grande diversidade de espécies medicinais no quintal da Senhora Souza e também despertou atenção o quanto a numerosa família, vizinhos entre outras pessoas, utilizam-se desse patrimônio cultural.

As partes das plantas mais utilizadas para o preparo das receitas são as folhas. Também, durante a separação das plantas em categorias, observou-se que uma planta tem mais de uma utilidade, ou seja, por vezes é usada para chá, outrora para banhar parte do corpo e para outra afecção é utilizada como componente dos famosos xaropes, que são procurados por pessoas de toda a cidade, de cidades vizinhas e até mesmo de outros Estados.

Os relatos da referida Senhora sobre o uso das espécies demonstrou o quanto é amplo e significativo o seu conhecimento.

Conclusão

O cultivo nos quintais preserva os recursos vegetais bem como a riqueza cultural, que se encontra nos saberes de comunidades ou de algumas pessoas.

Realizar esse estudo possibilitou conhecer relevantes aspectos sobre plantio, cuidados, preservação e a utilização de diversas espécies medicinais, entre outras encontradas no quintal. É bastante abrangente a diversidade vegetal que Dona Luíza conhece e utiliza há décadas.

O quintal estudado é um patrimônio cultural, um exemplo que precisa ser conhecido e divulgado para servir de estímulo a outras pessoas que também cultivam em seus quintais e para que esse legado não se perca com a renovação das gerações.



Referências

BELEZA, J. A. M. **Plantas medicinais e fitoterápicos na atenção primária à saúde: contribuição para profissionais prescritores.** Instituto de Tecnologia em Fármacos. Rio de Janeiro: Monografia de Especialização. 2016.

CARVALHO, J. J.. **O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna.** Em: Seminário Folclore e Cultura Popular. As Várias Faces de um Debate. Rio de Janeiro: INF/Ibac, 1992: 23-38.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Olhando pela janela e vendo às árvores africanas. In: Sandra Haydee Petit ; Geranilde Costa e Silva. (Org.). **Memórias de Baobá.** 1ed.Fortaleza: Editora da UFC, 2012, v. 1, p. 119-130.

NUNES, N. **Ciência e Trópico.** Recife: Editora Massangana, 1994, 383p.

SILVA, Helder Kuiawinski da. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira.** Perspectiva, Erechim. v. 38, n.144, p. 25-35, dezembro/2014.

MULHER, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



O (Des)Interesse das Gurias pela Ciência em uma Escola Pública de Canoas/RS

Cassiane Plack da Silva^{1*}; Jaqueline Terezinha Martins Corrêa Rodrigues²;
Carina Loureiro Andrade²; Mariana Lima Duro²; Simone Maffini Cerezer²

¹*Estudante de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Canoas;*

²*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul (IFRS) – Campus Canoas*

**jaqueline.rodriques@canoas.ifrs.edu.br*

Resumo

Com o objetivo de compreender como as meninas (“gurias” aqui no Rio Grande do Sul) do ensino básico entendem a ciência e o papel das mulheres nas ciências exatas, engenharia e informática, o projeto Gurias Fazendo Ciência realizou, em suas etapas iniciais, um levantamento junto a uma escola estadual localizada em um bairro da periferia de Canoas/RS. Este levantamento foi realizado através de um questionário que foi aplicado nos meses de junho e julho de 2019 para os estudantes de todos os gêneros do 9º ano do ensino fundamental e dos três anos do ensino médio, nos turnos da manhã e noite. Os resultados foram obtidos a partir de uma análise e pode-se destacar que a maioria dos estudantes participantes têm a imagem de um homem branco, de óculos e jaleco, como cientista. Com isso, conclui-se que a imagem do cientista precisa ser reconstruída, a pesquisa científica e suas possibilidades, que vão além dos temas discutidos nas disciplinas escolares, precisam ser abordadas com mais frequência para que este estigma social seja rompido.

Palavras-Chave: Meninas na ciência. Ciência no ensino básico. Desigualdade de gênero na ciência.

Introdução

O Campus Canoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) está localizado no município de Canoas, que pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre. O Campus oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio em Administração, Desenvolvimento de Sistemas e Eletrônica, curso técnico em Comércio (modalidade Proeja), Licenciatura em Matemática, cursos superiores de tecnologia em Automação Industrial, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Logística, além de uma pós-graduação lato sensu em Gestão de Projetos e Inovação (IFRS-CANOAS, 2020). Um levantamento sobre ingresso e permanência de estudantes no IFRS - Campus Canoas foi realizado em setembro de 2018 pelas autoras. Observou-se que os cursos superiores contam com estudantes, em sua maioria, do gênero masculino, sendo Tecnologia em Automação Industrial aquele com menor percentual de ingresso e de conclusão de estudantes do gênero feminino. A



mesma situação é verificada em dois dos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo IFRS - Campus Canoas que também têm ingresso reduzido de meninas. A situação é diferente apenas para o curso de Administração, embora o número de desistências e trancamentos também seja maior entre as meninas.

Além do problema percebido na própria instituição, outras fontes de pesquisa deste tema apontam para o baixo número de meninas nas áreas de exatas, engenharias e ciências (LETA, 2003).

Dados publicados por Araújo (2018) mostram que a participação de meninas na pesquisa científica matemática no Brasil é menor que 25%, sendo que menos de 45% dos ingressantes nos cursos de graduação em matemática são mulheres. Esse percentual vai diminuindo conforme avançam na carreira acadêmica, sendo que as bolsistas de produtividade do CNPq em matemática representam menos de 15% do total deste tipo de bolsa.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), promovida pelo Instituto de Matemática Pura Aplicada (IMPA), na qual participam estudantes de nível I (6º e 7º anos do ensino fundamental), nível II (8º e 9º anos do ensino fundamental) e nível III (1º ao 3º ano do ensino médio), realizada entre 2014 e 2018, apresenta dados alarmantes. O número de meninas inscritas tem se mantido estável na faixa de 50%, mas o percentual de premiações é muito menor para o gênero feminino. Entre 2014 e 2018, as estudantes do nível I ficaram com 25% a 30% das medalhas de ouro. No nível II, a participação também foi mantida fixa na faixa de 20% e 30%. No nível III, os percentuais têm forte queda, variando entre 8 e 13%. O mesmo acontece para as medalhas de prata e bronze e a menção honrosa (IMPA, 2019).

Leta (2003) relata uma pesquisa realizada pela revista Science, a qual indica que crianças de 5 anos tendem a identificar uma pessoa inteligente como do seu próprio gênero, enquanto as crianças com 6 e 7 anos tendem a identificar essa pessoa como um homem. Assim, conclui-se que os fatores que contribuem para essa discrepância são vários e complexos, mas estereótipos culturais têm um peso forte nessa equação. Esta visão é corroborada pelos dados da Unesco (2018), que apontam que a escolha da carreira pelas meninas sofre muita influência de estereótipos sobre papéis dos gêneros (influenciados pelos pais ou pessoas muito próximas), que passam a ideia de que estudos em STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics* - ciência, tecnologia, engenharia e matemática) são domínios dos homens, mesmo não sendo observadas diferenças no mecanismo neural de aprendizagem em função do gênero.

Entretanto, a influência de docentes qualificados em ciências e matemática pode ser positiva para as meninas se envolverem em estudos em STEM e se interessarem pelas carreiras nestas áreas. Essa influência é reforçada por professoras, pois neutralizam o efeito do estereótipo de gênero em STEM. Além disso, é preciso cuidado para que o ambiente escolar seja igualitário, que não se reforce o estereótipo ao selecionar materiais para as aulas, ao realizar dinâmicas, por exemplo (UNESCO, 2018). Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é compreender como as meninas (“gurias” aqui no Rio Grande do Sul), estudantes do ensino básico, entendem a ciência e o papel das mulheres nas ciências exatas, engenharia e informática, buscando subsídios para desconstruir



esses estereótipos e, utilizando o espaço da escola, possibilitar um novo olhar das "gurias" sobre a ciência e sobre o seu papel no desenvolvimento dela.

Materiais e Métodos

Este estudo compõe parte do trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão Gurias Fazendo Ciência do IFRS - Campus Canoas, iniciado em 2019. A equipe do projeto era formada por sete professoras de STEM e três bolsistas de graduação, sendo uma voluntária.

Com o objetivo de realizar um levantamento do (des)interesse das meninas em STEM, optou-se por uma pesquisa exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário. A pesquisa exploratória é aquela que pretende examinar uma situação para tentar compreendê-la (MALHORTA, 2011). Já o questionário é definido por Malhorta (2011) como uma técnica estruturada para coleta de dados com perguntas que podem ser abertas ou apresentarem um conjunto de respostas para escolha.

O questionário elaborado para esta pesquisa continha questões sobre gênero, idade, identificação dos estudantes com as disciplinas e solicitava uma descrição de cientista, bem como procurava identificar quais áreas da STEM seriam mais interessantes para realização de atividades no futuro pela equipe do projeto. Os estudantes respondiam às questões com anonimato. Após enviados os termos de consentimento livre e esclarecido aos pais dos estudantes, o questionário foi aplicado em junho de 2019 para 196 estudantes do 9º ano do ensino fundamental e dos 3 anos do ensino médio de uma escola estadual do bairro Guajuviras, em Canoas/RS. A região é entendida como de grande vulnerabilidade social.

Com as respostas, os dados foram expostos em tabelas e gráficos, sendo que a análise teve como foco identificar similaridades e discordâncias nas respostas das questões abertas entre os respondentes e também comparando-as com as apresentadas na literatura sobre o tema. Categorizando as respostas, busca-se criar um perfil sobre como essas estudantes entendem a ciência e o papel da mulher no desenvolvimento científico nessa escola.

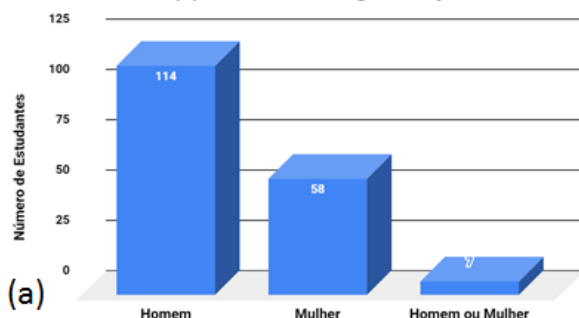
Resultados e discussão

O questionário aplicado na escola participante do projeto teve 196 respostas, sendo 98 de pessoas identificadas com o gênero feminino, 88 com o masculino e 10 não responderam.

Na questão sobre gênero de uma pessoa que fazia ciência (figura 1), os resultados mostraram que a maioria dos estudantes imaginou essa pessoa como um homem. Estratificando apenas as respostas das meninas, percebe-se que as respostas obtiveram percentuais similares para cientista homem e cientista mulher.



Gênero de um(a) Cientista Imaginado pelos Alunos



Gênero de um(a) Cientista Imaginado pelas Meninas

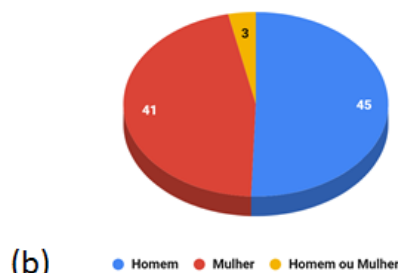


Figura 1 - a) Gênero de um(a) cientista imaginado pelos estudantes e b) Gênero de um(a) cientista imaginado pelas meninas

Em relação à descrição dessa pessoa cientista, as respostas obtidas reforçam o estereótipo do cientista que usa jaleco branco, óculos, que estuda muito e com personalidade “estranha”, corroborando os resultados apontados na pesquisa de Leta (2003).

Nas respostas, 105 de 194 alunos demonstraram interesse em participar de um projeto de ciências, sendo 59 meninas, destacando o interesse pelas áreas de tecnologia, engenharia e astronomia.

Conclusão

Os estereótipos sociais e a influência dos pais e pessoas próximas têm afastado as mulheres dos estudos e das carreiras de STEM (UNESCO, 2018). Ainda, esse estudo chegou a conclusões parecidas com as já apontadas em estudos realizados em outras regiões, de que cientistas são pessoas estereotipadas, de maneira mais forte, como homens. Com esses dados, a equipe de pesquisadoras irá elaborar oficinas nas áreas de STEM, focada no público escolar feminino, com o objetivo de resgatar o interesse das meninas pela ciência.

Espera-se que estes resultados auxiliem na compreensão da realidade, na realização de ações que busquem reduzir as desigualdades de gênero nas ciências e que as meninas passem a considerar a possibilidade de carreira em qualquer área do conhecimento, trazendo também para o espaço escolar essas discussões.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu fomento interno do IFRS – Campus Canoas, por meio de concessão de bolsa e financiamento do projeto de extensão em 2019.

Referências

ARAÚJO, C. A matemática brasileira sob a perspectiva de gênero. **Revista Ciência & Cultura**. Ano 70, n. 1., Jan./fev./mar. 2018.

IMPA. **Jornal da Ciência destaca participação feminina na OBMEP**. 2019. Disponível em: <https://impa.br/noticias/jornal-da-ciencia-destaca-participacao-feminina-na-obmep/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

IFRS-CANOAS. **Cursos**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/canoas/cursos/>. Acesso em: 07 jul. 2020.



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



LETA, J. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**. Vol.17, n. 49, Sept./Dec. 2003.

MALHORTA, N. K. **Pesquisa de marketing**: foco na decisão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

UNESCO. **Decifrar o código**: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília: UNESCO, 2018.



Produção científica feminina em tempos de isolamento social

Talita Ferreira Gonçalves Sanches¹; Greici Hellen Gonzaga da Silva¹; Stéfany Silva Rodrigues¹; Wanessa de Sousa Torres¹

¹Graduanda em Psicologia da Universidade Federal Fluminense polo Campos dos Goytacazes;

**taliitafgs@gmail.com*

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade analisar, através de notícias, quais são as influências da pandemia do COVID-19 na produção científica feminina e como esse novo cenário impactou a vida pessoal e acadêmica das mulheres. Para alcançar esse objetivo, o método utilizado foi realizar uma pesquisa de dados e notícias no buscador *Google*, assim verificando a produção científica feminina em tempos de isolamento, tomando como pressuposto aspectos preponderantes, tais como raça, classe e gênero. Somado a isso, foi feita uma busca por artigos que abrangessem o tema, para fundamentar as informações encontradas. Seguidamente, os resultados da busca revelaram um aprofundamento das opressões pré-existentes por meio da constatação da queda vigorosa de produção científica feminina em comparação à masculina por consequência da atribuição de jornadas duplas ou triplas presentes na vida das mulheres e que acabam impactando em suas carreiras no meio científico. Questões como estas poderiam ser resolvidas através da superação do sistema político vigente para um novo que não se privilegiasse com tais opressões vivenciadas pelas trabalhadoras da ciência.

Palavras-Chave: Mulheres. Pandemia. Ciência.

Introdução

Historicamente o acesso ao ambiente acadêmico foi negado às mulheres e as mudanças em torno de sua participação ocorreram ao longo dos séculos através das revoluções históricas na política, como também na própria ciência. A jornada científica das mulheres é atravessada não só por questões de gênero, como também de raça e classe. De acordo com Tosi (2012), a introdução da mulher nesse meio era restrita às integrantes de famílias burguesas e nobres que tinham uma educação de qualidade, porém ainda limitadas em relação ao campo de seus estudos em comparação aos homens de suas épocas. Sendo assim, estas mulheres eram compelidas a se dedicarem às áreas que fossem associadas ao cuidado, por ser um espaço reservado ao feminino.

Essa realidade se faz mais presente na vida das mulheres negras, que lidam com a confluência do preconceito de gênero, raça e, comumente, de classe, denominado por Gonzalez (1982), como a tripla opressão. Essa junção acarreta em diversos empecilhos para inserção da mulher negra no meio científico como é apontado no Censo da Educação Superior de 2016 feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que evidencia o



baixo número de mulheres pretas professoras de programa de pós graduação, inferior a 3%, e também em uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2015, a qual aponta que apenas 7% das bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras.

Diante dos pontos expostos, o presente resumo tem por objetivo enfatizar a relevância da produção científica feminina em âmbito nacional e em situação de crise mundial decorrente da pandemia do COVID-19. Além disso, espera-se averiguar como os problemas, devido às estruturas patriarcais e racistas, que sustentam a atual sociedade capitalista, afetam a vida dessas mulheres no campo científico durante o isolamento social exigido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Metodologia

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa no buscador *Google* sobre possíveis notícias em relação à produção científica feminina. Com essa pesquisa, buscou-se averiguar como está a criação científica realizada por mulheres em território brasileiro, seu desenvolvimento e quais impactos essas contribuições têm gerado na sociedade, além de almejar investigar de que forma a crise instituída pela pandemia pode ter afetado tal produção.

Para a realização dessa pesquisa, foi feita uma busca por notícias relacionadas à pandemia do vírus, de nome científico SARS-Cov-2 ou COVID-19, datadas entre o mês de abril de 2020 e junho de 2020. Nessa busca, procurou-se por artigos que contemplassem a temática da produção científica de mulheres para embasar a análise das notícias anteriormente adquiridas.

Resultados e discussão

Diante o exposto acima, é possível constatar que a mulher sempre ocupou o lugar do outro na sociedade, o outro como aquele que os direitos sempre foram tutelados, cerceados e invisibilizados, o outro que é estigmatizado e, assim, indigno de ocupar um lugar de ascensão e protagonismo. Muitas mulheres tiveram seus trabalhos apropriados por homens ou receberam menos crédito do que mereciam por suas contribuições à ciência, ficando às sombras da figura masculina. Algumas dessas mulheres foram agraciadas com prêmios e reconhecimentos por seus feitos científicos muitos anos depois ou apenas postumamente, enquanto outras tantas não saberemos, ao menos, que foram as reais autoras de certos trabalhos.

Desta maneira, esse fato é evidenciado pelo pequeno número de mulheres que receberam o Prêmio Nobel, que é um dos maiores símbolos de reconhecimento de pessoas e/ou instituições que geraram contribuições notáveis à humanidade. É importante ressaltar em quais categorias estas mulheres têm sido premiadas, haja vista que esse dado revela em quais espaços a presença das mulheres é tolerada. Conforme informações do site oficial Nobel prize (2020), as três categorias que mais reconhecem as contribuições femininas são o Nobel da Paz, o Nobel de Literatura e o Nobel de Medicina, respectivamente. Não coincidentemente essas esferas representam os âmbitos que a sociedade resguarda ao feminino.

Além disso, quando se analisa o viés racial dessas premiações, é possível observar que o entrelaçamento das estruturas capitalistas, patriarcais e raciais



delimitam ainda mais as possibilidades de mulheres não brancas serem laureadas, e, como consequência, é visto uma inexistência de mulheres negras gratificadas pelo prêmio Nobel na área científica, tendo apenas quatro escolhidas nas categorias Literatura e Paz. Além disso, o índice de mulheres ditas árabes e asiáticas condecoradas é quase inexistente (Nobel Prize, 2020).

Apesar de todo o desprestígio que as produções científicas de mulheres tem recebido ao longo da história, suas descobertas impactaram a sociedade e continuam a gerar importantes avanços. Atualmente, são notáveis as suas contribuições em meio à crise gerada pelo coronavírus, seus efeitos no combate ao COVID-19 e as consequências que essa pandemia têm acarretado.

Dentre as inúmeras contribuições femininas, uma que se destaca a nível internacional é o sequenciamento do genoma do coronavírus pelas cientistas brasileiras Ingra Morales Claro, Erika Manuli, Ester Sabino, Flávia Salles e Jaqueline Goes de Jesus. A equipe desenvolveu um método que diminuiu o tempo habitual para o sequenciamento de um genoma: “Enquanto a média de sequenciamento em outros países é de 15 dias, equipe brasileira liderada pelas cientistas realizou todo o processo em 48 horas” (PARA MULHERES NA CIÊNCIA, 2020).

Outra notícia digna de nota refere-se ao Laboratório de Investigação Pulmonar (LIP) da UFRJ, estando à frente de pesquisas e terapias que auxiliam ao enfrentamento dos problemas respiratórios decorrentes da COVID-19 e sendo composto em 90% de sua equipe por mulheres, como explica Patrícia Rocco, professora-chefe do laboratório (PANORAMA FARMACÊUTICO, 2020).

Soma-se a essas colocações mais um feito em prol do avanço científico desenvolvido por mulheres, como a identificação do primeiro caso de coronavírus em humanos, a qual foi descoberta, primeiramente, pela virologista escocesa June Almeida, a mesma cientista que realizou pesquisas relevantes a respeito da rubéola, hepatite B e do HIV (GOZZO, 2020).

Entretanto, é imprescindível destacar que, mesmo com todo o desenvolvimento que as mulheres conseguiram forjar para a sociedade em meio a crise atual, as suas descobertas são permeadas a todo momento pelas estruturas patriarcais e racistas que regem o sistema capitalista, acarretando em diversos entraves à produção científica dessas mulheres em comparação a dos homens.

Conforme o exposto, de acordo com *Parent in Science*, os dados sobre produção científica no país, nesse período de pandemia, fazem jus ao modelo societário estabelecido e à disparidade de gênero. Isto é evidenciado através de uma pesquisa realizada com 6.000 acadêmicos em território nacional, a qual revela que apenas 10% das mulheres mães em pós-graduação e 5% deste mesmo público em pós-doutorado estão conseguindo realizar pesquisas (GARCIA, 2020).

Segundo Angela Davis (2016), em seu livro *Mulheres, raça e classe*, um dos segredos radicais da libertação feminina está ancorado na socialização do cuidado das crianças, assim como na preparação das refeições e da industrialização, de modo acessível à classe trabalhadora, das tarefas domésticas. A partir disso, nota-se que a situação opressora que as mulheres estão submetidas durante a pandemia é reflexo de uma lógica construída há séculos e sustentada por vias do capitalismo. Portanto, segundo a autora, o



caminho viável para o fim da escravidão doméstica seria pôr em cheque a validade do capitalismo monopolista e seguir em direção ao socialismo.

Conclusão

Além dos contratempos envolvidos na vida das mulheres cientistas, são evidenciados também fatores de grande influência como preconceito racial, de gênero e classe. Ainda assim, elas continuam a produzir e contribuir cientificamente, mesmo que em menor escala, comparada ao período anterior ao isolamento. Haja vista que a coluna de sustentação desses meios de opressão feminina é o capitalismo, a via possível de enfrentamento desse mal é a problematização desse sistema.

Referências

CONSTENLA, Tereixa. O papel das mulheres na história da ciência. **EL PAÍS**. 17 set 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/cultura/1505400027_400435.html. Acesso em: 28 jun. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Boitempo: São Paulo, 2016.

GARCIA, Janaina. Produção científica de mulheres despenca na pandemia - de homens, bem menos. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GIRARDI, Giovana. Produção Científica de Mulheres despenca em meio a pandemia de Coronavírus. **Estadão**, 18 mai 2020. Seção (se houver). Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-cientifica-de-mulheres-despenca-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus,70003306675>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 87-103.

GOZZO, Marcelo. June almeida: a doutora que não terminou o ensino médio e identificou o primeiro coronavírus. **Instituto Butantan**, 2020. Disponível em: <http://coronavirus.butantan.gov.br/ultimas-noticias/june-almeida-a-doutora-que-nao-terminou-o-ensino-medio-e-identificou-o-primeiro-coronavirus>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LABORATÓRIO brasileiro comandado por mulheres busca terapia para reduzir letalidade da Covid-19. **Panorama Farmacêutico**, 2020. Disponível em: <https://panoramafarmacutico.com.br/2020/06/10/laboratorio-brasileiro-comandado-por-mulheres-busca-terapia-para-reduzir-letalidade-da-covid-19/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. As Mulheres Negras E A Ciência No Brasil: “E Eu Não Sou Uma Cientista?”. **Com Ciência**, 8 fev 2019. Disponível em: <http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/> Acesso em: 01/06/2020.

PESQUISADORAS brasileiras da USP sequenciam genoma do coronavírus em tempo recorde. **Para mulheres na Ciência**, 2020. Disponível em: <https://www.paramulheresnaciencia.com.br/noticias/pesquisadoras-brasileiras-da-usp-sequenciam-genoma-do-coronavirus-em-tempo-recorde/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

TAVARES, I.; BRAGA, ML de S.; LIMA, B. S. Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico-Parte II: As negras e os negros nas bolsas de formação e de pesquisa do



SEMINÁRIO VIRTUAL DA MULHER: EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



CNPq. 2015. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/66f3ea48-f292-4165-bf7b-8d630bdc8f9f>> Acesso em, v. 28, 2018.

Todos os prêmios Nobel. NobelPrize.org. Nobel Media AB 2020. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-nobel-prizes>. Acesso em: 8 jul. 2020.

TOSI, Lúcia. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos pagu**, n. 10, p. 369-397, 1998.